

Ricardo Yamil Derene Ocampos

**JUVENTUDES ORGANIZADAS:
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS
PARTICIPAÇÕES NO PARAGUAI**

Dissertação apresentada no Programa
de Pós-graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina,
para obtenção de título de Mestre em
Sociologia Política

Orientadora: Prof. Dra. Janice
Tirelli Ponte de Sousa

Florianópolis, maio de 2005

RESUMO

O trabalho apresenta as características da participação política das juventudes paraguaias nas suas organizações formadas e já consolidadas. Através da caracterização dos grupos juvenis, constata as construções das novas formas participativas e organizativas do período pós-ditadura na sociedade paraguaia. Na passagem pelas diferentes “Juventudes”, ao longo da história do Paraguai, contextualiza os sujeitos de pesquisa contemporâneos e analisa a participação política juvenil como fenômeno sociológico, suas formas de organização e o perfil militante. Foi possível evidenciar a pluralidade de expressões e a sociabilidade das juventudes pelos elementos definidos como “novos” a partir da interação dos grupos em “redes organizativas”, a função dos meios de comunicação, as reivindicações deste segmento social e as formas próprias de ação que as diferentes condições juvenis estabelecem.

Palavras chaves: Juventudes, Participação Política, Organização.

THESIS ABSTRACT

The following document presents the characteristics of political participation of Paraguayan youth in their organizations, conformed and already consolidated. Through the characterization of these groups it can be seen the new participative and organizational forms of the post dictatorship period in Paraguayan society. Passing through the different “youth”, along the history of Paraguay, it contextualizes the investigation contemporaneous subjects and analyses the political youth participation as a sociological issue, ways of organization and the militant profile.

It was possible to make evident the plurality of expressions and the socialization of youth by the elements defined as “new” throughout the interaction of these groups in “organizational networks”, the paper that the media plays, the things this social segment stands for and the own forms of actions established by the youth with different conditions.

Key words: Youth, Political Participation, Organization.

Sumário

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO

06

CAPÍTULO I

1. ANTECEDENTES DE UM PAÍS QUE (SOBRE)VIVE

- | | |
|--|----|
| 1.1 Crônicas de um país que caminha | 16 |
| 1.2 As faces de uma moeda: Guerra no Chaco e conflitos sociais | 26 |
| 1.3 A Segunda parte de uma história. Precedentes de Alfredo Stroessner | 31 |
| 1.4 No que tange ao mundo... | 40 |

CAPÍTULO II

2. “PÁTRIA QUERIDA, SOMOS TUA ESPERANÇA”

- | | |
|--|----|
| 2.1 Transcender à democracia | 58 |
| 2.2 Buscando uma aproximação conceitual sobre juventudes politizadas | 64 |
| 2.3 ¿Quem são os/as jovens dentro da América Latina? | 75 |
| 2.4 Antecedentes que construíram o atual panorama de nossas juventudes no Paraguai | 92 |

CAPÍTULO III

3. Os/as jovens paraguaios/as contemporâneos/as e suas organizações

- | | |
|--|-----|
| 3.1 Quantos são e onde estão os/as jovens? | 101 |
| 3.2 <i>Movimiento de Objeción de Conciencia – Paraguay. MOC-PY</i> | 111 |
| 3.2.1 Estrutura do MOC-PY | 119 |
| 3.2.2 Antimilitarismo do MOC | 122 |
| 3.2.3 Atividades do movimento | 134 |
| 3.3 <i>Asociación Paraguay 2008 – Parlamento Joven</i> | 137 |
| 3.3.1 Estrutura do Parlamento Joven | 139 |
| 3.3.2 A figura indispensável do Padre Oliva | 144 |
| 3.3.3 Atividades do grupo | 147 |
| 3.4 <i>Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil – MOBE</i> | 151 |
| 3.4.1 Estrutura do MOBE | 154 |
| 3.4.2 MOBE – DECIDAMOS | 156 |
| 3.4.3 Atividades do movimento | 158 |
| 3.4.4 MOBE – FENAES | 168 |
| 3.5 <i>Juventud que se Mueve – JqM</i> | 171 |
| 3.5.1 Estrutura da JqM | 174 |
| 3.5.2 Atividades do grupo | 176 |

CAPÍTULO IV

4. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL COMO OBJETO DE ESTUDO

- | | |
|---|-----|
| 4.1 O perfil da participação política dos/as militantes juvenis | 182 |
| 4.2 A militância juvenil | 197 |
| 4.3 No foco das juventudes paraguaias | 201 |

| | |
|-----------------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 211 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 216 |
| Anexo I | |
| Anexo II | |

INTRODUÇÃO

Esta aventura, de entrar no campo da sociologia, começou em março de 2002; escrevo aventura porque passar da área do Jornalismo para a de Ciências Sociais foi uma saga que demandou muita vontade, curiosidade e interesse. Todos estes elementos se fundiram na investigação que queremos apresentar. Foi assim que este “comunicador” se lançou à procura e encontrou um refúgio no programa de *Pós-graduação em Sociologia Política* (PPGSP).

São várias e complexas as razões deste empreendimento, que passam desde o particular até a escassez de material bibliográfico sobre o segmento juvenil no Paraguai. Além disso, devemos considerar que o intercâmbio de experiências e opiniões com colegas e profissionais de diferentes áreas enriquece qualquer tipo de trabalho acadêmico desenvolvido em um maior grau de objetividade e sistematização.

O trabalho recebe o título de: **“Juventudes organizadas: a construção de novas participações no Paraguai”** e nosso objetivo foi analisar as características da participação política da juventude nas organizações formadas e consolidadas por eles mesmos. Apesar de falarmos da juventude paraguaia como um todo, referimo-nos mais especificamente aos jovens da área urbana de Assunção.

No início, a investigação compreendia um período de tempo determinado, em realidade, o trabalho se centraliza nas juventudes a partir de meados dos anos 90 em diante; mas, vivendo a necessidade de contextualizar melhor nossos sujeitos, fizemos um trajeto histórico para mostrar onde estavam os jovens do país desde a colônia até os primeiros anos do novo milênio.

Isto nos levou a introduzir o debate sobre “juventudes”, e porque não, o trabalho pode ser considerado como ponta de lança para começar a falar sobre “juventudes paraguaias” com todas as generalidades e particularidades que representa esta categoria social; ainda que escapemos de uma análise mais específica das juventudes rurais do país.

Um ponto importante que necessitamos esclarecer, é que na investigação não buscamos identificar os grupos associativos de acordo com sua classificação como organizações, movimentos, associações, etc. Tomamos as juventudes dentro de uma categoria social e suas formas de participação como fenômeno sociológico em questão.

As variantes que levamos em conta para o estudo das ações participativas no contexto contemporâneo de nossa pesquisa foram: *a) a construção das relações sociais dentro da perspectiva histórica, b) o perfil dos/as jovens militantes nas organizações existentes, e c) as formas organizativas desenvolvidas no interior das próprias organizações.*

Com isso procuramos esmiuçar a condição juvenil paraguaia da pós-ditadura militar, identificando as práticas de participação política e a formação de alguns grupos de jovens da região de Assunção. Com seus objetivos e orientações ideológicas específicas. Além do mais, apontamos para a desmistificação da idéia de participação política que geralmente se remete ao ato de exercer o direito ao voto para de aí passar a ver nossos/as jovens como seres politizados/as em determinadas conjunturas políticas e sociais do país.

A hipótese do trabalho – talvez difusa – *se remete a afirmar a existência de uma nova forma de participação política juvenil dentro das organizações do mesmo gênero, com ampla*

pluralidade de expressões, novas pautas e com formas de sociabilidade diferentes das de outras gerações de militantes juvenis, porque vemos que uma determinada geração compartilha peculiares experiências e situações de vida.

Desta forma, dentro de uma estrutura social uma geração passa por estilos de ações diferentes com relação a uma geração anterior, com tensões e alegrias figuradas por determinados modelos de conduta característicos de cada uma.

A representação sócio-cultural da juventude foi estudada como uma construção mediada por relações sociais, que estabelecem para a juventude uma condição relacional, determinada pela interação social, cuja matéria básica é a idade processada pela cultura. (MARGULIS, 2001).

A juventude não só se refere a um estado físico, condição social ou etapa de vida, significa uma representação associada ao valor simbólico com aberturas apreciáveis, ou seja, com costumes, comportamentos, práticas e estruturas sociais visíveis, demarcando a própria identidade juvenil.

Geralmente a facticidade¹ (MARGULIS, 2000) de sua condição social se materializa com o vínculo da idade, porém, na pesquisa se manteve bastante ligada à questão da “moratória social”, conceito que será desenvolvido ao longo do texto e que nos remete à juventude como uma categoria histórica e não meramente biológica.

¹ Facticidade: refere-se ao modo particular de estar no mundo, de encontrar-se nesta temporalidade, de experimentar distâncias e durações.

Desde o ponto de vista da “moratória social” a juventude se torna um conceito recente, que reduziu seu alcance aos jovens de certas classes: aqueles/as que possuem meios econômicos e bases culturais para conduzir seus estudos ou profissionalizações, adiando assim sua total imersão no mercado econômico. Esta noção permite a certos jovens “levarem a vida” com menos exigências enquanto não completam seus estudos para alcançar o amadurecimento sócio-econômico que a estrutura social vigente reconhece.

As experiências participativas dentro dos vários segmentos sociais mostraram oportunidades e limitações, assim como esperanças e frustrações, que levaram os/as jovens militantes a experimentar diferentes futuros possíveis com certa aceitação às identidades e projetos pré-concebidos pela sociedade.

Por isso procuramos reexaminar a participação juvenil a partir da intersecção de duas óticas: a) a estrutura relacional e cultural dos mundos juvenis em um dado momento da história, e b) a estrutura dos grupos organizados, que serve algumas vezes, de maneira ambígua e contraditória como ponte articulada entre a fusão de projetos pessoais e coletivos. (MISCHE, 1997)

A velocidade dos processos informativos, entre outras mudanças, indicou em nossa investigação que estas transformações foram concebidas pelos/as jovens, formando assim uma pluralidade de formas organizativas que contribuíram para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade juvenil era tradicionalmente construída. (MELUCCI, 1997)

Estas formas de organização contemporâneas mostram formatos e estruturas diferenciados, com ideais democráticos, pluralistas e igualitários que nem sempre conservam o mesmo significado para seus protagonistas, e em consequência formam diferentes “redes juvenis”.

A heterogeneidade de *redes juvenis* nos levou a pensar: Podemos falar de uma nova forma de participação política juvenil no país? Até que ponto estas formas organizativas estão repetindo um modelo tradicionalista de organizações juvenis do passado? As mobilizações juvenis são consideradas uma recusa ou uma reclamação de direitos e deveres para com este segmento social? Como estas novas sociabilidades² emergentes no meio juvenil incidem na formação de outras dentro dos movimentos juvenis?

No trabalho procuramos compreender a idéia de participação política dentro das organizações de jovens, as formas de sociabilidade de seus membros e seus ideais de luta dentro da sociedade contemporânea paraguaia. Porém fomos categóricos ao afirmar que existiram dois momentos diferentes dentro da participação dos jovens: o primeiro foi na época da ditadura, onde os grupos de jovens lutavam contra o autoritarismo, pelos Direitos Humanos, etc.

Durante o processo de investigação vimos que na América Latina geralmente as formas de participação dos jovens se dava a partir dos movimentos estudantis. O Paraguai não foi exceção durante o período da ditadura militar, por isso consideramos o movimento universitário

² Entendemos por sociabilidade o processo de construção de estratégias, de formas, de ações que vão mais além da identidade juvenil, que permitem dinamizar novas formas de símbolos e linguagens.

paraguaio uma das formas históricas de participação juvenil, ainda que o movimento estudantil universitário não fosse nosso objeto de pesquisa.

Já a partir de queda do *Dragão Autoritário* houve a impressão de uma queda na militância juvenil, o norteador das lutas tinha se perdido. Então aparece o segundo momento quando os jovens voltam a se reorganizar como categoria social, porém sob bandeiras diferentes, como respeito aos Direitos Humanos, maiores espaços de participação; ou seja, reivindicando questões próprias da esfera juvenil.

Nosso trabalho se concentra neste segundo momento. Para isto selecionamos quatro organizações: duas de origem religiosa (*Fundación Paraguay 2008 - Parlamento Joven* e *Juventud que se Mueve. JQM*), uma civil (*Movimiento de Objeción de Conciencia - MOC-Py*) e uma estudantil (*Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil. MOBE*)³.

Os principais critérios para a seleção das organizações foram: o grau simbólico de participação e militância do setor juvenil, ao estar formados por estruturas efetivas e objetivos bem definidos dentro do contexto da problemática juvenil paraguaia. Outro critério foi o poder de convocatória das organizações escolhidas, como pudemos ver, elas mobilizavam milhares de jovens durante suas atividades. Por último, a representatividade organizacional tanto na sociedade civil como nos meios massivos de comunicação sobre os temas relacionados à juventude.

³ Existem outras organizações juvenis em Assunção, somente que por questões metodológicas delimitamos nosso campo de estudo a estas quatro organizações.

Adotamos o método de entrevista como instrumento de pesquisa; para isso contávamos com algumas *perguntas básicas* que marcaram as intervenções do momento, mas sempre em um ambiente de total descontração e liberdade para expressar idéias, sentimentos e atitudes dos/as jovens, dando assim um caráter *aberto* às entrevistas.

Foram onze entrevistas carregadas de profundidade, entre jovens militantes e pessoas envolvidas em questões juvenis, todas as entrevistas foram realizadas em Assunção.⁴ O período de estudo de campo foi de três meses (agosto a outubro de 2003), mas o relacionamento particular com alguns grupos nos facilitou a obtenção de vivências e antecedentes diversificados das organizações.

Foram idas e vindas para poder concretizar as entrevistas porque as atividades dos grupos eram intensas e os/as militantes não contavam com tempo suficiente para dedicar-se ao entrevistador. Este aparente percalço nos permitiu observar o desempenho de nossos sujeitos de pesquisa, porque eram oficinas, congressos, comemorações e reuniões em suas próprias sedes ou em espaços públicos como centros culturais e praças: por esta razão, todas as suas atividades eram abertas e para todo o público em geral.

Ao mencionar “atividades intensas” das organizações estudadas, referimo-nos ao período de setembro que culturalmente corresponde ao *mês da juventude* no Paraguai. Esta oportunidade foi favorável à pesquisa porque nesta época a grande maioria das questões sociais girava em torno da condição juvenil.

⁴ Realizamos oito entrevistas com jovens militantes e três entrevistas com pessoas envolvidas na questão juvenil, no total, correspondem a aproximadamente treze horas de gravação.

Além disso, os atos que praticamente correspondiam a um por cada fim de semana deste período, aglutinaram uma diversidade significativa de jovens, tanto militantes ativos/as como logísticos/as, assim como pessoas de diferentes organizações que se entrecruzavam nos atos.

Participar das atividades nos ajudou a perceber os aspectos simbólicos subjacentes em cada movimento, a pluralidade dos grupos, suas formas de organização, o discurso frente a frente à sociedade em geral e entre seus pares.

Os/as jovens militantes selecionados para a entrevista aberta eram os/as *intelectuais orgânicos/as* dos grupos; aquelas pessoas que eram referência para o mesmo. Só no caso do Movimiento de Obtención del Boleto Estudiantil (MOBE) tivemos que recorrer aos/às ex-dirigentes da organização, porque a mesma agrupava os estudantes secundários em torno da discussão do boleto estudantil (meia passagem para estudantes em transportes coletivos) e com a ampliação de seus objetivos, transformou-se na *Federación de Estudiantes Secundarios* (FENAES).

Estes/as ex-dirigentes do MOBE apesar de haver cumprido seus ciclos de militância no grupo continuavam vinculados/as na categoria de assessores/as.

Assim como o MOBE ampliou seus objetivos para chegar à FENAES, as demais organizações (Movimiento de Objeción de Conciencia-MOC, Parlamento Joven y Juventud que se Mueve-JqM) também cresceram e se fortaleceram institucionalmente na sociedade paraguaia, por isso desenvolvemos um “questionário padrão” entre todos/as militantes que se encontravam nas respectivas sedes em dias determinados. A partir daí obtivemos quarenta e um (41)

questionários respondidos por militantes, divididos entre as quatro organizações (sete do MOC, oito do Parlamento Joven, quinze do MOBE e onze da JqM).

Os objetivos deste questionário foram: conhecer mais sobre a vida dos/as militantes dentro do grupo e ver o perfil dos/as atuais jovens que militam em cada organização.

Paralelo a isso, coletamos e analisamos todo tipo de materiais referentes a cada organização, boletins, cartas, panfletos, atas de reuniões, objetivos, estruturas, projetos, reivindicações, informações sobre as atividades, artigos jornalísticos e todo tipo de informação sobre “*cada grupo*” mas principalmente “*nos grupos*”, como uma forma de ver o reflexo que os próprios militantes têm de seu desempenho organizativo.

Tal como as entrevistas, os questionários também foram feitos na região metropolitana de Assunção; por esta razão nossos sujeitos de estudo vivam na zona da capital.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No **capítulo I**, fazemos uma breve síntese da história do Paraguai, preocupados sempre em ver onde estavam os/as jovens no transcorrer da história nacional até chegar ao governo de Alfredo Stroessner como um dos antecedentes principais para entender a sociabilidade paraguaia contemporânea. Além disso, adentramos na inter-relação da América Latina e na conjuntura dos anos de 1960 para ver um pouco das relações dos movimentos de jovens da época.

Já no **capítulo II** entramos no período do final das ditaduras na América Latina e no período de transição democrática, fazendo uma ponte com estes fatos para conhecer mais o

movimento universitário do Paraguai, como forma de participação dos/as jovens. No mesmo capítulo, desenvolvemos uma aproximação conceitual sobre *Juventudes* como categoria social, para assim termos uma perspectiva das juventudes contemporâneas da América Latina e das conjunturas que desembocaram em nossas quatro organizações estudadas.

No **capítulo III** apresentamos os dados estatísticos para saber quem são os/as jovens paraguaios e esboçar um perfil geral dos/as mesmos/as. Em seguida, tomamos os quatro grupos selecionados para conhecer seus objetivos, estruturas, atividades, etc., tudo o que diz respeito a cada organização, mas principalmente mostrando a visão particular das juventudes militantes dentro das estruturas.

Finalmente no **capítulo IV** fazemos uma incursão empírica no campo da participação juvenil e a partir das características gerais do comportamento participativo dos militantes. Esta aproximação com as declarações dos/as jovens no marco teórico, nos traz um panorama sobre o qual poderíamos considerar os novos elementos dos movimentos juvenis para assim poder encaminhar um pensamento que acompanhe os processos de socialização juvenil.

Aproveitamos as considerações finais para encaminhar uma idéia geral sobre a participação política dos/as jovens, os novos elementos de sua militância e algumas mudanças que poderiam ajudar a sociedade paraguaia a acompanhar o atual processo de socialização de sua juventude.

CAPÍTULO I

1. ANTECEDENTES DE UM PAÍS QUE (SOBRE)VIVE

1.1 Crônicas de um país que caminha

Fazemos referência ao Paraguai, uma terra considerada virgem para o desenvolvimento de diversas áreas como: tecnológicas, políticas, sociais, econômicas, educativas, entre outras. Aqui entramos na questão da juventude que se apresenta como um grande desafio dentro de um contexto de tantas falhas, necessidades e desigualdades sociais.

Para apresentar o nosso trabalho nos baseamos na afirmação de que não existe uma única e exclusiva juventude, estamos falando categoricamente de **juventudes**; além disso, foi necessário analisar o contexto de nossos “**sujeitos de investigação**” que estão divididos por fronteiras políticas, geográficas, culturais; e principalmente, sócio-econômicas de um amplo e complexo sistema globalizador que até hoje está na boca de muitos porém na compreensão de poucos.

Em uma análise sistemática recorreremos às referências históricas para entender certos episódios do presente que se encontravam assentados em acontecimentos do passado; um passado que colocou o país dentro do grupo de nações com regime ditatorial mais longo da América Latina, foram 35 anos de autoritarismo até chegar ao fim em 1989. Nesta breve passagem histórica procuraremos situar nossos/as jovens paraguaios/as nos diversos acontecimentos históricos ocorridos.

Voltaremos ao período do descobrimento e da colônia. Alejo García descobriu o Paraguai por volta de 1525, porém foi Juan de Ayolas que passou por estas terras e fundou o porto da Candelaria; mas como todos sabemos, o objetivo de ambos os colonizadores eram as *Tierras del Alto Perú* (CARDOZO, 1991) ricas em ouro e metais preciosos. Naquele momento deixaram Domingo Martínez de Irala como representante da região.

A figura de Martínez de Irala foi importante na conquista do território paraguaio porque estabeleceu uma aliança com os *Guaranis* através do casamento dos espanhóis com as filhas dos caciques guaranis, desta forma conseguiu subjugar os/as nativos/as diante dos colonizadores.

Dessa união estratégica nasceram mestiços/as que foram os primeiros povoadores do Paraguai. Com a fundação do forte *Nuestra Señora de la Asunción* em 1537 e o controle dos espanhóis sobre os submissos indígenas, Assunção passou a ser considerada “mãe e cabeça das províncias do Rio da Prata”. (CARDOZO, 1991)

Neste sentido o historiador brasileiro López (1989) sintetizou uma opinião clara sobre a colonização ao dizer:

A conquista se distinguiu pela rapinagem desenfreada e a colonização por um burocratismo estéril e corrupto. A cidade foi o centro dinâmico das decisões e dos instrumentos de dominação. A estrutura social caracterizou-se por um abismo entre a minoria de privilegiados e a grande massa de índios e negros deserdados, coagidos a variadas formas de trabalho compulsório, havendo de permeio uma instável e indefinida multidão de mestiços (...), a América espanhola era obrigada a produzir apenas o que interessava a outros. Suas riquezas foram dilapidadas, a possibilidade de um progresso tecnológico foi limitada pela alternativa de explorar até a exaustão um trabalho aviltado e o mercado interno não teve como se expandir. (LÓPEZ, 1989)

Um fenômeno lingüístico curioso se produziu no Paraguai, os conquistadores adotaram o idioma guarani dos/as conquistados/as como língua única para a evangelização; com este fato, o guarani se transformou em um traço forte de diferenciação com relação às outras coletividades. A forte coesão aglutinante espiritual trouxe um estreito laço social em torno do idioma, é por isso que até hoje o Paraguai mantém vivo o guarani, porque declara oficial o uso do guarani dentro de todo o território nacional assim como o castelhano.

Com a entrada em cena dos jesuítas, o território paraguaio começou a desenvolver-se. Naquele tempo a região era conhecida como Provincia de la Plata. Os religiosos ensinaram latim, artes, gramática, teologia escolástica e moral. Apesar de o colégio jesuíta ter ministrado estes conhecimentos, a “coletividade cultural paraguaia” mostrou certo descontentamento com a Companhia de Jesus, já que o interesse desta elite cultural era alcançar o nível de educação superior dos jovens através da universidade.

Não só os jesuítas habilitaram aulas de estudos, também os franciscanos, os mercedários e os dominicos cumpriram este trabalho educativo. Para conseguir a licenciatura ou o doutorado, os jovens, formados nos conventos, deveriam prosseguir seus estudos nas universidades de Lima (fundada em 1553), em Córdoba (fundada em 1614), em Charcas (fundada em 1624), ou em Santiago do Chile (fundada em 1625).

O Paraguai não contava com uma universidade para oferecer estes estudos acadêmicos, por isso, só os jovens de famílias com boa posição econômica conseguiam viajar até estas cidades para continuar seus estudos.

A primeira instituição de nível superior era o *Seminario Conciliar de San Carlos*, em 1783, desde sua fundação foi o principal centro cultural do Paraguai colonial. Apesar de o Paraguai carecer de uma universidade na época, difusão do ensino primário através das escolas foi fundamental para construir as bases sócio-políticas de um país em vias de alcançar a independência.

O Paraguai não esteve ausente de alguns ideais da Revolução Francesa que sacudiram antigos ideais paraguaios que pareciam superados com a derrota da Revolução dos Comuneros⁵. Os princípios sobre a soberania do povo inspiraram certos debates dentro do Seminário de San Carlos; em contrapartida, a Coroa Espanhola ordenou a censura imediata dentro das instituições para evitar que se expandissem as “idéias contrárias às leis do Reino”. (CARDOZO, 1991, p. 57)

Um catecismo redigido em 1786 que era a conexão das primeiras letras das crianças, legitimava uma monarquia absoluta, afirmava que toda autoridade política era emergente da autoridade divina. Podemos considerar que um documento assim não formava cidadãos/ãs mas sim súditos que se submetiam aos governantes de plantão. (HEINZ⁶, 1996 apud BOSIO, 2004, p. 08-09)

As missões jesuíticas combateram as invasões dos Bandeirantes e se transformaram em virtuais Estados teocráticos que constituíram a face peculiar do Paraguai independente. Com a

⁵ A primeira Revolução Comunera no Paraguai ocorreu de 1644 até 1650, outra corrente reiniciou os conflitos em 1717. Os princípios dos comuneros diziam que o Rei e seus representantes não podiam obrar arbitrariamente fora do direito natural. O poder era delegado pelo povo e todo mandatário é responsável por ele. O **Comum** podia reunir-se para avaliar as decisões do Monarca, e ainda assim, podia acatá-las, porém não cumpri-las quando iam contra o direito natural. A repressão sobre os comuneros foi duríssima, vários dos revolucionários foram decapitados e seus restos espalhados em lugares públicos. O medo tomou conta da população comum que manteve o silêncio e a indiferença para evitar represálias. (CHAVES, 1988 p. 97)

⁶ HEINZ, Peters. **El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865**. Asunción: ICPA, 1996, p. 112.

independência, em maio de 1811, o país herdou da sociedade jesuíta as formas que moldaram a política social da época: o autoritarismo paternalista e o comunitarismo na vida econômica. (LÓPEZ, 1989, p. 96)

Estas mesmas fundamentações foram marcantes durante a ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989) e se arrastaram até final do século XX no processo de transição democrática.

Fora o domínio da Coroa Espanhola, com a independência do país e as controvérsias que se desataram no *Virreinato del Río de la Plata* para reconhecer o fato, que conforme os registros históricos, o Paraguai foi o primeiro povo do continente sul, a declarar de maneira enfática sua independência como *República del Paraguay*.

O país entrou sob o regime de *Gaspar Rodríguez de Francia* (1814-1840). Segundo Cardozo, Rodríguez de Francia buscou os fundamentos de seu governo ditatorial no antigo Estado Romano (1991, p. 73). Esta forma absolutista de governar e o isolamento do país marcado por uma política econômica diferencial na América Latina dessa época, que foi a não adesão ao contexto capitalista como exportador e sim de importador de produtos manufaturados, provocaram opiniões diferentes na população que viu cortadas suas liberdades civis, tudo sob o ideal de *preservar a soberania da pátria*. (CHAVES, 1988)

Durante essa ditadura as diversas formas de manifestações foram suprimidas, o sistema superior de ensino foi posto de lado e o Real Seminário de San Carlos foi fechado em 1822. Esta etapa de paralisação da formação cultural criou um vácuo cultural na população que iria trazer

consequências negativas para o desenvolvimento nacional. Apesar disso, a educação popular básica foi difundida, o ensino era gratuito e tinha maior destaque no interior do país.

Após a morte do Dr. Rodríguez de Francia, no dia 20 de setembro de 1840, o país entrou numa espécie de “*anarquia ideológica*”. Opiniões antagônicas sobre o governo anterior formaram parte da convivência social cotidiana; para contê-las, o Estado garantiu a proteção à propriedade privada e à integridade pessoal, e “*foi proibido que se pudesse opinar contra ou a favor do extinto governo*”. (CARDOZO, 1991, p. 80)

Neste período aparece a figura de Carlos Antonio López que de 1844 até 1862, transformou-se no Presidente do Paraguai. As manifestações sociais foram reprimidas, porém as manifestações culturais começaram a recobrar forma, pois foi aberta a primeira Academia Literária do Paraguai (1842) com caráter de formação superior, a qual tiveram acesso 149 alunos de todo o país.

A reabertura do Seminário de San Carlos foi adiada. Apareceram as primeiras publicações jornalísticas como o *Repertorio Nacional*, o *Paraguay Independiente*, e logo outras. Estes jornais foram a abertura da informação entre os órgãos oficiais e a população em geral.

Carlos A. López teve um governo extremamente personalista, que segundo a história, foi de significativa eficácia. O Paraguai incorporou um alto processo de estatização, rígido protecionismo mercantil, controle de muitas terras e o monopólio do comércio exterior de erva de mate, tabaco e madeira.

Este modelo político-econômico trouxe conseqüências sociais inéditas para a época: o Paraguai não era dominado por nenhuma oligarquia econômica, o artesanato foi incentivado, as bases industriais eram sólidas, o que era um caso raro neste período histórico (1850-1870). Segundo o historiador López, o país não possuía analfabetos/as nem dívidas com a Inglaterra que era o principal motor capitalista desse período. (CARDOZO, 1989, p. 97)

O presidente López sustentou sua ideologia absolutista sobre as bases populares na “falta de experiência e de educação cívica para a vida democrática e o desfrute dos direitos políticos da população” (CARDOZO, 1991, p. 88), para isso apostou na educação porque para conceder as liberdades políticas era indispensável preparar o povo através da instrução pública.

O ensino primário cresceu aceleradamente, segundo dados históricos, em 1857 existiam 408 escolas públicas com 16.755 alunos/as e para 1862, eram 435 escolas com 24.524 alunos/as (Idem, p. 89). Neste sentido, é preciso esclarecer que falamos de uma população abaixo de um milhão de habitantes e além do mais, as mulheres geralmente só recebiam instruções para aprender a ler.

A escola de Direito Civil e Político (1850) foi um dos primeiros institutos com caráter universitário, na seqüência seguiu a Escola Normal (1855), as atividades da Aula de Filosofia, que logo se transformaram na principal referência do movimento cultural da época. Em 1859 foi reaberto o Seminário Conciliar e fundado o curso de medicina, tudo isso durante o governo de Carlos A. López.

Em toda esta rápida cronologia histórica podemos ver que a juventude da elite com poder aquisitivo era a que tinha acesso à formação de nível superior tanto do período pós-independência do governo de Gaspar Rodríguez de Francia como no de Carlos A. López; todos passavam pelas instruções básicas das escolas, porém o nível superior era privilégio de poucos. O restante da juventude se encontrava inseridos entre a mão de obra da produção nacional desse período e a milícia.

Com o forte ideal de segurança do território da república, os jovens cidadãos tinham a *obrigação* de alistar-se na milícia em defesa da pátria, “*sem distinção e redenção possível, nem por dinheiro nem privilégio*”. (BENÍTEZ, 1984 apud YORE, 1992, p. 31)

Durante o governo de López era bastante difundido o envio de jovens bolsistas a Paris e Londres para seguir seus estudos superiores. De acordo com Cardozo: “*não se escolheu jovens de famílias abastadas, porque destas o governo exigia que arcassem com a passagem e os estudos*” (1991, p. 90)

Através da contratação de professores estrangeiros, e das primeiras bolsas governamentais para o exterior ocorreram provas autênticas da preocupação do governo com a necessidade de contar com cidadãos de educação superior, pois o governo anterior (*de Gaspar Rodríguez de Francia*) tinha se limitado ao ensino das primeiras letras em exclusividade⁷.

⁷ ⁷ BOSIO, Beatriz G. de. **Una Educación Paraguaya para el Siglo XXI: Transformando al súbdito en ciudadano.** IV ENCUESTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR. Disponible em: <http://www.corredordelasideas.org/docs/BosioEducacionSigloXXI.doc> Acesso en: 07 sep. 2004.

Com a ascensão de F. Solano López na presidência, filho de Carlos A. López, nasceu certo descontentamento popular pela monarquia absolutista que implantou a família López. Muitos jovens intelectuais do movimento liberal foram presos por promover “uma revolução social, moral e política”. Para anular os efeitos destas idéias, Solano López idealizou algumas mudanças na política nacional, por exemplo: os antigos assessores de confiança do regime anterior foram substituídos por jovens.

Fomentou-se a ida de jovens para a Europa para seguir seus estudos superiores. Um elemento interessante era que a própria presidência promovia um nutrido programa de festas e diversões, grandes bailes eram organizados nas praças e entidades públicas. A dispersão da sociedade era uma preocupação da política do Estado.

Até 1860, o Paraguai era uma nação auto-suficiente que contrariava os interesses capitalistas. Aproveitando as rivalidades fronteiriças que existiam na região, Inglaterra financiou e armou o Brasil para acabar com o projeto nacionalista paraguaio. D. Pedro II liderou a coligação incluindo os vizinhos Uruguai e Argentina na guerra da *Tríplice Aliança* (1865-1870).

Foi uma guerra aniquilante e o Paraguai foi virtualmente exterminado; o poder político passou para as mãos das oligarquias e uma geração de nativos/as miseráveis sucedeu a raça exterminada nos campos de batalha.

Para Yore “a consequência histórica mais grave foi a destruição de uma experiência econômico política independente, inédita no continente, e a neo-colonização do país pela política imperialista da Inglaterra e seus aliados no Cone Sul”. (1992, p. 35)

A população em geral concentrou-se nos conflitos bélicos; adultos, homens, mulheres, crianças, todos se acabaram no conflito. Os jovens que não participaram da guerra foram os que estavam cursando seus estudos na Europa ou de algumas poucas famílias que viviam no exterior, especialmente na Argentina. Estes paraguaios que ficaram, voltaram depois de terminada a guerra e tiveram a missão de reconstruir o país quase do zero.

O Paraguai ficou devastado, a população na sua maioria era de mulheres, idosos, mutilados e crianças; sobre as mulheres recaiu o restabelecimento da sociedade, especialmente no sentido demográfico, talvez por isso implantou-se um gênero de sociedade poligâmica.

O setor masculino que restou inseriu-se na política para refazer as bases do Estado, eles eram geralmente os formados no exterior que retornaram ao país para levar esta missão adiante.

Foram tempos de muita agitação política por causa de golpes de Estado e revoluções. Mesmo assim, dois pontos importantes foram retomados dentro deste período *pós Guerra Grande*, com a reabertura de seminários e colégios, viu-se a necessidade de uma universidade, naquele momento o Conselho Nacional de Educação e a Superintendência de Instrução Pública abriram a Universidade Nacional em 1889, processo este que permitiu que os graduados do ensino médio pudessem seguir uma carreira universitária.

O outro ponto importante foi a fundação dos dois partidos políticos tradicionais do Paraguai. O Centro Democrático (Partido Liberal) e a Associação Nacional Republicana (Partido Colorado). O partido Liberal estava influenciado pelos princípios individualistas do liberalismo ortodoxo, que foi a base jurídico-política para um Estado liberal oligárquico.

A liberdade eleitoral que foi estabelecida dentro da Constituição Nacional do período liberal atraiu a adesão de camponeses sem posses e principalmente do segmento juvenil ilustrado, cansado do predomínio dos antigos caudilhos da época. Por sua parte, o Partido Colorado, o setor oficialista, tinha uma marca mais nacionalista e popular, com relação aos princípios liberais.

1.2 As faces de uma moeda: Guerra no Chaco e conflitos sociais

O partido Liberal ocupou o poder até 1936, apesar de proclamar a soberania popular e o respeito à Constituição liberal, a realidade era outra; foi um período de muita violência, anarquia política e fraude eleitoral.

Para Yore, esse contexto estava representado por “os interesses e aspirações da elite política e econômica de Assunção e do capital estrangeiro a ela ligado, (latifundiários e empresas agro exportadoras de capital anglo-argentino), o povo só estará presente como combatente, em seus quartéis, golpes de Estado e revoltas intestinais (...)”. (1992, p. 35)

Vários fatores diplomáticos influíram para que eclodisse a guerra entre Paraguai e Bolívia pela posse do Chaco paraguaio em 1932. Com a suspeita de petróleo na zona, duas

multinacionais centraram seus interesses na região. Bolívia, depois de ter perdido a saída rumo ao oceano Pacífico, passou a ver a planície do Chaco como um caminho para os rios platinos e assim seu acesso ao Atlântico.

Uma das multinacionais que já explorava petróleo em solo boliviano (*Standard Oil Company*), decidiu financiar o empreendimento bélico da Bolívia contra o Paraguai, que por sua parte, tinha o apoio de outra petrolífera multinacional com as mesmas expectativas de encontrar petróleo na região.

Enquanto os paraguaios disputavam entre si diferenças políticas na guerra civil de 1922-1923, os bolivianos iam adentrando no território *chaquenho* até desencadear a Guerra em 1932. Entretanto, apareceu no cenário político a *Liga Independiente Nacional* fundada em 1928, para aumentar a agitação nacional.

A Liga fomentava uma nova era na vida nacional através do renascimento político e social. Seus ativistas defendiam a “nova democracia que iria limpar o país dos interesses egoístas partidários e as intromissões estrangeiras na vida político-econômica”. A Liga refletiu o verdadeiro desejo popular de mudança social com uma fusão de ideologias e interesses.⁸

⁸ Ver em: **Una Historia del Paraguay – Prólogo de nuevas hazañas guaraníes**. Disponível em: <http://www.terere.com/terere/temas/paraguay/historiapy/cap11.php3> Acesso: 07 set. 2004

Em outubro de 1931, um grupo de estudantes concentrou-se frente ao Palácio de governo em apoio aos ideais da Liga quando em direção aos estudantes partiram disparos da sede governamental; com este fato o mandatário de turno José Guggiari perdeu credibilidade, apresentou sua renúncia e passou o comando ao comandante do exército do Paraguai, Coronel José Félix Estigarribia, este dirigiu todas as ações bélicas na guerra do Chaco.

A história diz que “os estudantes e soldados da corrente *Nuevo Paraguay* (que buscavam varrer os partidos políticos corruptos e introduzir reformas nacionalistas e socialistas) viram isso como o resultado de que o liberalismo estava moralmente destruído”.⁹

O potencial humano paraguaio desgastou-se com esta disputa e, chegando ao final da Guerra do Chaco (1932-1935), tanto Paraguai como Bolívia continuaram arrastando-se na própria miséria de países do terceiro mundo.

No pós-guerra do Chaco, consolidou-se a hegemonia do poder militar. Antes disso, o militarismo era visto como uma forma social inferior, por causa da guerra, alguns jovens (estudantes e profissionais) que vinham das oligarquias se alistaram nas filas castrenses. Na explicação de Yore encontramos que:

El triunfo militar en la contienda bélica fue un hito histórico que modificó el sentido de la intervención y el rol de los militares en la política paraguaya. La consecuencia de este triunfo ‘cambiaría dramáticamente su papel histórico y político’. La guerra favoreció la definición de su propia identidad y un gran prestigio y simpatía en la población, factores que les permitirían virtualmente asumir el poder. En adelante, la presencia

⁹ Ver em: **Una Historia del Paraguay – Prólogo de nuevas hazañas guaraníes**. Disponível em: <http://www.terere.com/terere/temas/paraguay/historiapy/cap13.php3> Acesso: 07 set. 2004

hegemónica del estamento militar será la tendencia en un proceso de gradual militarización del Estado y de la sociedad que llegaría a su más acabada realización bajo el régimen personalista del Gral. Alfredo Stroessner. (CONRADS, 1982 apud YORE, 1992, p. 40)

A partir de 1936, os militares desempenharam um papel político preponderante na história contemporânea do Paraguai, seja como forças revolucionárias vanguardistas nos processos de mudanças, ou como forças conservadoras mantenedoras do poder político estatal.

Aquela geração de jovens, homens e mulheres, que foram parte do contexto bélico da guerra do Chaco, tanto fora como dentro dos campos de batalha, hoje formam a geração de veteranos, ex-combatentes e viúvas do Chaco. São os avôs e avós da geração contemporânea de jovens, por isso resulta relativamente fácil continuar em contato com diversas histórias e relatos sobre aqueles acontecimentos.

O país estava mergulhado numa profunda crise econômica que afetava as camadas sociais operárias, médias e camponesas. O mal estar generalizado, tanto nos núcleos castrenses como nos movimentos e setores sociais e políticos estimulou uma revolução social armada.

O Movimento Revolucionário de fevereiro de 1936¹⁰ chegou ao poder tendo como seguidores: soldados, veteranos, estudantes e outros subversivos que rejeitavam a doutrina

¹⁰ O Partido Revolucionário Febrerista (PRF), mais conhecido como o Febrerismo, teve como representante o Cnel. Rafael Franco. Franco instalou um governo populista com matizes nacionalistas, mostrava seguir os passos fascistas do espanhol Francisco Franco e do italiano Benito Mussolini. Ao manifestar sua intenção de “transformação totalitária” parecida àquelas na Europa (Decreto-Lei N° 152), os setores juvenis e idealistas que colaboravam com o movimento febrerista se alçaram em protesto contra o esquema político e social que provocou a segregação do movimento. Por causa dos profundos problemas políticos, o exército se revolta e entrega o poder aos liberais em 1937.

política liberal individualista, desnacionalizadora e exploradora dos/as trabalhadores/as (urbanos e rurais) pela oligarquia política e econômica governamental.

Em agosto de 1937 restaurou-se o governo liberal, porém com certo ódio popular contra os antigos caudilhos. A oposição de setores políticos e sociais (operários e estudantes) cresceu na medida em que eram reprimidos. Os liberais conservadores pressionavam pelo retorno da “antiga ordem”, os jovens “quarentistas” (YORE,1992) e setores militares importantes exigiam o cumprimento das reformas iniciadas em 1936.

Através de coligações estratégicas, o Partido Colorado assumiu o poder¹¹ em meio a conflitos militares e várias sucessões de comando. O partido Liberal, Febrerista e Comunista, e algumas unidades do exército enfrentaram o governo colorado em março de 1947 exigindo o retorno da regra democrática e a institucionalização profissional das forças armadas.

A revolução de 1947 foi uma das mais cruéis e sangrentas de acordo com os relatos de nossa geração de avôs e avós contemporâneos. A intolerância e o fanatismo se manifestaram no pós-guerra (do Chaco), nos atropelos, violências e pilhagens à vida e à propriedade dos opositores, através de grupos de camponeses armados “*pynandies*”¹² no interior e da famosa

¹¹ Com a intervenção do exército, chega ao poder o Gral. Higinio Morínigo, depois da morte do então presidente Gral. José F. Estigarribia em setembro de 1940. Morínigo formou um gabinete de coligação militar com o Partido Colorado e o Partido Revolucionário Febrerista, porém este segundo foi afastado aos poucos da cúpula do poder ficando somente o Partido Colorado e os militares no comando.

¹² Em guarani se traduz como “pés descalços”, mas corresponde à frase de identificação dos “camponeses descalços”.

‘*guardia urbana*’ nas cidades, “que semearam o terror e obrigaram meio milhão de paraguaios a fugir para o exterior”. (YORE, 1992, p. 53)

1.3 A Segunda parte de uma história. Precedentes de Alfredo Stroessner

O coloradismo ficou no controle total do governo depois de 1947, apoiado pelos camponeses, por forças do exército e pela polícia. Neste período acentuou-se a partidarização das forças militares e policiais; tudo sob a idéia de assegurar a lealdade e o apoio permanente destas entidades pela continuidade do poder partidário.

Golpes e contragolpes levaram cinco presidentes ao poder entre 1948 e 1954, os conflitos eram entre um e outro setor¹³ do mesmo partido político com o apoio respectivo do exército e da polícia. Os governos colorados mantiveram uma perseguição implacável não só à oposição (liberais, febreristas e comunistas) como ao próprio setor oficialista de turno caído; de maneira que o principal opositor do coloradismo era o próprio setor colorado que era afastado.

O capítulo relevante da história do Paraguai começou no dia 4 de maio de 1954, depois do golpe militar que levou ao poder o *General de División e Comandante em Chefe das Forças Armadas da Nação* Alfredo Stroessner. O golpe foi apoiado por um setor do partido oficialista

¹³ Dentro do próprio Partido Colorado existiam os setores de “Guión Rojo” e “Democrático”; o primeiro era populista de direita e nasceu identificado com as idéias nazi-fascistas da época. O segundo representava os interesses da oligarquia partidária, obviamente conservadora, aderida à democracia formalista. Este setor aderira a individualidades mais progressistas cuja gestão orientava-se para as massas trabalhadoras e pobres.

(*Partido Colorado*), pondo fim a uma fase de conflitos de partidos políticos e dando início a 35 anos de autoritarismo, intolerância e ditadura.

A partir desta atuação militar, as entidades castrenses se consolidaram como elementos decisivos para a orientação da vida política da nação.

Stroessner assumiu a presidência com a visão quase unânime de um general jovem que podia ser a solução para a anarquia do partido e até do entorno social. No que se referia à oposição política (liberais e febreristas), estes criaram expectativas positivas com o acontecimento, viram em Stroessner a possibilidade de instaurar uma democracia e maior abertura política. O partido Comunista Paraguaio mostrou-se mais apreensivo diante da situação.

Os diferentes setores da oposição e até alguns simpatizantes do próprio Partido Colorado apostaram que o governo de Stroessner seria um governo provisório, “estipulava-se de 15 dias a seis meses para ser derrubado” (YORE, 1992, p. 60). Fundamentou-se que os militares retomando o poder, deslocariam o Partido Colorado da administração pública e a oposição seria “*convidada*” a ocupar esses lugares.

Esta supervalorização e o auto-engano da oposição política e da sociedade custaram 35 anos de ditadura e despotismo no Paraguai.

Paralelamente ao que ocorria no coração da América do Sul, o governo do General Stroessner chegou ao poder no contexto internacional da *Guerra Fria*, onde a emergente potência hegemônica: os Estados Unidos anunciava as bases de uma nova política exterior de enfrentamento ao bloco socialista e imperialista com relação aos países do hemisfério ocidental e da América Latina em particular; tudo para consolidar seus interesses econômicos e políticos em escala mundial.

Os Estados Unidos e a União Soviética, depois da Segunda Guerra Mundial, transformaram-se nas novas superpotências que ficaram de pé e buscaram sua auto-afirmação em um dilatado conflito ideológico e de interesses.

A América Latina manteve uma longa tradição de incursões territoriais, de intervenções militares e de penetrações econômicas e culturais das potências economicamente dominantes. A política exterior norte-americana em relação à América Latina impôs uma doutrina de Defesa Coletiva de Segurança Hemisférica, ou também conhecida na região como *Doutrina de Segurança Nacional (DSN)* baseada na “solidariedade continental” frente a um possível ataque extracontinental.

Sob esse princípio a política exterior norte-americana fomentou nos anos de 1950 a instalação de governos ditatoriais, expandindo desta forma as ditaduras e os governos militares fortes de tipo caudilhista. (YORE, 1992)

Com o passar desses anos, os governos do Cone Sul e da América Latina transformaram-se em verdadeiras redes de ditaduras. O Gral. Stroessner completou 10 anos de poder quando militares brasileiros derrotaram o governo democrático e popular de João Goulart. A tradição golpista levou à ditadura de Hugo Banzer, em 1971, na Bolívia. O golpe do Gral. Augusto Pinochet, no dia 11 de setembro de 1973 no Chile, terminou com a experiência socialista de um governo eleito democraticamente, derrotando o presidente Salvador Allende; que não se rendeu e morreu na casa governamental destruída pelos bombardeios. Nesse mesmo ano, a democracia no Uruguai terminou quando o presidente Juan María Bordaberry, aliado com os militares, fechou o Congresso e colocou o país sob a ditadura. Três anos depois, em 24 de março de 1976, uma junta militar, sob a liderança do Gral. Jorge Rafael Videla interrompeu uma vez mais na Argentina, um governo civil. (CALLONI, 1999)

Desde esse momento a repressão não teve mais limites nem fronteiras. Sob todos estes acontecimentos estava a mão de Washington e o esquema de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, cujo desenho provocou o genocídio regional, que agora apareceu com tamanha dimensão com o nome verdadeiro de “*Operação Condor*”.¹⁴

Naquele tempo Stroessner contava com *bons amigos* ao seu redor. Após os golpes militares no Chile e Uruguai as conseqüências das ditaduras ultrapassaram fronteiras com

¹⁴ Segundo a autora CALLONI, S. “Operação Condor, significa ‘continentalização’ da criminalidade política. Isto é, difusão em todo o continente das ações terroristas que se manejam desde Washington. (...) ‘O condor’ neste caso, cumpre a função de ave de rapina. A colaboração entre os serviços secretos das ditaduras latino-americanas deu a luz a esta ave de rapina. No princípio colaboravam entre si somente alguns regimes ditatoriais, hoje se fala já de uma organização geral para todo o hemisfério ocidental, que atua sob a égide da CIA. Esta organização pode vangloriar-se de ter preparado e levado a cabo os crimes políticos mais horrorosos de nossa época na América Latina e ainda nos Estados Unidos (...)”. (1999, p. 22)

centenas de refugiados/as e exilados/as. Muitas pessoas exiladas procuraram refúgio na Argentina, porém ficaram de alguma forma presas à ditadura argentina, o que provocou o desaparecimento de cerca de 300 mil pessoas. Os espaços de exílio iam diminuindo e países europeus, como também países como o México, Peru, Panamá, Venezuela, Cuba, entre outros, tiveram que abrir suas portas a milhares de refugiados/as.

O descobrimento dos “Arquivos do Horror”¹⁵ permitiu cruzar relatórios, ter à mão documentos oficiais de reuniões entre militares, fotos, gravações, programas, livros de novidades, pastas e todo tipo de provas concretas para compreender o papel específico que cumpriu o governo ditatorial do Paraguai e, principalmente, ter acesso à legitimação do Órgão Federal de Investigações (FBI) e a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos.

O Paraguai foi uma das bases de operações por excelência e isto explica a grande quantidade de funcionários/as norte-americanos/as em uma nação tão pequena no coração da América do Sul, e a “verdadeira fortaleza” que é a embaixada dos Estados Unidos em Assunção. (CALLONI, 1999)

No que diz respeito à ditadura militar, referindo-se à ditadura militar no Brasil, que foi de 1964 até 1985; Cardoso (1990) no texto “Memória de 68: terror e interdição do passado”

¹⁵ Os Arquivos do Horror, o do Terror, são documentos que confirmam e demonstram a política e a metodologia repressiva e a chamada “Operação Condor”, um sistema de conspiração assassina entre os serviços de segurança da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia com o objetivo de rastrear e eliminar adversários políticos sob o pretexto de combater o “comunismo internacional”. O arquivo foi descoberto no dia 22 de dezembro de 1992, na cidade de Lambare, próxima à capital, Assunção.

menção as características da implantação de um regime autoritário marcado por referências fundamentais como:

A vigência da Doutrina de Segurança Nacional; a militarização do Estado, a unificação do aparato repressivo; a autonomia de setores do aparelho repressivo em relação ao Estado; a emergência de organizações paramilitares; a incorporação de práticas de combate à criminalidade na repressão política; o intercâmbio entre os exércitos americanos para o enfrentamento, através de uma filosofia comum, de “guerra revolucionária” no continente; o surgimento da luta armada que instituiu a violência política que parte também da sociedade dentro do espectro marcado pelas questões da revolução e da resistência à ditadura militar. (p.105-106)

Para contextualizar a geração dos anos de 1960 e 1970 no Paraguai foi preciso identificar o Estado com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que provocou a militarização do país e a repressão política; tudo isto reforçado por uma crise econômica especialmente no que se refere ao potencial hegemônico do capitalismo americano.

A sociedade paraguaia conheceu as represálias que eram de tipo policial e foram as mais aplicadas durante o *stronismo*; a DSN era justificada para manter a segurança e a ordem pública frente às reivindicações de direitos do tipo individual ou coletivo, dando sustentação a características comuns dentro de regimes autoritários: usurpação do poder, arbitrariedade e uso da repressão como forma de manutenção da mesma.

Estas sustentações eram as táticas para enfrentar os “antagonismos” do Estado. Para Riquelme (1992), a DSN atuou contra os atos de reivindicação dos direitos sociais que eram destruídos e neutralizados pelas corporações policiais e militares para manter a segurança do Estado Nação sob o argumento de ameaças de *grupos de protestos e/ou movimentos subversivos*.

Desde a visão do poder governamental eram consideradas subversivas: as manifestações de estudantes, as greves de trabalhadores, as associações de camponeses, as manifestações populares, os movimentos de intelectuais e artistas, os comícios de políticos, as reformas dentro do catolicismo, o terrorismo urbano, a luta armada no campo, grupos de choques nas cidades, sabotagens, assaltos e seqüestros.

Como dissemos anteriormente, desde a visão externa do governo, porém quando estas práticas tinham origem “no” governo, os conceitos mudavam.

Segundo Riquelme (1992) as estratégias de segurança configuradas eram: a) preventivas, quando tratavam de neutralizar e destruir as causas que engendravam os antagonismos governamentais; b) repressivas, adotando modalidades do tipo policial e às vezes do tipo militar (militar só quando era insuficiente o caráter policial); c) operativas, de caráter totalmente militar.

O governo de Stroessner instaurou uma estrutura de medo sistemático e intolerância¹⁶ no povo paraguaio. A constituição poli - classista do Partido Colorado¹⁷ foi um obstáculo para as

¹⁶ Segundo Saneh (2002): “A intolerância, descrita da maneira mais geral possível, é a *desvalorização do outro*. (...) A intolerância está em todo ser humano e em toda sociedade, o homem pode aprender a lutar contra a intolerância, o contrário da intolerância é o respeito ao outro”. Para entender a intolerância dos regimes autoritários, o autor sugere analisar os fatores e características que levaram o *indivíduo-cidadão* a juntar-se de maneira satisfatória aos sistemas opressores. Ver: SANEH, Giuliano. “**A formação do pensamento intolerante: um ensaio sobre a desvalorização do ‘outro’**”. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós - Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

¹⁷ O Partido Colorado ocupa o poder governamental desde 1947 até hoje.

formas de mobilização em favor de demandas concretas. Com a consolidação do regime *Stronista*, o partido oficial se transformou numa verdadeira organização de *patronazgo*¹⁸.

O fator medo no período autoritário arrastou consigo a formação de uma sociedade pouco participativa e mobilizada, desprovida de seus direitos e deveres como cidadãos; as conseqüências provocaram a baixa formação cívica da população.

No que diz respeito aos nossos *sujeitos jovens* como parte fundamental do nosso estudo, percebemos que entre os anos 1960 e 1970 os grupos que aglutinaram jovens em sua maioria eram os movimentos de estudantes universitários/as que lutavam contra a manipulação do nacionalismo histórico, o totalitarismo do governo e o imperialismo referente ao capitalismo norte-americano.

As perseguições aos grupos de protesto e aos movimentos sociais, neste caso nos referimos aos grupos de jovens estudantes, eram justificadas perante a opinião pública com uma ‘prévia sensibilização’ através dos meios de comunicação citando exemplos alterados de casos de experiências de guerrilhas urbanas na Argentina e Uruguai.

Entre tantas formas de controle social, um dos meios que o governo de Stroessner encontrou para manter controladas as rebeldias dos estudantes, foi a utilização do CIMEFOR (Centros de Instrução Militar de Estudantes e Formação de Oficiais de Reserva) onde os

¹⁸ Fazemos referência a “patronazgo”, como a forma de administrar benefícios e favores políticos. Com a estrutura hierárquica do Partido Colorado aparece uma distribuição desigual dos benefícios, já que o tipo e a quantidade do *favor*, variam segundo a posição da afiliação na estrutura do partido.

estudantes dos últimos cursos de ensino médio deveriam passar suas férias nas unidades militares sob a bandeira.

Algumas lideranças dos estudantes reconhecidos por suas críticas ao governo estavam sujeitos a um controle especial nos quartéis com a intenção de intimidá-los.

Os espaços de luta contra o autoritarismo eram as instituições de ensino superior e universidades. Em 1969 os grupos universitários alcançaram um grau de intercomunicação e coordenação significativa para gerar ações como manifestações públicas, festivais artísticos, mesas redondas, etc.; porém estas ações não duraram muito devido às sistemáticas repressões policiais.

Os/as integrantes dos movimentos universitários trabalharam na formação de seus próprios quadros na Universidade de maneira semi-clandestina através da capacitação de alguns estudantes do ensino médio que ingressavam à educação superior com algumas inquietações de natureza política. A forma de ação era o acompanhamento personalizado ou em pequenos grupos; a estes fatos o governo chamava de *doutrinação*. Porém na realidade o que os estudantes procuravam inculcar eram “critérios de ação” mais do que idéias. (BELLASAI, 1990)

Em julho de 1977, o governo paraguaio desarticulou totalmente os movimentos de estudantes por meio de repressões, torturas e prisões das lideranças; neutralizando assim qualquer forma de oposição - seja legal ou ilegal, pacífica ou armada.

O Stroessner se firmou sobre uma “pseudo-política democrática”, porém uma democracia que era verticalista, excludente e elitista. A ditadura reforçou atitudes de temor e conformismo através de propagandas sistematizadas para a população, o Estado de Sítio permanente sustentava este controle. Assim se induziu a um comportamento coletivo despolitizado e desmobilizado que permitiu à repressão adquirir um caráter autoritário, onipotente e desumanizado. (YORE, 1992)

1.4 No que tange ao mundo...

Os/as jovens dos *sixties* (PONTE DE SOUSA, 2003) reagiram com um comportamento social crítico frente à racionalidade que se engendrou no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando diversos setores sociais e de classes procuravam dar um novo sentido à humanidade. (Idem)

O mundo atravessou a *maior revolução cultural* durante a década de 1960, foi o questionamento pleno dos sistemas de poder da época, o cenário esteve composto pelos antecedentes da Revolução Cultural da China (1966), a resistência popular no Vietnã, a experiência revolucionária de Cuba, vitoriosa em 1959 que levou Fidel Castro ao poder, a explosão dos movimentos feministas. As agitações nascentes que criticavam o imperialismo crescente (Estados Unidos e União Soviética) e discutiam a “engrenagem do indivíduo” no sistema capitalista.

Assim podemos ver que 1968 foi, e continua sendo considerado, o ano auge das aproximações entre a insatisfação (mal-estar social) das massas de estudantes contra o regime

autoritário, a identidade universitária e as novas esquerdas estudantis. O sentido de rejeição à vida convencional, a crítica aos valores e a criação de um mundo próprio são os fios condutores da conjuntura do final dos anos de 1960.

Nesta aproximação estavam envolvidas também as insatisfações das novas classes médias urbanas, expressadas pelo radicalismo dos estudantes e pelas transformações no campo das artes e do comportamento que se materializou com as manifestações dos estudantes em maio de 1968, na França.

A agitação cultural e artística da década de 1960 se deu a nível internacional e trazendo esta generalidade para a América Latina. Ridenti (1996, p. 75) afirma que entre 1964 e 1968 (dentro do Brasil), “a efervescência cultural contribuiu para a adesão de setores sociais intelectualizados (...) no combate ao regime militar”.

Durante o regime militar, tanto no Brasil como no resto da América Latina, a cultura sofreu perseguições diretas por meio da repressão física praticadas em prisões e espaços de torturas, que impediram a livre manifestação de idéias e artes.

As manifestações culturais em diversas partes e tipos (festivais, manifestações nas ruas e diversos movimentos culturais); e as ações armadas (guerrilhas urbanas) eram esporádicas, abruptas, com caráter de surpresa. Estes métodos conferiram certo “poder” aos agentes sociais

contra a ordem estabelecida; eram como “*golpes de pipocas estouradas*”. (RIDENTI, 1996, p. 114)

Referente às guerrilhas urbanas, estas tiveram seu impulso com o triunfo dos revolucionários cubanos; “a eclosão popular se manifestava em revoltas urbanas e movimentos de guerrilhas rurais” (YORE, 1992, p. 214). O ideal de guerrilha revolucionária se expandiu pelo hemisfério e o mal-estar dos governos ditatoriais riopratenses cresceu assim como os Estados Unidos que tratavam de manter sua hegemonia controladora sobre a região.

Compatriotas exilados/as em países vizinhos procuraram interligação com revolucionários/as provenientes da Argentina, Uruguai e até do Brasil onde a guerrilha estava mais fortalecida para levar a cabo os combates ao regime dentro do território paraguaio; porém o entusiasmo e a vontade eram maiores que a preparação e a consciência revolucionária, o que não foi suficiente para concretizar os objetivos de uma revolução como em Cuba.

As artes serviram para divulgar a rebeldia anti-capitalista na sociedade e nos meios intelectuais. O regime militar brasileiro deu um ponto final neste e em qualquer outro tipo de manifestação com o “Ato Institucional Nº. 5” (AI-5) em dezembro de 1968.¹⁹ As críticas ao regime eram tomadas como subversivas e comunistas depois de 1968. A partir de 1969, os

¹⁹ No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado pelo governo brasileiro o “Ato Institucional Nº 5”. O AI-5 “dava poderes excepcionais ao Executivo, que poderia intervir nos demais poderes e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e as garantias de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a ‘segurança nacional’. Também se estabeleceu a censura prévia à imprensa e às artes. Invocando o AI-5, que foi revogado apenas em 1/01/1979, foram punidos 6 senadores, 110 deputados federais, 161 deputados estaduais e 22 prefeitos, 6 milhões de votos foram anulados e a censura alcançou 500 filmes, 450 peças (teatrais), 200 livros e 500 músicas”. (Folha de S. Paulo, 6/15/1998: 112 apud GROPPPO, 2000)

métodos repressivos contra os grupos de luta foram semi-institucionalizados na Operação Bandeirantes (OBAN). (GROPPO, 2000)

Sobre o ambiente que mobilizava os setores sociais juvenis durante o regime militar brasileiro, Ridenti diz:

Os partidos clandestinos, antes como depois de 1964, não se caracterizavam intrinsecamente pelo alistamento de quadros mais jovens ou mais velhos. As circunstâncias sociais posteriores ao golpe de Estado favoreceram a mobilização de setores sociais de jovens, principalmente de estudantes, assim como antes de aquela data a composição social das esquerdas refletia uma participação política e social mais diversificada, com a mobilização mais ampla de vários estratos da população, de todas as idades. Os anos de 1967 e 1968 assistiram à mobilização política de amplas massas juvenis, universitários em grande parte, porém também compostas de estudantes do ensino médio, bancários, e outros assalariados, inclusive operários (...). (1996, p. 120-121)

A militância dos/as jovens brasileiros/as nos partidos de esquerda, depois de 1964, surgiu como uma nova alternativa de luta e de intervenção na sociedade que deve ser entendida em relação direta com a disparidade da participação juvenil em relação com outros movimentos sociais do período. Tudo favorecido pelo clima político e cultural da década de 1960.

As atitudes repressivas ajudaram a reviver o movimento estudantil, tanto no Brasil e no México como no resto do continente latino-americano. Isto sem tomarmos em conta que a “repressão” servia como uma forma de iniciativa favorável.

Fazendo uma conexão entre os grupos estudantis mobilizados do Brasil e do Paraguai neste período, a visibilidade dos “movimentos estudantis” era maior; porém com pouca

articulação entre si no tempo e no espaço, e no que toca a um território tão extenso como o Brasil, divididos regional e ideologicamente; portanto, defendendo diversos interesses. Claro que não é o caso do Paraguai, onde a maioria dos interesses se concentrava em Assunção, e o objetivo primário era lutar contra o autoritarismo.

No âmbito estudantil paraguaio, apesar de existirem grupos denominados “independentes”, as diferenças de contexto, de definição, as diferentes características, etc. fizeram com que os vínculos entre eles muitas vezes fossem simplesmente nominais.

Os movimentos estudantis seguiram a tendência de se comportar como “*ondas nacionais de revoltas*” (GROPPO, 2000); mesmo com estas *ondas mobilizadoras* não se podia dizer que uma organização ou movimento determinado representava exclusivamente os interesses, desejos e motivações de todos os que se mobilizavam.

Como dizemos anteriormente, a ordem autoritária mantinha formas de um sistema democrático, distorcido e disfarçado de democracia, mantendo eleições, partidos políticos, espaços para o Congresso, assembléias legislativas, câmeras municipais, etc. as autoridades qualificavam os *jovens revoltados* (GROPPO, 2000) como de um “inconformismo existencial” e de “luta de gerações”.

Em resposta, os/as jovens mobilizados/as viram isto como uma tentativa de despolitizar os movimentos juvenis; “os velhos mais uma vez corrompem os jovens” (GROPPO, 2000) Para os

jovens dos anos 60 não era um simples conflito de gerações, era uma luta entre “oprimidos versus opressores”. (Idem)

A própria juventude da ex-URSS, durante a década de 60, mostrou os conflitos ideológicos entre a juventude e as autoridades do Partido Comunista.²⁰ Os/as jovens acusavam a geração mais antiga pela bancarrota moral imperante: “Ela conseguiu proporcionar distanciamentos a sua prole porém alinhou todos seus ideais e agora nada mais tem para oferecer aos seus filhos.” (A rebelião da juventude na URSS, 1963, p. 31)

Esta disputa, sem dar uma conotação agressiva, entre jovens manifestantes versus adultos conformistas que se viu entre os anos de 1960 e 1970, passou a sustentar um leque de valores sobre a relação jovem/adulto que até hoje continua presente em nossas sociedades, principalmente latino-americana.

Os movimentos estudantis que nasceram no contexto das ditaduras militares da América Latina, foram movimentos sociais emergentes de reivindicações de setores das classes urbanas que, procuravam desempenhar um papel que não encaixavam no contexto do sistema econômico e tampouco junto ao aparato estatal.

²⁰ “A auto-afirmação da juventude e sua oposição ideológica ao regime soviético são os resultados finais de um complexo de fatores que incluem o relaxamento do reino de terror depois da morte de Stalin, o ataque ao culto stalinista da personalidade e o conseqüente desaparecimento de uma sensação de intenso temor ao regime” (**A rebelião da juventude na URSS**, 1963).

Os primeiros passos dos movimentos estudantis, no que se refere a UNE do Brasil, tiveram início com os questionamentos dos assuntos universitários; com o transcorrer da militância, os questionamentos sociais se ampliavam buscando uma revolução. A rebelião estudantil brasileira também atacou fortemente a questão do imperialismo. A idéia da revolução estava baseada no antiimperialismo, o anticapitalismo e a antitadadura.

O mundo foi cenário das manifestações estudantis que tiveram maior significação para selar o mal-estar social que se viveu no fim da década de 60. As manifestações estudantis da “Primavera de Praga” (Tchecoslováquia) e as de “Maio de 1968” na França, esta última, por meio de uma revolução cultural conseguiu seu objetivo que era o de mobilizar as ações do movimento operário francês. (MARCUSE, 1996)

Os/as jovens rejeitavam os valores da ordem instaurada pela sociedade industrial moderna, inspirados em pensamentos existencialistas, marxistas, anarquistas e surrealistas da época; idéias que construíram a crítica cultural e se arrastaram para a crítica da família, o conformismo e da impotência do indivíduo frente a esta realidade. (PONTE DE SOUSA, 2003)

Grosso (2000) traça um paralelo entre este período de “revolução juvenil” e a revolução francesa ao dizer:

O desenlace da “Revolução” juvenil dos anos 60 tem semelhança com a Revolução Francesa, não tanto em conteúdo, porém nas formas. Em ambas muitas promessas foram feitas, enorme energia humana despendida, grande carga emocional acumulada e mobilizações sociais compactas. Em ambas, concretizações bem mais modestas em relação a suas potencialidades, porém mesmo assim (e apesar das

“contra-revoluções” e “restaurações”), transformaram completamente o mundo ocidental (e, por extensão, influenciaram o mundo todo, mais rápida e notavelmente em 1968). Talvez se possa dizer, para ser mais justo, que ambas Revoluções foram, simultaneamente transformações sociais e manifestações da transformação social. Nenhuma revolução é simplesmente transformação: ela é também uma manifestação da transformação, uma procura de sua aceleração e ainda, o desejo de que a transformação seja feita através da intervenção consciente dos indivíduos e grupos envolvidos. (GROPPO, 2000, p.297)

As manifestações juvenis francesas de maio de 1968 não procuraram uma posição dentro do sistema; a partir disso podemos ver que as lutas juvenis adquiriram uma função mais ideológica, por uma “utopia” que trouxesse um novo sentido para a vida humana.

A análise das relações históricas formou parte integrante da condição juvenil neste trabalho, foram considerados como elementos de referências da identidade dos grupos juvenis que são nossos sujeitos de investigação.

Os antecedentes mais remotos de que tivemos registro sobre grupos juvenis no Paraguai são referentes ao movimento estudantil universitário de finais dos anos 20. A juventude universitária procurou introduzir as idéias revolucionárias da reforma de Córdoba, ocorrida em 1918, na Argentina, que chegaram ao Paraguai e foram promovidas, em 1929, por um movimento estudantil que pressionava por um projeto de lei de reforma universitária, inspirado nas idéias de Córdoba, como uma questão social.

Os movimentos estudantis apresentam características próprias do setor juvenil, porém nesta investigação nos referimos ao “Movimento” desde uma perspectiva mais flexível que permita designar essa porção de realidade que buscamos analisar como grupo juvenil. Não é

objetivo de nosso trabalho comprovar se a categoria de “Movimento Social” se encaixa nesta categoria sociológica específica.

A sociedade paraguaia sofreu um processo de repressão sistemática com o fim de acabar com a pluralidade política e social depois do golpe de 1954, e a universidade não ficou fora deste contexto. A oposição universitária foi significativa no início do regime *stronista*.

A Federação Universitária do Paraguai (FUP) estava constituída por Centros de Estudantes das diversas faculdades da Universidade Nacional de Assunção (UNA), a oposição ao governo era combativa e frontal; a luta buscava conquistar a autonomia universitária e, além disso, “a vigência plena das liberdades no país”. (YORE, 1992, p. 192)

Os Centros de Estudantes estiveram controlados em sua grande maioria pelos jovens de partidos políticos da oposição (liberais e febreristas). Nessa época os/as dirigentes da FUP enxergavam na universidade um dos meios de ação política mais importantes da sociedade.

Em 1956, o governo interveio na Universidade Nacional, retirando sua autonomia, “limpando” o corpo docente e introduzindo o controle do partido oficialista. Esta intervenção acabou na detenção massiva dos/as dirigentes estudantis; com este fato, dirigentes da Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA) e da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, interligados com a FUP, solidarizaram-se com os/as companheiros/as detidos/as e marcharam em protesto pela libertação dos mesmos/as.

Segundo Yore (1992, p. 193) “A geração universitária de finais dos anos 50 e começo dos anos 60 assumiu uma posição de enfrentamento radical contra a ditadura”. No trabalho da autora, um ex-dirigente, se referindo à organização, disse que a FUP “inaugurou a *picana elétrica*”, isto fazendo menção às torturas sofridas nas dependências do Departamento de Investigações da Polícia Nacional.

Os movimentos estudantis foram perseguidos, aprisionados e seus líderes foram enviados/as ao exílio; no lugar destes, o governo colocou nas associações, estudantes submissos/as sob o controle do poder de turno. Apesar desta intervenção os grupos de estudantes independentes lutaram, mantiveram-se firmes e encararam os manifestos de tipo crítico e pluralista que a ditadura negava.

O setor estudantil esteve subordinado como agente político ao sistema ditatorial *stronista*. Desde o ingresso à Universidade, e já nos últimos anos do ensino médio, “os estudantes se identificavam em relação à inscrição partidária pessoal, ou a de sua família, e, a partir disso, passavam a fazer parte dos nos grupos correspondentes.” (LATERZA, 1986, p. 260)

A resistência à subordinação total nos quadros partidários foi uma constante na conduta dos/as estudantes dos anos revolucionários que aderiam aos partidos de oposição (O Revolucionário Febrerista, o Movimento Popular Colorado – MOPOCO, a Democracia Cristã e o Partido Liberal Radical Autêntico – PLRA).

Como forma de neutralizar esta adesão dos/as estudantes universitários/as aos setores da oposição, o governo impôs a filiação compulsiva e obrigatória ao Partido Colorado, transformando este documento partidário em um elemento fundamental para todos os expedientes administrativos e burocráticos dos entes educativos. Esta filiação obrigatória não era só para os/as universitários/as, também para funcionários públicos e militares.

O destaque político que adquiriu o Movimento Estudantil Independente (MEI) dentro dos setores estudantis se deu a partir da progressiva debilidade da oposição, a instauração de novos mecanismos de controle social e político totalitarista, portanto, a debilidade das instituições de defesa dos direitos e garantias. (LATERZA, 1986)

O MEI era o movimento que concentrava vários outros movimentos e frentes estudantis universitárias.²¹ Reclamavam “a não dependência das organizações particulares e a renúncia ao enfrentamento político personalizado com dirigentes, personagens políticos ou organismos concretos.” (LATERZA, 1986, p. 262)

O movimento teve um caráter organizativo que buscava representar formalmente as demandas de setores estudantis diante da burocracia acadêmica das universidades. Em uma publicação de um dos grupos que se considerava como o mais antigo, em 1964, encontramos:

²¹ No texto de referência “**la Experiencia Autonómica del Movimientos Estudiantil Paraguayo**” de Gustavo Laterza (1986) encontramos alguns grupos que formavam o MEI entre eles oficialistas e “independientes” como: Frente Independiente Estudiantil de Ingeniería (FIEI); Movimiento Universitario de Renovación Auténtica y Libre, Facultad de Filosofía UNA; Frente Unido Revolucionario, Facultad de Derecho UNA; Movimiento Universitario Renovador (MUR); Centro de Estudiantes de Medicina UNA; Frente de Integración y Reforma (FIR); entre outros.

(...) A Frente é política, no sentido claro de estar profundamente interessado em tudo aquilo que se desenvolvendo no âmbito nacional, represente uma verdadeira importância para a Pátria e o Povo ou incida diretamente sobre os objetivos e interesses da Universidade..., é político porém não partidarista nem sectário, porque intervirá em toda política que afete a Nação, sem se intrometer nas destrutivas rivalidades de partido (...). (**Trinchera**, órgão de imprensa da Frente Independiente Estudiantil de Ingeniería (FIEI), dic. 1965, Nº. 1 apud LATERZA, 1986, p. 262)

A postura comum que girava ao redor do grupo era o conceito de nacionalismo e de anti-totalitarismo, com adversários claros como o imperialismo (ligado ao capitalismo norte-americano) e o regime ditatorial, estruturalmente interligado em todo o continente.

Para finais dos anos 60, as relações entre diferentes movimentos de universidades e alguns grupos de estudantes do ensino médio foram suficientemente sólidas para possibilitar a realização de manifestações públicas, mesas redondas, serviços de extensão e festivais artísticos.

Com a visita de Nelson Rockefeller ao Paraguai, em junho de 1969, várias manifestações ocorreram contra esta máxima representação de capitalismo. Os/as manifestantes foram violentamente reprimidos/as, vários líderes estudantis foram presos, torturados e alguns exilados. A repressão sistemática incluiu a invasão de faculdades e a intervenção de um colégio religioso (Colegio Cristo Rey) resultando na expulsão de vários sacerdotes jesuítas.

As manifestações abertas contra a repressão e o pedido de libertação dos/as presos/as encontraram na igreja um espaço de acolhimento; porém estas táticas de protestos resultaram num sistema repressivo-seletivo contra as lideranças estudantis que acabaram por deixar o

movimento, causando a redução de suas atividades ao volume mínimo, até atingir um nível nulo de atuação.

O MEI teve um parêntese forçado pela forte repressão, que levou a uma auto-redefinição político-ideológica dos objetivos sob os sociais. Já no princípio da década de 1970, uma nova orientação política encabeçou o grupo (o MEI) e com o nome de Movimento Independente (MI) procurou incorporar maior estudo ao tratamento das teorias ideológicas sob as estratégias e táticas políticas das ações. (LATERZA, 1986)

Este parêntese forçado do MEI levou a uma auto-redefinição político-ideológica dos objetivos políticos sobre os sociais.

Sobre as novas orientações no princípio da década de 70, o grupo se denominou como Movimiento Independiente (MI), que buscava incorporar maior estudo ao tratamento das ideologias e ao campo teórico da estratégia e da tática política. (LATERZA, 1986)

O MI ampliou seus campos de ação e valorizou suas possibilidades políticas através de alianças com outros setores sociais como os camponeses, os intelectuais, artistas e jornalistas. As manifestações do movimento eram de origem pacifista; de manifestações pela libertação dos “presos de consciência” e contra os termos do Tratado de Itaipu, entre Paraguai e Brasil. O caráter político das atividades estudantis provocava inevitavelmente a repressão policial do regime.

No período de 1970 a 1975, o MEI e o MI co-existiram dentro do mesmo grupo, porém como mencionamos anteriormente, sobre a auto-redefinição do MEI, o MI tomou a liderança de ação comum entre o MEI e as Ligas Agrárias²². No que se refere a esta organização: “as Ligas constituíram um dos poucos movimentos populares paraguaios que souberam aquilatar uma identidade coletiva firme, e abrir caminhos de luta e reivindicação que apontavam para um modelo de sociedade equitativa e pluralista.” (GALEANO, 2002, p. 98)

Nessa época se formou outro grupo de maioria estudantil, do mesmo setor social que o MI; a *Organização Primeiro de Março* (OPM). Seus objetivos estavam apontados rumo à ruptura violenta com as estruturas do poder. Ambos grupos apresentavam uma diferença importante: o MI era uma organização aberta e seus dirigentes tendiam a desenvolver uma experiência social e política comum; a OPM era do tipo sectário, quase *iniciático* (LATERZA, 1986), semelhante ao movimento argentino “Montoneros”.

A formação da OPM foi abruptamente interrompida em março de 1976 com a invasão policial, que em uma “duvidosa ação” provocou a morte dos principais dirigentes da organização.

²² Las Ligas Agrarias Cristianas foi um dos movimentos sociais mais representativos do Paraguai contemporâneo. Surgiram a princípio da década de 70 na cidade de Misiones e logo se expandiram pelas áreas rurais do país. Em meados da década foram desarticulados pela máquina ditatorial. Seus líderes e dirigentes foram perseguidos, presos, torturados e alguns inclusive assassinados. As Ligas eram respostas à exclusão gerada pelo modelo de desenvolvimento agro-exportador e pela opressão do regime autoritário. A coesão interna estava fundamentada na solidariedade e na cooperação. Capacitados no sistema de educação popular de Paulo Freire, os “Linguistas” adotaram uma ideologia contestatária, rejeitando as injustiças (como dificuldade de acesso à terra, ausência de créditos adequados, exploração de armazenadores, etc.) Na organização primavam a atividade participativa de bases e o sistema democrático dos líderes.

A organização fomentava nas escolas camponesas, as práticas pedagógicas interativas, ensinava-se o guarani e se trabalhava a geração do conhecimento através da aprendizagem crítica. Esta forma educativa foi vista pela ditadura como comunista e subversiva portanto era brutalmente reprimida.

Alguns arquivos da organização acabaram nas mãos dos policiais com nomes de integrantes da OPM e do MI, assim as perseguições eram iniciadas.

Provavelmente por este motivo a repressão que se seguiu ao caso OPM –em março de 1976– não alcançou o MI. Mas cerca de um ano depois (julho de 1977), o governo considerou oportuno desarticular também o MI, procedendo à detenção de alguns dirigentes dos quais, logo depois de alguns dias no Departamento de Identificações da Polícia, acabaram declarando que o MI era de filiação comunista e que possuíam projetos subversivos, denunciando nomes de membros e dirigentes. (LATERZA, 1986, p. 273)

Tanto o MI, como a OPM, foram desmantelados sob a acusação de comunistas e terroristas, instruíram sumários judiciais e vários integrantes foram presos/as. Os/as dirigentes que conseguiram “fazer jogo de cintura” para se libertar da polícia acabaram em asilos diplomáticos e logo no exílio.

A repressão e desintegração dos Movimentos Estudantis no ano de 1977 revelaram uma debilidade do movimento universitário em geral: seu total desamparo frente à repressão política. Os/as jovens presos/as e perseguidos/as, na maioria dos casos, se viram obrigados/as a solicitar e aceitar a ajuda dos partidos políticos a quem eles acusavam e criticavam.

Esta conjuntura que desmobilizou as experiências do MI como grupo-social-participativo, dispersou seus dirigentes e reforçou o sistema de repressão do poder autoritário.

Ocorreram várias tentativas de reconstrução do movimento, que muitas vezes eram desarticulados pela repressão do aparato estatal ou pelas próprias formas de sociabilidade dos

grupos de estudantes. Só a partir de 1981, os grupos independentes voltaram a reunir-se através das organizações: a Frente de Estudantes de Medicina e a Frente Independente de Estudantes de Engenharia, ambos da Universidade Nacional.

Assim vemos que a militância juvenil nesse período se dava a partir da participação estudantil nos centros acadêmicos. As organizações se consideravam independentes por evitar ao máximo qualquer vínculo com partidos políticos tradicionalistas.

“Frente aos partidos e organizações políticas manteremos independência e o não compromisso, porém de acordo com as circunstâncias e realidades concretas não pouparemos esforços em nos alinhar com as forças de mudança em pé de igualdade com nossas próprias valorizações”. (Programa da Frente Unida Revolucionário para o Centro da Faculdade de Direito UNA, 1969 apud LATERZA, 1986:265)

As estruturas de organizações estudantis eram fortemente hierarquizadas, quase do tipo caudilhista, sobre este ponto veremos mais adiante o porquê da desarticulação das mesmas quando perdiam suas *cabeças norteadoras*.

Os festivais artísticos foram formas de manifestações por excelência, que geralmente iam acompanhados por passeatas que terminavam com fortes repressões policiais. Tudo isto para gerar a consciência da “*importância de trabalhar todos juntos*”, tanto dentro da classe estudantil paraguaia que funcionava como agente de mudanças sociais, visando melhorar a situação universitária e do país em geral.

Já no final dos anos 80, quando eram visíveis as marcas da decadência da ditadura de Stroessner, o movimento estudantil se organizava em um ambiente de “maior tolerância”, conseguindo assim espaços de maior representatividade estudantil dentro das duas Universidades (Universidad Nacional de Asunción – UNA e a Universidad Católica de Asunción – UCA).

Nessa época a educação universitária do país estava sustentada por duas instituições: a Universidad Nacional de Asunción (UNA, 1889) e a Universidade Católica “Nuestra Señora de la Asunción” (UCA, 1960). A primeira depende do Estado e a outra de financiamento privado, principalmente das mensalidades e outros encargos que pagam seus alunos. Ambas universidades possuem filiais no território paraguaio, porém há uma hegemonia significativa em Assunção por ser a capital, isto faz com que as unidades acadêmicas da capital se encontrem em melhores condições em um âmbito geral.

Abrindo um pequeno parêntese comparativo no que se refere à quantidade de universidades nos períodos da ditadura e da “democracia”; hoje o Paraguai conta com vinte universidades segundo os dados da Secretaria do Conselho de Universidades, quatro delas são nacionais e dezesseis privadas.²³

A ditadura de Alfredo Stroessner foi um antecedente fundamental na construção da sociabilidade paraguaia contemporânea, portanto, da geração de jovens de hoje. Esta rápida referência destaca que a categoria juvenil está acima de simples dados demográficos ou de

²³ BOSIO, Beatriz G. de. **Una Educación Paraguaya para el Siglo XXI: Transformando al súbdito en ciudadano.** IV ENCUESTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR. Disponible en: <http://www.corredordelasideas.org/docs/BosioEducacionSigloXXI.doc> Acceso en: 07 sep. 2004.

questões etárias, porém é importante considera-la como um elemento sociológico complexo. Além do mais, as características juvenis de cada geração se diferenciam umas das outras por estar no contexto histórico determinado que lhe compete viver e ser socializados.²⁴

²⁴ ABRAMO, H. faz um mapeamento de diferentes gerações de jovens no capítulo: **“Considerações sobre tematização social da juventude no Brasil”** (p. 25-36) Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade, ANPED, 1997.

CAPÍTULO II

2. “PÁTRIA QUERIDA, SOMOS TUA ESPERANÇA”

2.1 Transcender à democracia

Coincidindo com o fim das ditaduras na América Latina durante a década de 1980, a ditadura de Alfredo Stroessner chegou a seu fim na madrugada de 2 e 3 de fevereiro de 1989 por meio de um golpe militar. No livro *Stronismo, Golpe Militar y Apertura Tutelada* podemos ver como se criaram as condições necessárias para o golpe e os motivos que mobilizaram os militares para sair dos seus quartéis “em defesa da dignidade e da honra das Forças Armadas.” (RIQUELME, 1992, p.78)

No final de 1988 e princípio de 1989, aproximadamente cinquenta tenentes-coronéis eram promovidos ao grau de Coronel, entre eles Gustavo Stroessner, filho do ditador Alfredo Stroessner.

As intenções verdadeiras de Alfredo Stroessner eram passar o comando do governo a seu filho Gustavo, porém para isso, necessariamente deveria promovê-lo ao grau militar que permitisse promoção rumo à presidência. O que se buscava era manter a *monarquia Stroessner* dentro da trilogia do poder - Partido Colorado, milícia e governo.

Com essa disposição castrense por volta de 180 Coronéis, com mais de dez anos de trabalho (antiguidade), iriam para a reserva. Uma *Ordem Geral* do Comando das Forças armadas, em janeiro de 1989, colocava à disposição as nomeações de oficiais de “tendência militante” para Comandantes de importantes unidades castrenses. Esta *Ordem Geral* provocaria remoções e afastamentos de alguns Generais. (RIQUELME, 1992)

Entre os Generais que se encontrariam afetados pela medida, estava o General de Divisão Andrés Rodríguez; que foi a figura que encabeçou o golpe militar de fevereiro de 1989 e posterior ao golpe, transformou-se no Presidente do Paraguai, eleito para o período de 1989 a 1994.

O General Rodríguez foi o Presidente da transição democrática e além do mais, através de sua figura, o último período presidencial em que os militares ocuparam o poder oficialmente.

No caso do Paraguai, as causas que provocaram o golpe militar, portanto a queda da ditadura *stronista*, continuam sendo discutidas entre os fatores das *crises externas* (referindo-se aos conflitos repressivos do regime contra a sociedade civil) e das *crises internas*, que se sucederam dentro do bloco de poder, afetando diretamente membros castrenses do regime. (RIQUELME, 1992)

A “transição democrática” se transformou no processo de construção de um Estado de Direito, reconstrução de instituições e de reorganização de regras da política democrática. Tinha

início um amplo processo de “cidadanização”²⁵ que levaria gerações para concretizar-se. Esta euforia provocada pela derrocada de Stroessner começou a ser substituída por um sentimento de desesperança e desilusão, e o mal-estar foi *incorporado* principalmente entre o setor juvenil. Os casos de corrupção continuavam impunes, os discursos político-partidários eram os mesmos e a simbiose Partido Colorado - Governo - Militar se mantinha igual.

Muitos destes aspectos continuam sendo mantidos na estrutura político-social paraguaia; existem “nostálgicos” que ainda procuram arrastar os mesmos vícios do passado ditatorial. A cultura autoritária que persiste no governo, na classe política e na sociedade paraguaia não foi criada por Alfredo Stroessner, mas foi aproveitada e aprofundada por ele e pelo sistema de governo.

Ao buscar analisar a participação das juventudes organizadas, vemos que são geralmente de inserção urbana, com um perfil educativo e sócio-econômico maior que a média populacional em geral, e por isso não se mostram representativas da *Juventude Paraguuaia*, que em grande parte e variedade está composta por jovens desmobilizados e com crescentes dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho, assim como no sistema educativo. Uma brecha significativa entre *organizados* e *não organizados* se matiza por questões de regionalidade, classe, gênero, etc. constituindo assim um *mosaico de juventudes*.

Retomando o debate sobre o movimento estudantil paraguaio como uma das formas de participação juvenil, vimos que a partir da segunda metade da década de 80 o movimento

²⁵ Utilizamos “cidadanização” para nos referirmos à população que assume o compromisso de ser “sujeitos de direitos” e não só de deveres. As intervenções deixam de ser meras respostas de obediência ao poder e passam a ser os exercícios de soberania popular.

universitário ressurgiu a través da FEUP (Federação de Estudantes Universitários do Paraguai) que abordou alguns aspectos que se entrecruzam em um antes e um depois do golpe militar de fevereiro de 1989.

A FEUP apareceu oficialmente em 24 de abril de 1987 como uma forma de disputar o “controle” do sistema universitário da FUP (Federação Universitária do Paraguai). A mesma estava controlada pelo partido oficial e composta pelos militantes a favor do autoritarismo *stronista* que se articulavam dentro dos diferentes centros de estudantes.

A FEUP estava integrada por centros de estudantes tanto da Universidade Nacional de Asunción (UNA) como da Universidade Católica de Asunción (UCA)²⁶. Definiam-se como: “uma associação de estudantes que busca participar ativamente na construção de uma sociedade baseada nos princípios de solidariedade, igualdade, justiça e liberdade”²⁷. Além de lutar pelas reivindicações próprias do setor universitário, lutavam por uma educação igualitária, de livre acesso para a população, pela liberdade ideológica e pelo apoio à autonomia universitária.

Entre suas demandas a FEUP efetuou uma campanha contra a corrupção na universidade. As atividades dos centros de estudantes eram intensas ao reclamar denúncias, destituições e

²⁶ Estavam afiliadas à FEUP os seguintes centros de estudantes: Centro de Estudantes de Engenharia (CEI-UNA), Centro de Estudantes de Medicina (CEM-UNA), Centro de Estudantes de Filosofia e Ciências Humanas (CEFEH-UNA), Centro de Estudantes de Teologia (CET-UNA), Centro de Estudantes de Odontologia (CEO-UNA), Centro de Estudantes de Química (CEQ-UNA), Centro de Estudantes de Agronomia (CEA-UNA), Centro de Estudantes de Ciências e Tecnologia (CECYT-UNA), Centro de Estudantes de Direito e Ciências Sociais (CEDCS-UNA), Centro de Estudantes de Encarnación (CEE-UNA), Centro de Estudantes de Caaguazú (CEC-UNA) e o Centro de Estudantes de Pedro Juan Caballero (CEPJC-UNA) (LEZCANO, 1987, p. 4-5). Os três últimos centros estudantis correspondem a cidades do interior do país.

²⁷ Diário Última Hora, 21-jun-1986:10 apud YUSTE, 2002.

auditorias a diretorias de várias faculdades. “As mobilizações dos centros estudantis em função de interesses imediatos dos estudantes marcaram a tônica de 1989”. (MARTINI, 1990, p. 24)

Com a fundação da FEUP o movimento universitário recuperou seu poder de convocatória, foi a época “gloriosa” do movimento já que foram levadas adiante mobilizações, paralisações, greves, etc. de papel significativo contra a ditadura. Um exemplo sempre lembrado, foram as manifestações dos/as estudantes da Faculdade de Medicina (UNA) em frente ao Hospital de Clínicas no final da década de 80, os/as quais eram reprimidos/as e marcaram um ideal de luta contra o autoritarismo na história do país.

Logo após o golpe militar que derrubou Stroessner, o entusiasmo do movimento estudantil foi decaindo paulatinamente e as atividades pós-golpe da FEUP foram debilitando-se a nível participativo até diluir as mobilizações universitárias a uma visibilidade “zero”.

Nossa análise detectou que as ações do movimento universitário perderam importância, tanto pelo desaparecimento do principal inimigo (Stroessner) como pelo destaque que os partidos políticos (especialmente os da oposição) alcançaram junto à sociedade.

Essa *nova realidade democrática* revelou entre os jovens universitários a dificuldade de se auto-estruturar e de se auto-reformar. Nesse sentido, a *transição* privilegia a construção de uma institucionalidade jurídico-política própria de um Estado de Direito acima de demandas de setores civis e suas organizações (trabalhadores, mulheres, camponeses, estudantes, etc.) (MARTINI, 1990).

Com isto a transição se demonstrou como:

Um processo de mudanças pelo qual um regime preexistente é substituído por outro. Neste caso, os valores, as normas, as regras do jogo e as instituições próprias de um regime autocrático têm sido substituídas pelo conjunto diferente de valores, normas, instituições e regras que integram o regime democrático. (SANTAMARÍA 1982 apud RIQUELME, 1992, p. 107-108)

O período de transição democrática se transformou em anos de crises em todos os sentidos: crises de integração, crises sociais, crises políticas, crises econômicas, crises ideológicas e crises de segurança porque as cidades se tornaram mais violentas. Assim as sociedades pós-revolucionárias do socialismo real ou as do capitalismo imperante não se mostraram como alternativas atraentes ao contexto juvenil paraguaio.

Num ensaio de Yuste (2002) sobre *El movimiento estudiantil en Paraguay desde 1954* (mimeo); o autor descreve três causas da decadência da atividade dos grêmios estudantis universitários:

a) A maioria dos seus líderes cumpriu seu ciclo gremial e se transferiu a partidos políticos (o novo cenário de confrontação) sem deixar mudanças para outras gerações; b) a abertura de novos espaços de participação, afastou os estudantes a outros espaços (sociais, privados, etc.); e também c) a construção da identidade estudantil em torno da luta contra a ditadura e a favor da instauração da democracia, que diante do fim da ditadura e o início da transição, ficou com um frágil horizonte reivindicativo e, portanto, sem identidade, sendo transferida a outros setores (fundamentalmente partidos políticos e sindicatos). (YUSTE, 2002)

A apatia dominante dentro do movimento universitário foi e continua sendo, questão de debates analíticos entre acadêmicos/as e diferentes setores sociais. No livro *La sociedad dislocada* (GALEANO, 2002) o autor se refere às organizações estudantis (universitárias) que estão ausentes de reivindicações sócio-políticas, assim como de reivindicações próprias do setor universitário: “A hoje inevitável reforma universitária reclama o retorno do agente social

estudantil. Sem um movimento estudantil forte não se poderá encarar, com êxito esta urgente e necessária reforma”. (GALEANO, 2002, p. 116)

É importante esclarecer que a questão do *movimento universitário paraguaio* permitiria um estudo mais profundo das causas e conseqüências da crise pela qual está atravessando, porém neste trabalho tomamos o movimento universitário como uma das referências no contexto da participação política juvenil.

2.2 Buscando uma aproximação conceitual sobre juventudes politizadas

A geração da década de 60, mais especificamente a geração de 1968, se transformou em uma referência universal sobre as questões juvenis na sociedade moderna. Esta geração de jovens é o símbolo de projetos de transformação do indivíduo em sujeito e de verdadeiras lutas de emancipação política e social contra o sistema capitalista *pós anos dourados da indústria*.

Como tínhamos mencionado antes, nosso objetivo é analisar a participação política da juventude nas organizações juvenis, para isso, necessariamente devemos entrar na pluralidade conceitual do *sujeito jovem* e assim buscar a aproximação mais íntima com relação a nossos sujeitos de pesquisa que são os/as jovens.

Na análise de Martins (1979, 2004) sobre a “Geração AI-5”²⁸, que pode ser tomada como uma análise da juventude pós-ditadura militar, tanto no Brasil como no Paraguai e em geral em

²⁸ Entende-se por “Geração AI-5” a geração portadora de comportamentos típicos de alienação, gerados pelo regime autoritário, neste caso do Brasil, e tomada para a análise como constitutivo de um universo particular e específico na

toda a América Latina, aponta ao abandono de ideais de mudanças políticas e sociais. Segundo a análise rigorosa do autor, os/as jovens adotaram três caminhos: “o culto às drogas, a desarticulação do discurso (expresso pela contracultura dos anos 70) e o modismo psicanalítico”.

A geração criada sob a cultura autoritária conviveu num contexto de manipulação e de falta de informação. O problema da capacidade de reflexão crítica, como foi o caso da geração de jovens que viveram sobre um regime autoritário, se converteu num mecanismo de fuga da realidade, ao sentir-se incapaz de se afirmar como sujeitos constituídos de racionalidade e autonomia.

Essa referência da ascendência dos anos de 1960 e 1970 se deve a que em sua maioria foi a geração de pais e mães que estiveram sob a vigilância e tutela do regime militar, por esta razão foram obrigados/as a apagar seus *pensamentos críticos* característicos de sua juventude para evitar perseguições físicas e psicológicas e até para não formar parte da ampla fila do desemprego.

Como consequência, sofreram outras formas de socialização e atualmente são os/as progenitores/as de nossas juventudes contemporâneas.

sociedade. Segundo Martins (2004) a ideologia autoritária é substituída por uma difusa *cultura autoritária*, “que se transmite para a sociedade pelas práticas cotidianas de censura, da violência policial, da arrogância da burocracia, do desrespeito aos direitos individuais, da ocultação do processo decisório e dos *ukases* inapeláveis do poder. Essas práticas começaram a condicionar a existência dos indivíduos na medida em que, não apenas passam a definir as relações entre poder e sociedade, mas penetram e ordenam os mais variados domínios da vida cotidiana”. A geração entre 16-20 anos em 1968 se consolidou através do AI-5 no Brasil que foi a fase de maior brutalidade do autoritarismo.

Por esse motivo na conjuntura autoritária paraguaia, a *capacidade para a convivência* se transformou num dos fatores mais carentes da cidadania; já que o governo ditatorial, como base de seu totalitarismo, se encarregou de desarticular todo tipo de instituição onde as pessoas, neste caso os/as jovens, puderam educar-se num sentido amplo de *convivência*. Esta capacidade de convivência está diretamente relacionada ao amadurecimento pessoal e não às idéias que se professam.

Neste sentido, somos conscientes de que é muito difícil que duas pessoas possam coincidir totalmente em suas idéias, porém com o exercício da capacidade de autocrítica a possibilidade de aceitar a validade do outro leva a uma relação democrática. Sem este desenvolvimento é impossível a união livre e espontânea para a procura de objetivos comuns na população.

Com este antecedente geracional pretendemos ver: Quem são estes/as jovens contemporâneos/as dentro da realidade paraguaia que aparecem como agentes sociais ativos/as?

Esses/as jovens que estão nos movimentos juvenis contemporâneos arrastam ideais significativos da “heterodoxa tradição anti-sistêmica dos anos 60” (PONTE DE SOUSA, 2003) nas manifestações frente às novas relações sociais e principalmente políticas de nossa realidade atual, distanciando-se cada vez mais do modelo de contestação institucionalizada pelo pensamento de esquerda histórica.

A produção material foi transformada em produção de signos e de relações sociais. Para Melucci (1997) as experiências juvenis estão constituídas por meio de mudanças cognitivas,

culturais e materiais, estes processos têm caráter sistêmico. A produção de significados afeta diretamente as áreas do sistema mais vulneráveis aos conflitos, neste caso aos/às jovens. Isto leva a um aumento na capacidade social de ação e intervenção da ação juvenil como tal.

Em contrapartida, a produção de significados dentro do sistema marca a necessidade de controle e regularização sistêmica das ações sociais juvenis. Com isso as ações dos segmentos juvenis se transformam em símbolos e formas de comunicação que encarnam uma luta pelas mudanças que já estão enraizadas na essência da estrutura das juventudes como grupo social.

Assim vemos que Melucci (1997, p. 13) nos afirma sobre a condição juvenil: “A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através de mudanças e de transitoriedades.”

O curso da vida foi *cronologizado* até torná-lo um elemento jurídico. Este instrumento procurou construir e controlar as juventudes ao longo da história, especialmente do século XIX ao XX; porém na realidade, a juventude existe na prática social, cada “juventude” é vivida de formas diferentes por cada indivíduo.

Daí a diversidade simbólica da vivência juvenil na sociedade está determinada por fatores como a condição social, educação, o gênero, condições econômicas, etnia, religião, nacionalidade, condição urbana ou rural, regiões desenvolvidas ou subdesenvolvidas, entre outros elementos que determinam a complexa realidade do próprio conceito objetivo.

Os grupos juvenis semi-independentes, autônomos, informais, livres, paralelos e/ou alternativos que aparecem diante das formas controladoras dos grupos “adultos”, e de quem se esperava uma conduta de passividade pela questão cronológica e de uma relativa inexperiência, foram traçando práticas próprias de sociabilidade e de valores alternativos, antagônicos às estruturas oficiais, tornando-se sujeitos de ação social.

Na visão estruturalista de Eisenstadt, um dos autores clássicos dos estudos sobre juventude, as características básicas dos grupos etários estão atribuídas por definições socioculturais marcadas pelo fator biológico. A juventude é compreendida como “a divisão reconhecida da vida do indivíduo ao passar da infância para a idade avançada”. (1976, p. 02)

Para Eisenstadt, a socialização dos/as jovens fundamenta a continuidade dos processos sociais através da interação entre adultos/as (possuidores de regras e valores) e jovens (não possuidores e inexperientes), que considera a condição elementar para consolidar a integração social. Esta proposta dá forte ênfase ao fator idade como elemento de análises.

Fazendo um paralelo temporal entre as diferentes análises sobre juventude, a noção do mesmo sempre parece invocar um espectro natural (fatores biológicos, estados anímicos, habilidades corporais, etc.), estas associações formam parte da construção cultural que a sociedade criou sobre os símbolos jovens.

Numa concepção mais contemporânea sobre juventude, Margulis (2001) reforça seu conceito como uma questão susceptível às mudanças históricas. Portanto, é uma condição relacional determinada pela interação social e cujo elemento básico é a idade processada pela cultura.

A noção de juventude, na medida em que remete a um coletivo extremamente suscetível às mudanças históricas, a setores sempre novos, sempre mutáveis, a uma condição que atravessa gêneros, etnias e camadas sociais, não pode ser definida com um enfoque positivista, como se fosse uma entidade acabada e preparada para ser considerada foco objetivo de uma relação de conhecimento. (MARGULIS, 2001, p. 41)

Na aparência de um “conceito esquivo” (MARGULIS, 2000) sobre a juventude, esta não só se refere ao estado, condição social ou etapa da vida, significa uma representação associada ao valor simbólico com brechas apreciáveis, ou seja, com costumes, comportamentos, práticas e estruturas sociais visíveis, demarcando desta forma a própria identidade juvenil.

Os fatores sociais, historicamente desenvolvidos, condicionam as formas de ser jovem; a forma particular de estar no mundo, com sua temporalidade e experiências próprias (Facticidade)²⁹. Explicando nas palavras do autor:

“(...) Foram mudando os tempos e os modos que marcavam o ingresso ao papel de adulto, a assunção social plena das responsabilidades com que esse papel é identificado. A complexidade crescente da vida social própria da época atual foi constituindo esta instável faixa populacional que chamamos de *juventude*”. (MARGULIS, 2000, p. 15)

A mesma “juventude”, disse o autor, mostra certa resistência ao conceito único baseado na idade, por isso prefere-se falar de “juventudes” já que não se pode dizer que existe uma homogeneidade em *juventude*. Por essa dimensão simbólica, que mencionávamos antes, como categoria social, é necessário considerar também o *fator geracional*.

Uma geração (jovem) não é só uma questão biológica de simples coincidência de datas de nascimento, mas uma verdadeira fraternidade sobre os estímulos da época, uma seqüência de

²⁹ MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud**. Ed. Biblos 2, Buenos Aires, 2000.

processos que implicam uma cadeia de fatos nos quais cumprem o papel de testemunhos contemporâneos, em outras palavras, como protagonistas de sua história.

A questão é que na problemática sociológica, a juventude é entendida como uma categoria social; que pode ser caracterizada como uma etapa da vida dos indivíduos marcada por circunstâncias de instabilidade, associada a determinados problemas que se mostram como próprios, além de compartilhados por uma mesma categoria de idade em momentos que se constituem como cultura juvenil. (PAIS, 1996)

Nos últimos anos, notamos a explosão cultural entre os/as jovens que expressam uma visão variada e móvel de múltiplos comportamentos, identidades, linguagens e formas de sociabilidade (MARGULIS, 2001). Por isso, vemos que na década de 1980 aparecem “novas” formas de sociabilidade juvenil (darks, punks, etc.) com o que Abramo (1994) afirma não existir uma “essência juvenil” e vincula esta “novidade” ao contexto social de aspectos sócio-históricos, a partir das expressões juvenis de grupos urbanos.

A juventude é uma *significante* complexa e dentro dessa complexidade também está a *condição relacional*, onde muitas vezes “são jovens” porque ocupam o lugar de “jovens” na família, na comunidade e na estrutura social. São filhos e filhas, não são pais, nem mães, nem avôs ou avós; são jovens e ocupam o lugar que a estrutura determina.

Para reforçar o conceito de juventude, vejamos o que Delgado (1998)³⁰ afirma:

³⁰ In: HÜNERMANN, P., ECKHOLT, M. (eds.) **La juventud latinoamericana en los procesos de globalización. Opción por los jóvenes**. ICALA, FLACSO, Eudeba. Editora Universitaria de Buenos Aires, 1ª edic. 1998. p. 51-76.

“A juventude é uma construção histórica cultural e não puramente etária; e, por outro, que tampouco é um objeto de estudo homogêneo, dado que poderia falar-se de diversas juventudes, da rural-urbana, universitária, da mulher jovem, de diferentes estratos sócio-econômicos e ainda de atividades (por exemplo, educação e trabalho)”. (DELGADO, 1998, p.52)

A articulação complexa de “*o que é ser jovem*” na América Latina mostra que:

Etapa juvenil se considera, habitualmente, o período que vai desde a adolescência (mudanças corporais, relativa maturidade sexual, etc.) até a independência da família, a formação de um novo lar, a autonomia econômica, que representariam os elementos que definem a condição adulta. Um período que combina uma considerável maturidade biológica com uma relativa ausência de maturidade social. A juventude como *transição* até a vida adulta (...) é diferente segundo o setor social que se considere. No geral, a juventude transcorre dentro do âmbito da família de origem. (BRASLAVSKY, 1986 apud MARGULIS, 2000, p. 14)

A diferenciação social, as classes e segmentos sociais estabelecem diferentes *juventudes* marcadas por elementos básicos que constroem sua *autonomia individual*, por meio da saída do seio familiar, a independência financeira, a constituição de parceiros/as e até o primeiro filho.

Nossos sujeitos de investigação, que analisaremos nos próximos capítulos, são os/as jovens urbanos (de Assunção) de quatro organizações juvenis, que como grupo etário estão entre 15 e 25 anos³¹, mas o fator idade está explícito simplesmente por questões metodológicas, nossos sujeitos estão propostos com relação à questão de *moratória social* que trata a juventude como categoria histórica e não meramente biológica.

Em Margulis (2001, p 43) vemos que: “a noção de ‘moratória social’ alude a um prazo concedido a certa classe de jovens, que lhes permite gozar de uma menor exigência enquanto completam sua instrução e alcançam sua maturidade social e econômica”. Esta permissividade se

³¹ Esta faixa etária é considerada de “jovens” de acordo com os critérios adotados pelas Nações Unidas e CEPAL.

relaciona com a ampliação do período de aprendizagem e se remete principalmente aos filhos e filhas das classes médias.

Para o autor o auge *massmediatico* (MARGULIS, 2001) também reforça o conceito de juventudes, condicionado por elementos de atitudes e definições estéticas próprias de determinados setores de jovens de classes médias e altas: é prestigioso ser jovem. Este condicionamento etário descarta as diferenças sociais, de gênero, códigos culturais e também mudanças históricas. Neste sentido a condição juvenil se vê como um *signo* que se materializa por meio de recursos materiais e simbólicos que se articulam através do consumo diferencial.

Independente ao que se refere às questões de gêneros, dentro dos setores sociais, se prolongou no tempo a condição de juventude, vinculando-se com os estudos e aumentando a fase de preparação e aprendizagem, que muitas vezes chega a ter um matiz boêmio. (Idem, 2001)

Neste trabalho tomamos como *sujeitos de investigação* jovens, de certas classes sociais interligadas (de média a alta): aqueles/as que dispõem de meios econômicos e/ou a herança cultural que lhes permite orientar-se até os estudos e postergar assim sua inserção total na estrutura econômica.

Contudo, antes de adentrarmos no debate sobre a participação juvenil, é necessário considerar a idéia de Mische (1997) ao afirmar que precisamos de uma nova ótica teórica capaz de englobar a multiplicidade de relações e significações sociais, e o caráter interativo e processual de toda experiência social.

Assim as experiências dentro de vários setores sociais criam as oportunidades e/ou barreiras, esperanças e/ou frustrações, que levam os indivíduos, neste caso jovens, a experimentar diferentes futuros possíveis, com certa receptividade às identidades e projetos preconcebidos pela sociedade.

Nossos/as jovens militantes, na maioria estudantes, podem expressar seus “conflitos” (tanto pessoais como coletivos) através da militância, e assim, exercitar e dirigir suas ações rumo a propostas coletivas concretas. Segundo Ponte de Sousa (1999, p. 28) “a militância transforma a vida do jovem, educando-o e lhe dá um suporte para criar estratégias que fortalecem sua subjetividade em conflito”.

No contexto de nossos/as jovens militantes estamos falando de uma “luta de poder” (QUAPPER, 2001), porque quando reconhece a juventude como um momento de ideais desde uma visão adultocêntrica³², adquire uma dupla conotação, que reconhece os possíveis aportes juvenis, porém simultaneamente, se lhes desqualifica por essa lógica idealista passageira.

Da mesma forma, o que se refere às críticas e propostas que realizam os jovens e seus grupos às formas de vida de suas sociedades, seus modos contra-culturais de gerar agrupamentos, de relacionar-se, de comunicar-se, de vestir-se (...) são vistos como ações de rebeldia e de não adaptação social, entretanto não dão conta do que se espera: a subordinação das/os jovens a aquilo que cada geração adulta lhes oferece no tempo que lhes corresponde viver. (QUAPPER, 2001, p. 63)

A clara luta por espaços, que preferimos tomar como luta por *reconhecimento* como categoria social. Os grupos juvenis nas últimas décadas buscavam mudar as práticas governamentais (corrupção, clientelismo, abuso de poder, etc.) predominantes no Paraguai pelas

³² O mundo adulto vê a juventude desde a aprendizagem que impõe a socialização, definida como matriz adultocêntrica, que busca compreender e compreender-se dentro do mundo moderno e nas relações sociais que nele se dão. O mundo adulto se concebe a si próprio e é considerado por seu entorno como o formador e preparador responsável pelas “futuras gerações”. (QUAPPER, 2001)

práticas-políticas-históricas. Por isso os/as jovens contemporâneos não acreditam na política, principalmente na classe política, e relacionam a palavra “política” com “política partidária”.

Em meio deste conflito que é próprio do *mal-estar da modernidade*³³ a subjetividade da juventude paraguaia se constitui em condições onde o *contrato social* se desenvolve e assume novas formas. Assim é que o comportamento político juvenil tem suas características próprias conforme o período histórico onde ocorre, como testemunharam as décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 até os dias atuais.

O momento que implica a inserção do indivíduo jovem a uma estrutura organizativa, se carrega de motivações pessoais tanto para organizar-se, expressar-se e buscar integrar-se na sociedade; como uma forma para pertencer à categoria de “cidadão/ã” coberto/a de direitos, e assim, formar parte do que denominamos comumente de sociedade civil³⁴.

Com a herança histórica de uma cultura pouco participativa, reprimida pela ditadura e com poucos elementos que reforcem a memória coletiva no sentido de ‘organizar-se’, a juventude contemporânea do Paraguai se (re)organizou e está reivindicando seus direitos como categoria social.

³³ Ponte de Sousa (1999) aponta sobre esse mal-estar da modernidade ao dizer: “Vive-se um ‘mal-estar da modernidade’ e há uma consciência falsa e ao mesmo tempo verdadeira sobre um tempo que ainda não se completou. Falsa, porque se tem consciência de uma ruptura que não ocorreu; e verdadeira, porque é própria das deformações advindas da modernidade: ‘sua ilusão é a tentativa de reagir às patologias da modernidade através de uma fuga para frente, renunciando a confrontar-se concretamente com os problemas da modernidade’”. (ROUANET, 1986 apud PONTE DE SOUSA, 1999, p. 64)

³⁴ Entenda-se por *sociedade civil*: a esfera da cidadania que não forma parte das entidades castrenses e tampouco da política partidária.

Todos os elementos simbólicos que se encontram no interior da conjuntura nacional demarcam as diferenças que existem dentro dos ideais participativos das juventudes da época da ditadura e do período democrático.

2.3 ¿Quem são os/as jovens dentro da América Latina?

Nossa modernidade contemporânea está caracterizada pela *globalização*. Uma globalização que aparece com força na década de 90 coincidindo com a decadência dos regimes militares ditatoriais no continente latino-americano de finais dos anos 1980; e somados ao neoliberalismo que se dispersa pela região sob a sombra da ALCA³⁵.

Com a queda do muro de Berlim e as crises do leste Europeu, reestruturou-se o pensamento acerca das práticas ideológicas no mundo. Em grande parte da América Latina, e tomando Brasil como o maior país geograficamente falando dentro da região, as elites do poder aderiram à retórica das reformas liberais dentro do discurso neoliberal que foi entrecruzando-se com o apoio às reformas econômicas.

Estas reformas que acontecem tanto nos estratos políticos como nos sociais por efeito do próprio neoliberalismo, foram-se refletindo em vários âmbitos, desde o subjetivo do indivíduo que passava por algum tipo de movimento ou grupo social e até nas instituições sociais estabelecidas.

³⁵ ALCA: Área de Livre Comércio das Américas.

Na redefinição do cenário complexo da realidade latino-americana onde “a distribuição da renda é cada vez mais desigual, a violência e a pobreza aumentam; o desemprego em massa se torna uma cena naturalizada; e a corrupção e os escândalos na vida política se tornam freqüentes” (MESQUITA, 2001, p. 50), os grupos organizados se tornaram peças chaves na transformação social.

Os movimentos e grupos organizados tratam de responder aos novos problemas sociais do continente, vão incorporando nas suas pautas novos conteúdos e “maneiras de atuar coletivamente” (MESQUITA, 2001). Por isso, os movimentos sociais da América Latina estão numa constante redefinição de suas práticas políticas, tudo na tentativa de abarcar e responder às inúmeras demandas sociais que existem na região.

A juventude latino-americana contemporânea está imersa num forte antagonismo de *sua modernidade*, por um lado, uma extensão cada vez maior do período de sua adolescência e juventude, através da prolongação do sistema educativo / formativo. Porém esta *moratória social* (MARGULIS, 2000) só é permitida aos sujeitos que contam com disponibilidades financeiras; em contrapartida, muitos/as adolescente, e às vezes quase crianças, são arrastados/as pelo sistema a inserir-se no mundo do trabalho, em virtude da insatisfação das suas necessidades básicas.

Os grupos organizados de jovens da região se articulam de uma forma mais horizontal, e buscam formas participativas mais alternativas de organização. Estas formas de ação, que estudaremos mais adiante na conjuntura paraguaia, buscam se adequar à conjuntura própria de

cada país do continente; apesar disto, existem temas que traspassam as fronteiras e se tornam “comuns”, *se globalizam*, formando ideais de contestação e resistência unificada. Por exemplo, a ALCA, a luta contra o imperialismo, etc.

Mesquita (2001, p. 52) afirma que “a articulação dos movimentos passou por uma dinâmica mais horizontal e participativa”. A diferença pode-se ver nas estruturas dos grupos selecionados, por exemplo: a “hierarquização” que era herança dentro das organizações dos ex-governos militares, atualmente aparece de forma inconsciente em alguns casos; de maneira geral, os grupos buscam fomentar a participação igualitária de todos/as seus membros, com o maior grau de igualdade possível.

Durante os anos 90 foram resgatadas algumas questões reprimidas no passado, como a Reforma Agrária, a incorporação da temática da ética, a revalorização da cultura como instrumento formativo e a expressão de novas sociabilidades e as experiências positivas de gestões de governos populares.

Dentro da cultura juvenil latino-americana “onde a diversão e o prazer são meios de expressão privilegiados, construir espaços de manifestação cultural capazes de aglutinar e de transformar a crítica social em ação coletiva, é muito importante”. (MESQUITA, 2001, p. 62)

As expressões culturais se transformaram em um meio para canalizar as manifestações de caráter político-social que por sua vez expressam sua complexidade, já que a subjetividade juvenil se torna uma dimensão relevante na prática da ação política.

Essas ações e organizações aparecem carregadas de conteúdos democráticos, de cidadania, ética e justiça articulando-se através de redes e intercâmbios sociais. Com essa articulação surgiram identidades que se constroem “num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização”. (SCHERER-WARREN, 1998 apud MESQUITA, 2001, p. 52)

Questões sociais e políticas sobre América Latina são tratadas pelas diferentes organizações em diversas partes da região, por exemplo, é o caso da UNE no Brasil³⁶.

Observamos também que a *imediaticidade da informação*, a qual militantes de diferentes organizações e de outros territórios têm acesso através de elementos da modernidade como Internet, telefones celulares, fotografias digitais, etc., contribui para globalizar a solidariedade, visibilidade e reconhecimento entre os grupos, e por que não dizer, entre suas ações políticas coletivas.

³⁶ Numa simultaneidade de celebrações e reflexões críticas durante algumas assembléias da entidade em escala nacional se promovia um *momento de mística*, recriando-as como espaço de sensibilização, ora mais comemorativo ora mais reflexivo, para colocar assim questionamentos sobre a atualidade latino-americana, como luta pela terra, injustiça social, memória de mártires, construção de novos ideários, etc. O *momento de mística* foi uma peculiaridade dos movimentos estudantis das áreas de ciências agrárias (Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal) no início do ano de 1990.

Hoje o jovem é muito ‘realista’, eles tendem a aceitar as leis do mercado e os produtos dos meios de comunicação com mais facilidade. Os estudantes não parecem manifestar o mesmo entusiasmo. Não existe um modelo de sociedade atraente. Os ideais revolucionários, todavia existem, porém não mobilizam como no tempo de Che Guevara. O realismo de mercado, o domínio da tecnologia, os produtos da mídia, a globalização compõem um quadro de referência para o posicionamento dos indivíduos e seus comportamentos parecem mais ‘cautelosos’. (THIOLLENT, 2000, p. 07)

Com a formação dessa comunidade virtual, as ações coletivas se transformaram em políticas quando serviram ao amparo do conjunto social e estimularam as possibilidades de desenvolvimento das categorias juvenis.

Vários foram os movimentos organizados (e não organizados) que colocaram em foco a atuação juvenil. Podemos destacar desde as diversas manifestações protagonizadas pelos estudantes, aos múltiplos movimentos culturais; desde as campanhas de caráter pacifista e ambiental, até as ‘ações coletivas’ caracterizadas pela fragmentação dos anos 90, como por exemplo, os *arrastões* e formação de *ganges*. Esta amplitude de manifestações demonstra a complexidade da temática juvenil, principalmente devido à multiplicidade de inserções juvenis existentes. (MESQUITA, 2001, p. 66)

As questões juvenis giram em torno das perspectivas dos problemas que afetam às juventudes, suas demandas e suas privações; porém por outro lado, vemos que quase nunca as questões são anunciadas por eles mesmos. (ABRAMO, 1997)

Os/as jovens que atuam em movimentos juvenis operam de forma focalizada em comunidades e bairros, porém pensam e consolidam laços de forma *globalizada* por meios de comunicação, do tipo Internet. Os grupos juvenis, dentro de suas comunidades localizadas, promovem a criação de canais alternativos de comunicação como rádios comunitárias, panfletos, atividades culturais, periódicos alternativos, etc.

Um exemplo claro de juventudes organizadas na América Latina são os *movimentos de resistência em redes* (PONTE DE SOUSA, 2003), constituído por jovens contestadores/as e que

têm como foco a luta contra a ALCA; jovens que expandem a ação de resistência contra a globalização em diferentes grupos dentro da região.

Um dos seus antecedentes foi o 1º encontro promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1996, em Chiapas (México). “Este foi o início de um longo calendário que vem sendo seguido anualmente, quando muitas organizações e movimentos se articularam e deram impulso às manifestações anticapitalistas em várias partes do mundo”. (Idem, p. 07)

Os grupos buscam promover a liberdade e a independência de cada membro na maneira de atuar e decidir, como os/as militantes dizem: “de participar” nas ações coletivas. As ações diretas, a não rigidez das estruturas nos grupos, a abertura a mudanças e a predisposição a assumir erros e virtudes marcam o *comportamento político coletivo* (Sousa, 2003) de novos/as militantes juvenis na América Latina:

A analogia do movimento com um ecossistema - algo que sempre está mudando e vivendo a sua própria diversidade - revela seus princípios orientadores: a *diversidade*, que faz com que não seja permanente, que morra e ressurgir sobre nova forma conforme as circunstâncias; a *descentralização*, porque não há um centro irradiador de algum princípio único, porém uma conexão de vários pontos diferentes entre si; a *interdependência*, que cria a necessidade de dependência entre as partes do movimento que possui relação com o local, porém conectado com o global; a *interconexão* do particular com o universal, quando os movimentos localizados estão conectados com o global. (PONTE DE SOUSA, 2003, p. 09)

Estes/as jovens militantes estão ligados/as ao ideário de *resistência global*, provêm da classe média, e mantêm contato pela Internet ou com grupos articulados em oportunidades como o *Fórum Social Mundial* que vem realizando-se na cidade de Porto Alegre - Brasil.

No Paraguai alguns grupos juvenis começaram a introduzir a questão da ALCA; a introdução desta problemática dentro da agenda dos grupos permitiu uma maior abertura dos

mesmos no que se refere à globalização e outras idéias de reivindicação social. Os grupos juvenis do Paraguai selecionados serão analisados no próximo capítulo.

As atividades e mobilizações juvenis no Paraguai ressurgiram de forma incipiente, após 1989 (final da ditadura de Stroessner). Apesar disso, a grande maioria dos/as jovens paraguaios/as não se sentiam incentivados a participar de algum tipo de organização juvenil, isto considerando a escala nacional e fora dos grupos tradicionais como desportivos, de recreação, etc.

De acordo com algumas declarações vemos que³⁷:

“O grau de organização da sociedade civil paraguaia no final da década de 90, e princípios de 2000, segue sendo baixíssimo, é muito pouco o que a sociedade paraguaia se articulou desde o início da transição, ou seja, estamos falando de que praticamente 70% das pessoas, do total da população não está engajada em qualquer forma de associação, já não falemos somente de associações políticas, esse percentual não participa em nenhuma igreja de base, em nenhuma forma cooperativa, não está associado de nenhuma maneira e dentro dos 30% que sim estão associados, há uma porcentagem muito baixa dos que estão em grupos que tenham caráter político, de grêmio ou grêmio-econômico, como por exemplo as cooperativas ou associações de produtores”. (HV, entrevistado em set. 2003)

Esta opinião se fundamenta com os dados da EIH (Pesquisa Integrada de Lares) tanto em 2000, como em 2001 e 2002. Os baixos níveis participativos, considerando as formas participativas em períodos diferentes da história do Paraguai, se atribuem a políticas públicas defasadas, falta de interesse por parte das autoridades, no que se refere à problemática juvenil, e

³⁷ Durante a pesquisa de campo realizamos três entrevistas a pessoas que estavam vinculadas à questão juvenil, estas pessoas foram selecionadas de forma aleatória.

também ao estado de desânimo da sociedade paraguaia tanto no setor civil como na própria juventude.

De fato acontece que uma minoria juvenil organizada estabelece a margem inicial para a análise da prática política juvenil da geração atual.

“A partir de 89 acontece esse duplo processo, os espaços de participação política da juventude, perdem em relevância e em pertinência e por outro há um processo de abertura de novos espaços, e estes novos espaços juvenis basicamente passam pelas ONGs, ONGs que trabalham a questão juventude, por alguns movimentos juvenis específicos”. (HV, entrevistado em set. 2003)

Ao nos referirmos às mobilizações juvenis, precisamos reiterar que foram em temporalidades diferentes. As mobilizações durante a ditadura foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado militar e uma oposição que estava composta por jovens questionadores/as da categoria estudantil. As mobilizações juvenis pós-ditadura, tiveram agentes mais privilegiados em suas ações coletivas, pois a abertura ajudou a somar outros setores sociais, tanto civis como políticos, que se identificaram com o ideal de questionar o sistema de governo.

Adentrando no que se refere às formas de participação juvenil no Paraguai, especificamente na região metropolitana de Assunção, os primeiros registros sobre participação política juvenil (pós-ditadura) que encontramos, foram as Eleições Municipais do ano de 1991 que revelaram a maioria juvenil dentro do eleitorado nacional.

Vários partidos políticos (oficialistas e opositores) se encontraram em dificuldades ao ver que esta ampla faixa juvenil eleitoral buscava propostas concretas que afetassem a dita categoria.

Com este interesse os candidatos tentaram “enfeitar” seus programas eleitorais com elementos juvenis, já que arrastavam vícios político-partidários da época da ditadura.

Um movimento independente, *Asunción para todos*³⁸, conseguiu capitalizar desde o início de sua campanha o desejo de participação juvenil e conseguiu a vitória municipal na capital Assunção, em 1991.

O trabalho de participação se canalizou por meio de *Sakã*³⁹, uma iniciativa de organizações civis para a transparência eleitoral que reuniu aproximadamente 2000 jovens para o trabalho de contagem paralela que se realizou nas eleições.

Alguns movimentos juvenis paraguaios que analisaremos no próximo capítulo estão presentes em países de América Latina e guardam as características e iniciativas que afetam claramente a temática juvenil. De fato, a análise do que ocorre no Paraguai está num contexto determinado, porém não é uma situação isolada na região.

³⁸ *Asunción para todos*, era um movimento político independente liderado por Carlos Filizzola, que nas eleições do ano de 1991 conseguiu o triunfo pela Prefeitura de Assunção. Foi um fato significativamente importante por duas razões fortes: a) o triunfo de um partido não-oficialista, depois da queda de Stroessner, em um cargo importante no país, e b) as primeiras eleições livres e democráticas depois da ditadura, porque durante o governo de Stroessner o cargo de prefeito era designado de forma direta e manipulada pelo mandatário e não pelo povo, através do voto.

³⁹ *Sakã* (palavra guarani que significa “transparência”) esteve organizado para as eleições de 1991 e 1993, foi uma iniciativa das seguintes organizações: **CDE** (Centro de Documentación y Estudios), **CECIEC** (Centro Europeo para la Cooperación Internacional y los Intercambios Culturales), **GCS** (Grupo de Ciencias Sociales), **CED** (Centro de Estudios Democráticos), **CIPAE** (Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencias), **CIRD** (Centro de Información y Recursos para el Desarrollo del Comité Paraguay-Kansas), **Universidad Columbia** y **Decidamos** ONG. Reuniram aproximadamente 2000 jovens que formaram uma rede de mensageiros que tornaram possível o envio dos dados (contagem de votos paralelos) desde os diferentes locais de votação do país até os seus respectivos centros de armazenagem de informação.

Tomamos como exemplo a luta *Antimilitarista*, que vem sendo levada à frente pelo *MOC*, *Movimento de Objeção de Consciência* de diferentes partes do continente, conformada em sua maioria por jovens que estão na idade dos 18 anos, ou próximos a essa idade para cumprir o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A Objeção de Consciência⁴⁰ não é só contra o serviço militar, é também contra a violência que as instituições militares representam; é a favor da *Não-Violência* para resolver todo tipo de conflitos político, social e jurídico, por isso é uma questão que ultrapassa questões de gênero, étnicos, raças, religião, etc. É uma questão de Direitos Humanos.

O SERPAJ-Py (*Servicio Paz e Justicia-Paraguay*), que é uma organização que está distribuída por toda a região da América do Sul, promoveu o incentivo da questão da Objeção de Consciência, tanto no Brasil como no Paraguai e em outras regiões do continente.

No Brasil, o MOC⁴¹ surgiu após uma reunião em março de 1996 entre pessoas interessadas na objeção de consciência e opostas ao militarismo. Segundo seus militantes, a objeção de consciência deve ser feita de forma individual e respeitando princípios filosóficos, religiosos e/ou políticos: “Não por influência, por moda ou por querer andar na contra mão. Nós

⁴⁰ **A Objeção de Consciência:** “é um Direito Humano fundamental que garante o poder de desenvolvimento da vida das pessoas e dos povos, de acordo com sua particularidade. A objeção de consciência é a expressão mais clara desse direito, entendida como uma postura ética, coletiva e política de neo-colaboração com os instrumentos que se utilizam no militarismo: Forças Armadas, Serviço Militar, Gastos militares e o uso da violência para resolver conflitos, nem com qualquer sistema baseado na dominação mediante a violência contra o ser humano e a inclinação natural. Busca mudanças sociais integrais, transformando criativa e positivamente as estruturas de opressão. Leva à construção da nova sociedade, onde os Direitos Humanos sejam a base do relacionamento entre as pessoas e os povos”. (Bases para uma Declaração dos Princípios da ROL. Rede de Objetores/as na América Latina. Santiago - Chile, out. 1995. In: I Encontro Nacional de Objeção de Consciência Antimilitar. São Leopoldo, RS, março, 1996)

⁴¹ Segundo os dados proporcionados, após essa iniciativa, o MOC no Brasil se desarticulou como movimento, somente alguns outros movimentos, como os Anarco-punks em Florianópolis, abraçaram por um tempo o ideal Antimilitarista.

não impomos a ninguém nossa ideologia, nem queremos convencer a ninguém de nada, apenas conscientizar”. (I Encontro Nacional de Objeção de Consciência Antimilitar. São Leopoldo, RS, março, 1996)

Partindo do geral para o particular, em Florianópolis (SC), o *Movimento Anarco-punk* foi o grupo interessado em abraçar a idéia Antimilitarista. Junto com o MOC que se estava constituindo na cidade, foram se estruturando através do diálogo informal. Os/as jovens militantes partiram da idéia de que as forças castrenses sempre serviram como executores e protetores de interesses das elites de poder que controlavam as maiorias da base – o povo.

O serviço militar para os/as jovens representa um dos principais canais para introduzir os antivalores democráticos de convivência na sociedade, e esta incorporação começam a partir dos segmentos juvenis que passam pela instituição castrense. Num dos panfletos (*ver quadro I*), lançado pelo MOC e os Anarco-punks, podem ser vistas as diferenças entre os objetivos que as instituições militares representavam e os que buscavam os/as objetores/as:

Quadro I

| O sistema militar representa: | Como objetores/as de consciência queremos: |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Guerra, como uma atividade que atravessa tudo; a educação, a liberdade, a economia, a convivência social e nossas relações com a natureza. • Violência contra o povo como aconteceu na Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, e até mesmo aqui no Brasil (Volta Redonda). • Violência como a única forma para resolver os conflitos que resultam de uma “cultura de violência”. | <ul style="list-style-type: none"> • Uma convivência entre as pessoas e os povos, baseado na igualdade de direitos, acesso aos recursos, conhecimento e informação. • Resolução em igualdade de condições sociais levando a uma cultura de par e apoio mútuo. • Participação informada e oportuna nos processos de tomada de decisões de todos os setores da sociedade em termos de perspectivas. |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Dominação (há ditaduras militares em toda América Latina). Que implica repressão total, dentro de um esquema autoritário e hierárquico de mandato e obediência cega e inquestionável com uniformidade. • Machismo, chauvinismo, racismo, classicismo, que trouxe como consequência o nacionalismo como um instrumento de legitimação. • Destruição irreparável de recursos humanos, naturais e energéticos. • E muitos outros antivalores. | <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a diversidade, em particular as de gênero, etnias, crenças e cultura. • Cooperação e intercâmbio transnacional e transcultural para aumentar a confiança e a amizade entre os povos. • O uso responsável das próximas gerações e da atualidade, dos recursos naturais e energéticos. • Um respeito irrestrito para a pessoa humana e para a natureza. |
|---|--|

Fonte: Panfleto *“Pela vida pela paz, militares nunca mais!!”* distribuído pelo MOC em Florianópolis-SC.

No início, a preocupação principal dos/as jovens militantes do MOC do Brasil foi aprofundar as diretrizes para as ações jurídicas pertinentes a favor dos objetores. Tanto o MOC do Brasil como do Paraguai começaram contando com poucos objetores, de acordo com a declaração de um dos propulsores para a constituição do MOC no Brasil, que dizia: *“Nosso grupo será pequeno mas o empreendimento é grande e importante”*. (WANGEN, RICARDO, carta-MOC - RS, s/d)

Segundo a Declaração dos Princípios da ROLC⁴² (Rede de Objetores/as da América Latina e Caribe), na América Latina a supremacia do modelo de desenvolvimento neoliberal e a globalização da economia ocasionaram o crescimento do militarismo, incidindo no cotidiano das pessoas e nas estruturas sociais de práticas de valores que promovem o autoritarismo, a submissão, o machismo, o verticalismo, a nulidade de pensamento crítico e a resolução dos conflitos com métodos violentos.

⁴² Bases para uma declaração dos princípios do ROL. Mimeo. 7-outubro-1995. Santiago, Chile.

Hoje existem mais de um milhão de militantes objetores e objetoras de consciência na Europa e América Latina em países como a Colômbia, Venezuela, Brasil, Paraguai, Guatemala, Honduras, Equador, Argentina e Chile.

Em 1982 apareceram publicamente na Argentina os primeiros objetores de consciência depois da guerra das Malvinas. Em maio de 1994, em Assunção, Paraguai, foi realizado o primeiro *Encontro Latino-americano de Objetores de Consciência frente ao Serviço Militar Obrigatório* em todos os países do continente.

Em outubro de 1995 voltaram a se reunir os/as objetores de 15 países da América Latina e do Caribe na cidade de Santiago do Chile para tratar as questões da objeção de consciência e o neoliberalismo.

Tanto no MOC do Paraguai, como do Brasil e do resto da região, são entidades *Antimilitaristas* que adotaram a *Não-Violência* como filosofia e estratégia de ação e sua ferramenta de ação é a Objeção de Consciência, que adquire caráter político como modo de vida que exige “coerência, integridade e radicalismo”. (2º Encuentro Latino de Objeción de Conciencia / Chile, 1995, mimeo)

O fator que permitiu a aparição dos/as *jovens Antimilitaristas* no Paraguai foi a CONOSMO (*Coordinadora de No al Servicio Militar Obligatorio*) no ano de 1991, uma organização que nasceu como resposta a uma conjuntura política que foi a Constituinte de 1992. Outros setores sociais (indígenas, mulheres, camponeses, sindical, etc.) começaram a organizar-

se à luz dessa conjuntura, mas foi a CONOSMO que se apresentou como sendo único grupo social organizado com reivindicações próprias do setor juvenil.

A proposta era, obviamente, o “Não ao Serviço Militar Obrigatório” através da *Objeção de Consciência*. A CONOSMO foi produto do vínculo entre um grupo de estudantes secundaristas de um colégio privado, pessoas integrantes de organizações não governamentais (ONGs) e outros grupos juvenis.

A organização conseguiu centralizar vários agrupamentos juvenis que começaram a realizar atividades com vistas às eleições constituintes e introduzir a questão do *Não ao Serviço Militar* dentro de campanhas públicas, porém posteriormente esta organização (CONOSMO) se auto-dissolveu por falta de militância. Conseqüentemente ficou uma ONG (SERPAJ-Py Servicio Paz y Justicia Paraguay) encarregada de levar o trabalho de *lobby* dentro da constituinte, e este trabalho foi bem sucedido já que conseguiu incluir na Constituição Nacional a questão da Objeção de Consciência.

A partir disso, começaram os trabalhos sobre o tema e se consolidou uma nova organização, o *MOC-PY (Movimiento de Objeción de Conciencia-Paraguay)*, que iremos analisar no capítulo seguinte. Além do mais se faz importante esclarecer que a questão da Objeção de Consciência não é exclusiva do MOC do Paraguai, existem outras organizações juvenis que tomaram a bandeira da Objeção em suas reivindicações, como por exemplo: “A Casa da Juventude”.

Outro movimento que nos permite fazer uma ponte de conexão entre as temáticas juvenis de maneira regional, é o dos estudantes secundaristas (do ensino médio).

No Paraguai, em 1991, surgiu o MOS (*Movimiento por la Organización Secundaria*) que foi uma organização que nasceu das próprias inquietações dos/as jovens secundaristas. Estes setores vinham de famílias que tinham certa experiência em resistência ao poder *stronista*, vinculados a manifestações, organizações populares, de esquerda, perseguidos, etc.

Os/as jovens decidiram por sua vez consolidar um espaço no âmbito do ensino médio. Basicamente não possuíam grandes reivindicações, o que mais queriam era organizar os/as alunos/as do ensino médio. O valor essencial do movimento estava na *organização*, uma vez organizado foram tomando as bandeiras do *passe estudantil* e a questão do *serviço militar obrigatório*.

No Brasil, a organização que aglutina os/as estudantes secundaristas é a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), a organização está muito ligada a UNE (União Nacional dos Estudantes) que é a entidade nacional dos/as estudantes universitários/as. A UBES reúne os/as estudantes do *ensino básico* (educação fundamental, média, técnica e *pré-vestibular*).

O movimento dos estudantes secundaristas contém características próprias que o torna bastante peculiar, tanto pelo curto tempo que se permanece na educação média, quanto pela

passagem conflitiva, e simultaneamente, decisiva, pela qual todos os/as jovens experimentam como parte do ciclo natural da vida.

Com a tendência de universalizar o ensino médio e a ampliação da educação técnica, as bases do movimento secundarista se expandiram para uma maioria de jovens entre 15 e 24 anos.

Durante sua história, os/as militantes da UBES não simplesmente reivindicaram uma educação pública, democrática e de qualidade. Buscavam criar formas alternativas de organização para: a) Pressionar grêmios, entidades municipais, estaduais e nacionais; b) Defender os interesses estudantis; c) Possibilitar a formação de estudantes que compunham os grupos e sua intervenção fora do grupo; y d) Aliar-se às lutas de movimentos sociais e populares.

O MOS, que também formou parte da CONOSMO, chegou a ter um crescimento organizado e uma quantidade significativa de pessoas integradas ao movimento.

No dia 12 de outubro de 1991, o MOS apresentou no Parlamento Nacional o projeto de lei do *Passe Estudantil* com uma pequena manifestação frente ao local. Porém, no final desse mesmo ano, durante uma assembléia, o movimento se dividiu por problemas internos entre seus dirigentes e um setor se retirou da assembléia criando outro movimento que foi o FES (Frente Estudantil Secundarista), formando no país dois grupos de estudantes secundaristas/as, o MOS e o FES.

Ambos movimentos se debateram entre tensões particulares e estratégicas, pois o MOS queria criar uma Federação de Estudantes Secundaristas e abandonar a questão do passe, e por sua parte o FES pretendia seguir a luta pelo passe de estudantes e fortalecer os Centros de Estudantes. (YUSTE, 2002)

O FES continuou a luta pelo Passe e no dia 19 de agosto de 1993 realizou uma manifestação frente ao Parlamento com 300 jovens para pressionar o tratamento da lei do Passe Estudantil. A última atividade do FES foi em setembro do mesmo ano (21 de setembro – dia da Juventude) quando cerca de 6000 estudantes se reuniram em frente ao Parlamento para exigir a lei da meia passagem estudantil.

Finalmente, o Presidente na época, Juan Carlos Wasmosy aprovou a lei do Passe Estudantil entre os dias 10 e 15 de dezembro de 1994; apesar de haver vetado um artigo sobre a implementação da lei, o cumprimento total da mesma somente foi conseguido em setembro de 2000, através da luta de outra organização juvenil, o Movimento de Obtenção do Passe Estudantil (MOBE) que posteriormente analisaremos no capítulo três. (YUSTE, 2002)

Por causa da saída de seus dirigentes ao término do ciclo secundário de ensino e pela cultura personalista que apresentava um tipo de *liderança com elementos de caudilhismo* na coordenação do movimento, o FES entrou em crise e desapareceu em pouco tempo, o mesmo ocorreu com o MOS que perdeu militância e relevância, e acabou dissolvendo-se no tempo e no espaço.

Está claro que as experiências do MOS, da CONOSMO e também do FES, foram *iniciativas juvenis* praticamente de desenvolvimento independente; só no caso da CONOSMO, onde se juntaram outros grupos juvenis, existiu uma inter-relação estratégica entre uma ONG (o SERPAJ-Py) e uma organização juvenil, para logo desembocar em uma organização diferente que é MOC-PY.

2.4 Antecedentes que construíram o atual panorama de nossas juventudes no Paraguai

Em toda a cronologia que expusemos para contextualizar nosso sujeito de pesquisa: *as juventudes do Paraguai* vimos que existe uma construção histórico-social de *ação e resistência* dentro da sociedade, e na década de 90 que localiza nossa geração contemporânea de jovens, não foi diferente. As manifestações de “Abril de 1996” e como consequência, o denominado “Março Paraguaio (1999)” foram dois acontecimentos políticos que marcaram o ressurgimento⁴³ da participação juvenil no país.

Em 1993 assumiu a presidência da república o Engenheiro Juan Carlos Wasmosy que foi o primeiro governo oficialmente civil; apesar disto, as forças militares continuavam formando parte da cúpula do poder dentro do aparato estatal, e nesta elite se destacava a figura do então

⁴³ Mesmo após o término da ditadura e durante o próprio regime, a juventude participou num cenário sócio-político diferente com a abertura democrática, por esta razão utilizamos a palavra “ressurgimento”, não querendo dizer que antes destes fatos a participação não era significativa, mas sim para indicar o marco inicial de uma “visão diferente” sobre as juventudes. Depois dos fatos de “Abril de 1996” e do “Março Paraguaio”, os meios de comunicação de massa falavam de juventude e de participação de forma importante e intensa, além disso, as atitudes por parte da sociedade civil (os adultos) em relação aos/as jovens adquiriram um relacionamento diferente, ou pelo menos, impulsionou uma discussão sobre valores e costumes diferenciais entre ambas gerações.

General Lino Oviedo que representava, e continua representando, uma ameaça para o processo democrático.

A crise que se desatou em abril de 1996 foi por causa dos propósitos do presidente Wasmosy de afastar a Oviedo, o qual se sublevaria com o apoio das forças da Cavalaria. O planejamento militar foi realizado em meio a um ambiente de conspirações, felizmente a favor da democracia. Segundo Costa e Bogarín (1996), “não existiu ordem escrita de operação e tampouco o plano estratégico de defesa” já que a operação foi absolutamente reservada dentro do governo e de alguns comandos castrenses.

Os comandos médios militares que sabiam da operação e apoiavam o processo democrático, batizaram a operação de: Gedeón⁴⁴. A crise político-militar teve seu auge entre 22 e 25 de abril de 1996.

Nesta rápida síntese de contexto, o que nos interessa é a repercussão que estes fatos provocaram na sociedade civil e principalmente na juventude, que foi, segundo os meios de comunicação, a principal protagonista destes acontecimentos, afirmando que “o brilho juvenil foi determinante para manter viva a chama da dignidade e da esperança”. (COSTA; BOGARÍN, 1996, p. 246)

Nesses dias de abril, a sociedade se mobilizou de maneira espontânea para manifestar-se em frente à casa presidencial (Mburuvicha Róga); a mobilização se transformou em “um” dos

⁴⁴ Gedeón: personagem bíblico, quarto juiz de Israel, que ganhou notoriedade por sua bravura em combate e por cortar a cabeça de seus inimigos.

elementos que evitaram a consumação do golpe militar, além disso, retomou a discussão sobre o tema da ingerência militar dentro da vida política do país.

As manifestações estiveram marcadas por dois momentos; primeiro, quando Wasmosy revela seus desejos de afastar Oviedo; e o segundo momento, numa tentativa de “acalmar os ânimos” da crise e evitar a subversão do “general golpista”, decide nomeá-lo Ministro da Defesa, porém isto não chegou a se concretizar.

Enquanto os partidos políticos timidamente se mobilizavam diante da queda da frágil democracia, um amplo setor da população e especialmente os/as jovens exigiram a defesa da ordem constitucional e a subordinação dos militares ao poder civil legitimamente constitucional. (COSTA; BOGARÍN, 1996)

Segundo os autores, os/as protagonistas definitivos da atitude cívica foram os/as estudantes universitários/as e secundaristas. Estudantes da faculdade de Direito da Universidade Nacional foram a chispa que incendiou as manifestações juvenis e com eles/as, outros/as estudantes de faculdades das Universidades Nacional e Católica. Porém também devemos somar aos mesmos/as, o grupo de jovens que se encontrava em uma das praças do centro de Assunção, eram jovens artesãos/as e ligados/as ao ideário da contracultura hippie, que nesse primeiro momento se deslocaram até o local das manifestações.

Segundo a declaração de um dos nossos entrevistados, ao se referir sobre a tentativa de golpe e a participação dos/as jovens:

“Havia uma ameaça de golpe de Estado, porém nunca ocorreu, isso fez com que jovens organizados e jovens desorganizados se dirigissem à praça da democracia, se instalassem com barracas, pintassem o rosto e se convertessem no símbolo da resistência cidadã. Quem eram estes jovens que se instalaram na praça da democracia? Curiosamente eram jovens artesãos que viviam mesmo na praça da democracia, que nesse momento moravam lá, e são jovens hippies (...) e esses são os jovens... são os que se instalam de fato na Praça do Congresso e depois se uniram, a esses jovens, jovens de outros grupos organizados, e aí sim estão as pessoas do JOC⁴⁵, e gente do MOC e também gente de outros grupos juvenis, ex-líderes do FES, do MOS e há um montão de gente e de outros tipos de grupos”. (JC, entrevistado em set. 2003)

Os/as jovens que se manifestaram, os/as “caras pintadas”, se rebelaram contra o autoritarismo, tomaram uma postura de resistência diante da figura de Lino Oviedo que simbolicamente representava a figura dos antivalores democráticos.

Enquanto os partidos políticos na sua maioria convocavam seus partidários para o sábado 27 de abril, para se manifestar contra a decisão presidencial de premiar com um ministério um general golpista, jovens universitários e estudantes secundaristas, com seus brancos uniformes e seus rostos pintados, estavam nas ruas, desde a terça-feira 23 de abril, lutando contra os simpatizantes do autoritarismo e contra a Polícia, que inexplicavelmente, e a todo momento, encarregou-se de reprimir os partidários da institucionalidade. (COSTAS; BOGARÍN, 1996, p. 246)

Foram os/as jovens que se posicionaram no local das manifestações em *senal de guerra*; e na leitura simbólica do coletivo cidadão foi um ato de resistência e de coragem por parte dos jovens que apostaram na democracia e ‘*se posicionaram*’ contra a figura autoritária de Lino Oviedo, não que defendessem o governo vigente de Wasmosy, o que defenderam foi o respeito à ordem democrática.

Esta atitude de luta e coragem dos/as jovens ficou no imaginário coletivo (CASTORIADIS, 1975) da população, e quando aconteceram os fatos do “Março Paraguai” em 1999, a cidadania fez uma leitura similar e procurou relembrar as ações dos/as jovens que se

⁴⁵ JOC: Juventud Obrera Cristiana.

manifestaram novamente a favor da integridade democrática porém num campo de gerações mais heterogêneo.

Em 1998, Wasmosy passava o mandato presidencial ao Engenheiro Raúl Cubas Grau. Lino Oviedo continuava sendo símbolo de conflito e ameaça dentro da elite de governo. Em 23 de março de 1999, foi assassinado o vice-presidente Luis María Argaña, o que gerou uma forte comoção e instabilidade política no país que terminou cinco dias depois com a renúncia do presidente Cubas Grau, a fuga de Lino Oviedo a Buenos Aires⁴⁶ e a assunção ao cargo de presidente do então presidente da Câmara de Senadores, Luis González Macchi⁴⁷.

Coincidindo com dia do assassinato de Argaña, o setor dos camponeses se mobilizava até a capital para reclamar seus direitos, os mesmos se instalaram em frente à sede do Congresso Nacional; após a notícia do assassinato, militantes simpatizantes do movimento *argañista*, ativistas de grêmio e jovens de diferentes correntes políticas e sociais começaram a se concentrar na praça para manifestar seu repúdio aos fatos e pedir a renúncia do presidente Cubas Grau.

Os primeiros confrontos entre manifestantes e policiais em frente à praça tiveram início na noite de 23 de março deixando vários/as feridos/as. Diante destes conflitos, a população em geral, sem distinção de partido, classe e idade se sentiu convocada a se manifestar contra os atos repressivos uma vez que estabeleceu uma associação aos fatos que ocorreram em abril de 1996.

⁴⁶ **Marzo paraguay: revuelta, masacre y cambio de gobierno.** Diário ABC cor, 14 ago. 2003. Disponível em: <http://www.abc.com.py/inventario/articulos.php?pid=62267> Acesso em: 9 nov. 2004.

⁴⁷ A Constituição Nacional do Paraguai em seu artigo 234 **Da acefalia** estabelece: “Em caso de impedimento ou ausência do Presidente de República, o mesmo será substituído pelo Vice-presidente, e na falta deste e em forma sucessiva, o Presidente do Senado, o da Câmara de Deputados e da Corte Suprema de Justiça (...)”.

“A inspiração para que as pessoas saíssem às ruas, tomassem a praça, pintassem a cara e resistissem lá, era porque estavam lendo o que aconteceu da outra vez e eu dou um valor muito positivo, o que ocorreu no março paraguaio; havia jovens, mas isso era uma coisa de várias gerações, havia gente de todas as idades, de todos os partidos, inclusive os partidos ali não tinham preponderância, ali estavam todos os grupos juvenis, havia um montão de organizações juvenis, mas organizações de todo tipo, sindicais, políticas, movimentos sociais de todas as formas, em compensação as pessoas logo o caracterizaram como “dos jovens que responderam” porque estavam vendo a situação de acordo com o que aconteceu da outra vez. (referindo-se aos fatos de abril de 1996). (JC, entrevistado em set. 2003)

Não podemos deixar de mencionar que entre a noite de sexta-feira 26 e a madrugada de sábado 27 de março de 1999, aconteceram os maiores enfrentamentos entre os/as *jovens da praça* e os/as manifestantes que defendiam a postura política do presidente Cubas que estava com Oviedo como líder.

No momento de maior disputa, as forças policiais se retiraram do lugar e deixaram que os dois bandos se enfrentassem em batalha campal uns contra os outros. É claro que com evidentes desvantagens, os/as *manifestantes contestadores do governo*, armados com pedras e paus, e os outros “manifestantes a favor” com bombas, armas de fogo e objetos contundentes. O resultado: sete mortos e centenas de feridos que se transformaram em heróis para a população paraguaia.

Atualmente as questões que envolvem Lino Oviedo e a morte de Luis María Argaña são questões de grandes controvérsias e contradições no Paraguai, não é nosso objetivo analisar essa situação, tampouco pretendemos analisar os dois acontecimentos antes sintetizados, já que necessitaríamos outra metodologia e outros objetivos para desenvolver uma análise mais profunda, porém não podemos deixar de contextualizar estes fatos porque uma das conseqüências que trouxeram, foram a demarcação do sentido crítico da problemática juvenil no país e o tema da participação juvenil.

Depois do “Março Paraguaio”, vários grupos juvenis se organizaram dentro do caráter espontâneo e midiático da conjuntura. Como dissemos antes, os meios de comunicação incentivavam a participação juvenil e o “clima sócio-político” era propício para isso. Mas, pouco tempo depois, esses grupos foram dissolvendo-se pelo próprio processo de estruturação e militância, e os/as jovens militantes que buscavam espaços de consciência crítica se dispersaram e se uniram a organizações juvenis mais estruturadas e especialmente de certa solidez participativa na temática juvenil.

Apesar destes fatos terem sido significativos na história política do Paraguai, o cenário da participação juvenil continua atuando em condições mais desfavoráveis.

Em geral, a América do Sul é uma região onde a exclusão social toma ampla magnitude e o Paraguai não está fora dessa realidade. O entretecido de exclusão, gerações, participação e vulnerabilidade, revela um cenário de “perda de cidadania” (CAPUTO, 2003) que a problemática juvenil deve enfrentar.

O contexto social paraguaio se apresenta com profundas desigualdades sócio-políticas que aparecem pela idade, pelo gênero, pelo lugar de residência e pelo nível sócio-econômico. A imensa maioria dos/as jovens não só não consegue se beneficiar dos bens materiais, como também não têm acesso às instituições e aos serviços básicos e culturais que são vitais para se desenvolverem, isto reflete a baixa aspiração da participação juvenil.

No Paraguai existe um apreciável setor da juventude que pode ser considerado de “excluída”, este grupo etário corresponde à geração nascida no final dos anos 1970 e na década

de 1980. Esta geração atravessou por crises e conflitos de diversos tipos: políticos, econômicos, morais, de valores, educativos, de identidade e de modelos de Estado.

O panorama social está vinculado à corrupção, falta de trabalho, inacessibilidade à educação e a bens culturais; a tudo isto devemos acrescentar as experiências de mudanças (psicológicas e físicas) naturais de cada indivíduo.

A heterogeneidade destas “juventudes”, que é quase invisível para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude, está exposta a várias situações de risco social e não conta com as possibilidades de recuperar (e às vezes até de manter) seus laços com a sociedade para assim permitir um sistema de integração social favorável. Essas estruturas de desigualdades (sociais, educativas e laborais) provocam um acúmulo de tensões, um mal-estar social, que termina deteriorando projetos de vida e isolando as potencialidades de “cidadania” dos sujeitos juvenis.

Existe uma variedade de jovens com diferentes graus de vulnerabilidade que vão desde moderados a extremos. Os segmentos de jovens com vulnerabilidade moderada se encontram numa corda frouxa, pois possuem vínculos incompletos com a sociedade, assim ao aumentar as relações de vulnerabilidade cidadã com outras circunstâncias como deixar de estudar, a desocupação ou problemas de saúde, pode levar o *ser jovem* a uma categórica situação de exclusão.

Os setores de jovens excluídos/as -que são os que se encontram num grau de vulnerabilidade extrema- são os inabilitados de conseguir subir até os principais espaços de integração social (educação, emprego, participação cidadã e cultura), com essa realidade acumulam necessidades e somam mal-estar, tanto pessoal como do sistema social. (CAPUTO, 2003)

O fato de ser jovem acentua a exclusão social por ter uma conotação direta sobre as possibilidades e condições pessoais do sujeito.

A juventude “integrada” é aquela que goza de uma cidadania mais ativa, aquela que pode exercer a prática cidadã por meio de informação, conhecimento, acesso à cultura, confiança, recursos de autonomia, interações sociais, grupais e de participação; porém apesar disto, não está isenta de outros problemas como o excessivo consumismo, que em muitos casos se transforma em insatisfação e gera um sentimento de exclusão.

Os dados quantitativos de outras investigações mostram que durante os anos das décadas de 1980 e 1990 se consolidou um cenário cada vez mais pobre e uma queda na qualidade de vida das famílias paraguaias, o que coloca a juventude e as crianças em situações de risco social.

O risco se torna mais complexo ao associar a juventude com adjetivos de delinquência e como estigma de problema, por isso resulta crucial repensar culturalmente a categoria juvenil, que permita romper com os preconceitos e avaliações que são feitas dos sujeitos juvenis.

CAPÍTULO III

3. OS/AS JOVENS PARAGUAIOS/AS CONTEMPORÂNEOS/AS E SUAS ORGANIZAÇÕES

3.1 Quantos são e onde estão os/as jovens?

O cenário da nossa investigação se encontra entre as fronteiras vizinhas da Argentina, Brasil e Bolívia: o Paraguai. O país está dividido pelo Rio Paraguai, o qual demarca categoricamente suas duas regiões: Oriental e Ocidental, 60% do solo paraguaio pertence à Região Ocidental (Chaco Paraguaio) albergando 2,7% da população com 0,6 de habitantes por km² e, por outra parte, a Região Oriental onde se concentra a maior parte da população (97,3%) com uma densidade populacional de 31,2 habitantes por km². O Paraguai está dividido em 17 estados incluindo Assunção (Capital), atualmente; segundo os dados do Censo Nacional de 2002 o país está com uma população de 5.183.080 de habitantes distribuídos em 406.752 km² com uma densidade populacional de 12,7 habitantes por km².⁴⁸

O Paraguai nos últimos 50 anos quadruplicou sua população; de 1.328.452 hab. em 1950 e segundo o último Censo Nacional (28, agosto-2002) o país conta com 5.183.080 habitantes. O ritmo de crescimento da década de 1992-2002 é de 2,2%, se estima que o Paraguai duplique sua população em aproximadamente 30 anos, se a taxa atual se mantiver em 2,2%. (Censo Nacional 2002. Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos)

⁴⁸ Publicado pela Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos (DGEEC) Principales resultados del Censo 2002. Vivienda y Población. Disponible en: <http://www.dgeec.gov.py>

Em 2004, a população do país estava em 5.742.006 hab., isto de acordo com os dados divulgados pelo DGEEC que tem um acréscimo de 7% acima do valor obtido no censo de 2002 correspondente aos nascimentos estimados entre esses anos.⁴⁹

De acordo com a estrutura populacional a idade “jovem” continua predominando no país, ainda que segundo os dados, vão reduzindo-se no período 1950-2002.

A população menor de 15 anos que alcançava 43,8% do total em 1950 se reduziu a 36,9% em 2002. Por outro lado, o grupo de mais de 65 anos mantém um reduzido peso ainda que tenha crescido muito lentamente, porém de 3,7% em 1950 passou a 4,9% em 2002. Finalmente, a população de 15 a 64 anos, a de maior peso percentual e capacidade de trabalho, também cresceu rápido ainda que irregularmente; representava 52,5% em 1950 e chega a 58,2% em 2002.

Os menores de 15 anos na área rural constituem 41,2% e os da área urbana 33,6%. Em contrapartida a população maior de 65 anos, com incidência limitada, cresceu alcançando 5,0% em ambas as áreas em 2002. De acordo com último censo, é significativa a diferença da população potencialmente ativa, de 15 a 64 anos, na área urbana em comparação à rural com 61,5% e 54,0% respectivamente. Esta assimetria se deve principalmente às limitadas condições de vida rural e às maiores possibilidades que oferece o mercado de trabalho urbano. (*ver quadro II*)

⁴⁹ Diario ABC Color, <http://www.abc.com.py/articulos.php?fec=2004-10-07&pid=138003> . Acesso em: 7 out 2004.

A faixa populacional de 15 a 19 anos corresponde a 42,8 %, o grupo de 20 a 24 anos constitui 32% e de 25 a 29 anos contempla 25,2%. O total da população de jovens de 15 a 29 anos está constituído por 26,2% (1.527.435) da população, dos quais 58,3% residem nas áreas urbanas. Pode considerar-se que de cada 100 pessoas, 26 estão na faixa dos 15 aos 29 anos. Grande parte da juventude é solteira, um pouco mais da metade vive em seus lares sob a condição de filho/a e o idioma utilizado geralmente é o guarani nas áreas rurais e o espanhol nas áreas urbanas. (JUVENTUD EN CIFRAS, 2003)

A distribuição por sexo, da população jovem, se mostra equilibrada. Os homens representam 50,3%, enquanto que as mulheres constituem 49,7%, esta estrutura é similar tanto em áreas urbanas como em rurais. Nas áreas urbanas existe um pequeno predomínio das mulheres sobre os homens, de 52,4% a 47,5%. (*ver quadro III*)

Em escala nacional, só três de cada dez jovens estudam. A Encuesta Integrada de Hogares (EIH)⁵⁰ 2000-01 aponta que 33% da juventude estudam, enquanto cerca de menos da metade (17,7%) se dedica exclusivamente à atividade estudantil, a outra metade combina estudo com trabalho.

A participação cidadã é entendida como a intervenção dos membros sociais em diversas organizações que a sociedade possui assim o exercício da democracia a través da participação depende do papel de seus cidadãos/ãs e da sociedade em si própria. No Paraguai somente 10% da população juvenil está associada a alguma forma de organização ou associação, a participação é

⁵⁰ Pesquisa Integrada de Lares (sic).

levemente superior em áreas urbanas (12%) que em áreas rurais (8%), (*ver quadro IV*). No que se refere à participação política (1%), a porcentagem geral é considerada baixa, já que dentro dessa margem de 10% se incluem as práticas participativas em coletividades religiosas e esportivas que levam a maioria.

No país, as organizações religiosas são as que congregam em maior medida a participação juvenil (41%). As organizações como os grêmios e/ou produtivas são o segundo grupo que aglutina os/as jovens. As organizações esportivas também atraem a atenção dos/as jovens (15%), seguidas das organizações comunitárias/de bairro (7%) e as culturais (6%). (*ver gráfico I*)

Quadro II

| Paraguay: Estructura de la población según área urbana-rural y grandes grupos de edad. Período 1950-2002 | | | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Grupos de edad | Población | | | | | |
| | 1950 | 1962 | 1972 | 1982 | 1992 | 2002 |
| Total | 1.328.452 | 1.819.103 | 2.357.955 | 3.029.830 | 4.152.588 | 5.183.080 |
| 0 a 14 | 581.340 | 834.723 | 1.055.184 | 1.236.224 | 1.725.103 | 1.911.953 |
| 15 a 64 | 697.611 | 913.371 | 1.207.512 | 1.664.435 | 2.237.588 | 3.017.567 |
| 65 y más | 49.501 | 71.009 | 95.259 | 129.171 | 189.897 | 253.560 |
| Urbana | 459.726 | 651.869 | 882.345 | 1.295.345 | 2.089.688 | 2.940.660 |
| 0 a 14 | 178.833 | 266.722 | 340.044 | 447.176 | 775.189 | 987.402 |
| 15 a 64 | 264.343 | 356.991 | 501.191 | 784.871 | 1.212.254 | 1.807.443 |
| 65 y más | 16.550 | 28.156 | 41.110 | 63.298 | 102.245 | 145.815 |
| Rural | 868.726 | 1.167.234 | 1.475.610 | 1.734.485 | 2.062.900 | 2.242.420 |
| 0 a 14 | 403.089 | 568.001 | 715.140 | 789.048 | 949.914 | 924.551 |
| 15 a 64 | 434.363 | 556.380 | 706.321 | 879.564 | 1.025.335 | 1.210.124 |
| 65 y más | 31.274 | 42.853 | 54.149 | 65.873 | 87.651 | 107.745 |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| 0 a 14 | 43,8% | 45,9% | 44,7% | 40,8% | 41,5% | 36,9% |
| 15 a 64 | 52,5% | 50,2% | 51,2% | 54,9% | 53,9% | 58,2% |
| 65 y más | 3,7% | 3,9% | 4,0% | 4,3% | 4,6% | 4,9% |
| Urbana | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| 0 a 14 | 38,9% | 40,9% | 38,5% | 34,5% | 37,1% | 33,6% |
| 15 a 64 | 57,5% | 54,8% | 56,8% | 60,6% | 58,0% | 61,5% |
| 65 y más | 3,6% | 4,3% | 4,7% | 4,9% | 4,9% | 5,0% |
| Rural | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| 0 a 14 | 46,4% | 48,7% | 48,5% | 45,5% | 46,0% | 41,2% |
| 15 a 64 | 50,0% | 47,7% | 47,9% | 50,7% | 49,7% | 54,0% |
| 65 y más | 3,6% | 3,7% | 3,7% | 3,8% | 4,2% | 4,8% |

Fonte: Principais resultados do Censo 2002. Moradias e População. DGEEC, 2003.

Quadro III

**População de 15 a 29 anos por sexo
Segundo a área de residência e grupos de idade (%)**

| Grupos de idade (anos) | | Sexo | |
|------------------------|------------------|----------------|----------------|
| | Total | Homens | Mulheres |
| País total | | | |
| Total | 1.527.435 | 767.702 | 759.733 |
| 15 a 19 | 42,8 | 45,6 | 40,0 |
| 20 a 24 | 32,0 | 30,6 | 33,5 |
| 25 a 29 | 25,2 | 23,8 | 26,5 |
| Área urbana | | | |
| Total | 890.319 | 423.328 | 466.991 |
| 15 a 19 | 41,4 | 43,5 | 39,6 |
| 20 a 24 | 33,7 | 31,6 | 35,5 |
| 25 a 29 | 24,9 | 24,9 | 24,9 |
| Área rural | | | |
| Total | 637.116 | 344.374 | 292.742 |
| 15 a 19 | 44,7 | 48,3 | 40,5 |
| 20 a 24 | 29,8 | 29,3 | 30,4 |
| 25 a 29 | 25,5 | 22,4 | 29,1 |

Fonte: EIH 2000-01. (Juventud en Cifras, 2003)

Quadro IV

**População de 15 a 29 anos por sexo
segundo a área de residência e participação
em algum tipo de forma de organização (%)**

| Participação em alguma forma de organização | Total | Sexo | |
|--|------------------|----------------|----------------|
| | | Homens | mulheres |
| Total país | 1.527.435 | 767.702 | 759.733 |
| Participa | 10,4 | 10,9 | 9,9 |
| Não participa | 89,3 | 88,9 | 89,7 |
| Não responde | 0,3 | 0,2 | 0,4 |
| Urbana | 890.319 | 423.328 | 466.991 |
| Participa | 12,0 | 13,8 | 10,5 |
| Não participa | 87,7 | 85,9 | 89,2 |
| Não responde | 0,3 | 0,3 | 0,3 |
| Rural | 637.116 | 344.374 | 292.742 |
| Participa | 8,0 | 4,0 | 4,0 |
| Não participa | 91,7 | 50,4 | 41,3 |
| Não responde | 0,3 | 0,0 | 0,3 |

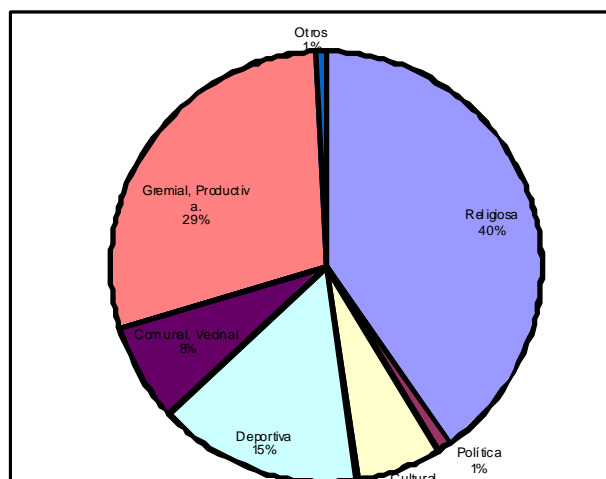
Fonte: EIH 2000-01. (Juventud en Cifras, 2003)

Fazendo uma pequena comparação, a população entre 15 e 24 anos de acordo com o censo nacional de 1982 era de 626.348 pessoas (jovens), correspondendo a uma quantidade quase semelhante de 50% do sexo masculino e igual proporção de mulheres. Isto constituía quase 21% da população total do país, já existia uma previsão de que para os anos 1990-95 ocorreria uma pequena queda entre 19,6% e 18,9% do total da população nessa faixa etária.

Em porcentagem, 47% dos/as jovens possuíam residência em áreas urbanas, enquanto 53% estão em áreas rurais. Segundo os dados do censo de 1982, em Assunção moravam por volta de 114.492 jovens entre 15 e 24 anos, 55.343 do sexo masculino (48%) e 59.149 mulheres (52%). Sendo que hoje, segundo os dados da *Encuesta Integrada de Hogares 2000-01* a população juvenil de Assunção entre 15 e 29 anos está em 182.085 pessoas, das quais 82.421 são homens (45,4%) e 99.664 são mulheres (54,6%).⁵¹

Gráfico I

Participação de 15 a 29 anos que participa em alguma organização (%)



Fonte: EIH 2000-01.

⁵¹ Dados obtidos do livro: **Juventud en Cifras, 2003**. DGEEC, Cooperación GTZ, Secretaria Técnica de planificación da Presidência da República e Câmara de Senadores. Assunção - Paraguai.

A percepção juvenil da realidade está marcada em grande medida pelo entorno sócio-econômico de procedência do indivíduo. O universo do jovem rural possui outra temporalidade ligada à natureza e a um sistema de vínculos pessoais, onde ser resgata o sujeito e não o papel que desempenha. Em contrapartida o universo do jovem urbano está marcado pela comunicação e o consumo.

O tempo está fragmentado. Urbano é o mundo da multiplicidade. A juventude se move em grupos e sua percepção sobre a realidade está mediada pelos meios de comunicação, e de certa forma, pelo grupo. Prevalece a percepção da política como ato desnaturalizado, fanatizado e gerador de rejeições, isto por causa dos políticos enquanto agentes da política e não da política como atividade.

Com a abertura democrática a partir de 1989 as formas de participação da juventude perderam alguns espaços tradicionais como partidos políticos, sindicatos, grêmios, etc. Porém, ainda que de forma renovada, as comunidades eclesiais de base mantiveram suas influências junto às juventudes como foi o caso da Juventud Obrera Cristiana (JOC)⁵², Mano Abierta ou Corazones Abiertos⁵³, entre outros grupos. A outra alternativa que aparecia dentro desse “contexto democrático”, para canalizar os novos campos de militância juvenil, foram as ONGs.

Os/as jovens se articulam num intercâmbio de experiências que funciona como um reforço de laços interpessoais entre os/as militantes. Daí devemos considerar importante como a

⁵² Juventude Obreira Cristã.

⁵³ Mão Aberta ou Corações Abertos.

militância juvenil sobrepõe os “conflitos” pessoais com o grupo militante. Ao analisar as experiências dos grupos paraguaios vemos que estes funcionam como um diluente de tensões (PONTE DE SOUSA, 2002) e estabelecem os códigos sócio-políticos homogeneizados de cada grupo.

Além de estar evidenciando que as condições materiais e culturais das trajetórias de vida dos/as jovens militantes marcam suas escolhas (MARGULIS, 2000), no imaginário social paraguaio, a juventude representa um lugar simbólico associado à possibilidade de mudança e inovação:

“(...) A partir desse lugar metafórico que a juventude representa de renovação, de incorruptibilidade, a juventude é a que ainda não está tocada pela merda, a juventude é a reserva moral política, isso sempre ocorreu, aos jovens nas ruas são concedidas essa legitimidade.” (HV, entrevistado em set. 2003)

Partimos do pressuposto que a juventude é a “caixa de ressonância” (MELLUCCI, 1997) das eventualidades que atuam sobre sua realidade. Através de suas militâncias em organizações, expressam as mudanças históricas que vivenciam, por isso o debate sobre a moratória social (MARGULIS, 2000) da juventude paraguaia incide nos espaços de participação de dito segmento social como um segmento concreto, porém com certos resultados efetivos reais.

Não podemos explicar todas as relações sociais da conjuntura juvenil paraguaia, primeiro porque estamos falando de sujeitos sociais de categorias amplas e heterogêneas, é nesse sentido que dizemos “juventudes”, e segundo porque existem outros espaços sociais onde os/as jovens participam com uma identidade diferente das analisadas, como centros estudantis, grêmios, sindicatos, outras organizações sociais, etc.

No levantamento de algumas organizações juvenis (*ver quadro V*) representativas do modelo de participação juvenil da capital Assunção e dos seus arredores classificamos os seguintes grupos de acordo a sua origem:

Quadro V

| | |
|----------------------------|--|
| Religiosas | <ol style="list-style-type: none"> 1. Pastoral Juvenil. 2. Asociación Cristiana de Jóvenes. ACJ 3. Asociación Paraguaya 2008. Parlamento Joven. 4. Asociación de Scout del Paraguay. ASP 5. Juventud que se Mueve. JQM 6. Juventud Obrera Cristiana. 7. Corazones Abiertos. 8. Asociación de Jóvenes Ciegos. |
| Civil | <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento de Objeción de Conciencia - Paraguay. MOC-Py. 2. Núcleo de Acción Juvenil. 3. Fundación Casa de la Juventud. 4. Sumando. 5. Fundación Jóvenes por la Democracia. JxD 6. Construyendo Sueños 7. Coordinación Cultural Recreativa Trinidense. CCRT |
| Esponthâneos ⁵⁴ | <ol style="list-style-type: none"> 1. Resistencia Ciudadana- 2. Rancho Alegre. (março de 1999) 3. Piqueteros. (março de 1999) 4. Mafia Negra. (Club deportivo Olimpia) 5. Comando. (Club deportivo Cerro Porteño) 6. Jóvenes en Vigilia Permanente. (março de 1999) |
| Estudantis | <ol style="list-style-type: none"> 1. Federación de Estudiantes de la Universidad Nacional de Asunción. (FEUNA) 2. Federación de Estudiantes de la Universidad Católica. (FEUC) 3. Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil. (MOBE) 4. Centros de Estudiantes. |
| Governamentais | <ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria de la Juventud de la Municipalidad de Asunción. 2. Viceministerio de la Juventud. 3. Secretaria de la Juventud de la Municipalidad de Fernando de la Mora. 4. Subsecretaria de la Juventud. (dependente do Ministério de Educação) 5. Jóvenes por la Reforma. 6. Consejo de la Juventud del Paraguay. 7. Fundación Jóvenes Anticorrupción. |

⁵⁴ Alguns dos grupos juvenis que classificamos de espontâneos surgiram durante o “Março Paraguaio” (1999).

Apesar de que o nosso objetivo não era estabelecer uma análise comparativa dos grupos juvenis, é necessário qualificar cada uma das organizações escolhidas para a investigação como uma forma de diferenciar o caráter de cada uma delas, além de seus objetivos, atividades e origens para determinar o segmento social de “juventudes”.

Em muitos casos estes grupos se cruzam mutuamente de forma contraditória pelo caráter de suas classes sociais, moratórias, identidades ideologias, pensamentos e atividades, que se interligam em *redes de movimientos* (SCHERER-WARRREN, 1993) marcando as diferenças de cada organização juvenil.

Nos grupos de jovens que analisamos aparece a possibilidade da atividade política manifestada como um meio para “fazer alguma coisa pelo país”, rejeitando assim, a visão das práticas políticas partidárias que se vivenciam socialmente.

Selecionamos quatro organizações juvenis⁵⁵ que possuem um determinado grau de representatividade, de participação e militância do setor juvenil, além de estar formadas por estruturas com objetivos e problemáticas próprias deste segmento dentro do contexto social paraguaio. Assim como a representatividade organizativa que os grupos têm junto à sociedade civil nos meios de comunicação no que diz respeito às questões juvenis.

55

- Movimiento de Objeción de Conciencia - Paraguay. MOC-PY
 - Fundación Paraguay 2008. Parlamento Joven
 - Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil. MOBE
 - Juventud que se Mueve. JQM

3.2 Movimiento de Objeción de Conciencia – Paraguay. MOC-PY

Como já havíamos mencionado o Movimiento de Objeción de Conciencia-Paraguay (MOC-PY) tem seus antecedentes na *Coordinadora No al Servicio Militar Obligatorio* (CONOSMO) formada em fevereiro de 1991, integrada por diferentes agregações juvenis que queriam propor a abolição do Serviço Militar Obrigatório na Convenção Nacional Constituinte convocada para 1992.

Apesar de a CONOSMO haver se dissolvido, uma das organizações, o *Servicio Paz y Justicia – Paraguay* (SERPAJ-Py) continuou o trabalho à frente, e introduziu na Carta Magna de 1992 o artigo 37 que reconhece a Objeción de Conciencia⁵⁶.

Conforme a declaração de um dos nossos entrevistados, EG do MOC, o SERPAJ-Py foi a organização que começou a incentivar o exercício de direito reconhecido na Constituição:

“O SERPAJ inicia um processo para o exercício deste direito, no sentido de ver jovens interessados em se declarar objetores de consciência, portanto, o que faz o SERPAJ é realizar uma série de oficinas; com vários jovens, uns 80, aproximadamente, estiveram nas primeiras oficinas, com cerca de 80 jovens estiveram nas primeiras oficinas, logo estes por tomada de partido no processo que durou aproximadamente um ano, onde muitas coisas entraram em jogo, e posso imaginar, a difícil decisão de tomar considerando a conjuntura daquela época, até que no final ficaram esses cinco jovens que se declararam no dia 30 de setembro de 93, logo se declararia um segundo grupo de sete jovens, em maio de 94, e o terceiro grupo se declara no dia 19 de agosto de 1994 (...).” (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

⁵⁶ **Artigo 37. Do direito de objeção de consciência**

“É reconhecida a objeção de consciência por razões éticas ou religiosas para os casos em que esta Constituição e a lei a admitam.”

Os primeiros *objetores* possuíam uma preparação Anti-militarista forte e o apoio necessário em caso de repressão legal ou ilegal, razão pela qual se sentiam temerosos.

Em maio de 1994, o SERPAJ-Py organizou em Itauguá, cidade a 30 km da capital, o *1º Encuentro Latinoamericano de Objeción de Conciencia*, com a participação de doze organizações de oito países do continente e foi criada a *Red de Objeción de Latinoamérica y el Caribe* (ROLC)⁵⁷.

Com a declaração do terceiro grupo de jovens, em 19 de agosto de 1994, foi constituído o Movimiento de Objeción de Conciencia – Paraguay. MOC-PY⁵⁸, que estava integrado por *objetores* dos três primeiros grupos declarados. Até esse momento para declarar-se “objeto de consciência” era necessário passar pelo SERPAJ-Py para a preparação previa.

“O direito à objeção de consciência era muito recente, ainda os carnês não existiam, se dava uma declaração afirmando sua condição de “objeto” e se declarava por grupos de cinco a sete jovens que declaravam com amparo constitucional, com Hábeas corpus, tudo isso (...) e eram grupos preparadíssimos, assistiam às oficinas, ou seja, nós nos declarávamos objetores e então íamos para o SERPAJ, no SERPAJ nos preparavam, nos davam oficinas sobre o que era realmente a objeção de consciência, que são as FFAA, o que significa o militarismo, por que nos declaramos objetores de consciência, sobre ações diretas não violentas, ou seja, eram oficinas muito longas (...)”. (VF, MOC, entrevistada em setembro. 2003)

Ambos entrevistados do MOC ressaltaram a questão “medo” dos primeiros *objetores* que se materializava pelo extenso processo de formação para chegar diante do poder legislativo e

⁵⁷ Rede de objeção da América Latina e o Caribe.

⁵⁸ Movimiento de Objeción de Conciencia - Paraguay. MOC- PY.

solicitar o direito à *objeção*, também vimos que em ambas declarações, o conhecimento dos antecedentes do movimento entre os/as integrantes do grupo foi um elemento central para a militância.

A ferramenta de luta do movimento é a *objeção de consciência* que tem como objetivo o antimilitarismo que se expressa em direção à figura direta das instituições castrenses.⁵⁹

O MOC define a *Objeción de Conciencia* (OC) como uma atitude individual, mas com caráter coletivo, onde uma pessoa se nega a realizar atos contrários a suas convicções éticas e filosóficas, que são impostas pelo Estado, de maneira a ir mantendo estruturas que atentam contra os valores de um sistema democrático.

A *objeção de consciência* é a ação das pessoas que se **negam a realizar o serviço militar por motivos éticos, religiosos ou políticos**. Concretamente consiste em:

- Não alistar-se ao serviço militar quando é chamado a cumpri-lo.
- Negar-se a seguir prestando serviço militar quando já se está incorporado ao serviço ativo.
- Negar-se a integrar a reserva militar no caso de pessoas que já tenham concluído o serviço militar.

Fonte: Manual básico de *Objeción de Conciencia* al servicio militar, 2001, p. 08

⁵⁹ A Constituição Nacional do Paraguai estabelece o Serviço Militar Obrigatório no **Artigo 129. Sobre o serviço militar** “Todo paraguaio tem a obrigação de preparar-se e de prestar seu concurso para a defesa armada da Pátria. Com tal objetivo, se estabelece o serviço militar obrigatório. A lei regulará as condições em que se efetivará este dever. O serviço militar deverá cumprir-se com plena dignidade e respeito com a pessoa. Em tempo de paz, não poderá passar de doze meses. As mulheres não prestarão serviço militar senão como auxiliares, em caso de necessidade, durante conflito armado internacional. Aqueles que declarem sua objeção de consciência prestarão serviço em benefício da população civil, através de centros assistenciais designados por lei e sob jurisdição civil. A regulamentação e o exercício deste direito não deverão ter caráter punitivo nem serão impostos castigos superiores aos estabelecidos para o serviço militar. É proibido o serviço militar pessoal não determinado na lei, ou para benefício ou lucro particular de pessoas ou entidades privadas. A lei regulamentará a contribuição dos estrangeiros à defesa nacional.”

A OC no Paraguai está exercida diretamente contra a figura institucional das Forças Armadas. Para as pessoas militantes do MOC:

“O militarismo reproduzido a través das Forças Armadas reivindica a solução violenta dos conflitos, o qual nós, ideologicamente reivindicamos a não violência, reivindicamos a metodologia não violenta para resolver os conflitos”. “(EG, MOC, entrevistado em out. 2003)”

A liberdade de consciência é um elemento eficaz para questionar e tratar leis sobre o serviço militar. Em nenhum momento a *Objeção de Consciência* atenta contra a legalidade, pelo contrário, mostra como existe uma contradição entre o estabelecido na Constituição Nacional do país e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O MOC fomenta a OC sobre a instituição das Forças Armadas de “longa e obscura trajetória”, fundamentando que o jovem é submetido a um sistema de eliminação de sua personalidade e além do mais, que a instituição colabora com o empobrecimento do povo. Em um sentido geral, a *Objeção de Consciência* é o direito de toda pessoa sem distinção de sexo, idade, religião, etc. que se sinta atropelada em seu direito de consciência e autodeterminação. O MOC classifica a *Objeção de Consciência* em:

- *Objeção Laboral*: Bem sabemos que o ser humano é submetido a um sistema de grande exploração na forma do trabalho, onde suas idéias e convicções não são tidas em conta.
- *Objeção Médica ou cirúrgica*: É exercida por profissionais da medicina em caso de serem pressionados por seus superiores para exercer sua práxis contra sua ética e suas convicções. Ex. Um aborto. Apesar de o aborto ser considerado legal em um país, nenhum médico pode ser obrigado a praticá-lo.

- *Objecção Fiscal*: Apesar de o governo estabelecer a política econômica de cada país, o principal financiador dessa política é a cidadania. Se a cidadania não está de acordo com a priorização de gastos, deve exercer o direito de exigir e fazer cumprir sua vontade. Ex. Objeção ao gasto Militar.
Fonte: MOC, mimeo, s/d.

A Constituição Nacional regulamenta o Serviço Militar Obrigatório (SMO) no Art. 129 e na Lei Nº. 569 de 24 de dezembro de 1975. A última tentativa de reformulá-la foi em 1998 mediante a sanção da Lei Nº 1.251, que como novidade incorporava o sistema de sorteio como mecanismo de seleção de classe chamada para o alistamento. Esta legislação, no entanto foi vetada totalmente pelo Poder Executivo ante a resistência das Forças Armadas.⁶⁰

No Paraguai todos os cidadãos do sexo masculino, de 18 anos de idade, estão obrigados a prestar SMO nas Forças Armadas ou na Polícia Nacional por um ano, permanecendo na reserva até os 50 anos. Entretanto, para os estudantes de nível médio que estejam cursando o terceiro ano, existe um regime especial - o CIMEFOR- pelo qual prestam SMO durante dois períodos de cinco semanas cada um.

A OC é reconhecida categoricamente no Art. 37 de forma as razões de consciência se interpõem a qualquer outro motivo. Porém, é importante nos determos para a análise de alguns fragmentos do Art. 129 sobre o SMO, que diz “aqueles que declarem a OC”: estabelece que o jovem com imperativos de consciência contra o SMO não deve demonstrar os mesmos nem levar provas.

⁶⁰ ROJAS, Fernando. **El Servicio Militar Obligatorio en el Paraguay: entre la contestación y la inercia de las instituciones del Estado autoritario**. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE DEFENSA Y SEGURIDAD, 2001. Panel: “Servicio Militar Obligatorio en América Latina: Cambios y Continuidades”. Asunción, 22-25, may. 2001.

A lei regulamentar não poderia estabelecer nenhum mecanismo que investigasse as alegações realizadas pelo “objeto”, nem requerer antecedentes, nem tratar de comprovar ditos motivos, pois isto atentaria contra a própria Carta Magna.

Entretanto quem se declare *objeto* precisa adquirir um comprovante, uma carteira, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados ou em Juntas estaduais de algumas cidades do interior do país para confirmar sua postura de *Objeto de Consciência*, especialmente nos casos do interior onde há uma forte pressão para o alistamento militar.

Ao estabelecer a oposição à obrigatoriedade do SMO, se instaura a prestação de um Serviço Civil para não romper o sentido que os constituintes quiseram dar a esta lei. Os legisladores deveriam rever que os serviços a serem assinalados na lei estivessem em sintonia com os requisitos estabelecidos ‘em benefício da população civil’. Desde a valorização ética do *objeto*, os mesmos podem negar-se a realizar este serviço se o mesmo também atenta contra seus princípios.

A normativa estabelece: “a regulamentação e exercício deste direito não terão caráter punitivo nem imporão agravantes superiores aos estabelecidos para o serviço militar” (Constituição Nacional, Art. 129). No entanto os jovens ao declarar sua objeção são submetidos a procedimentos burocráticos e a designação do serviço civil não existe.

Além disso, os serviços prestados não poderão ter um desequilíbrio de tempo, benefícios e exceções que os estabelecidos para o serviço militar (serviços superiores a doze meses).

Só 29% aproximadamente dos cidadãos obrigados a prestar SMO efetivamente o realizam, já que na verdade, as Forças Armadas não possuem estrutura suficiente de albergue. O excedente é exonerado por diversos canais legais ou ilegais, ou ainda, permanecem em situação de infração.

Esta disfunção entre o SMO estipulada pela lei e a discriminação real de sua prestação efetiva, situa a carga de “prestadores” do SMO nas classes econômicas mais desfavorecidas, além dos setores que ficam exonerados do SMO e incorrem em infração do mesmo, recorrem à compra de isenções por mecanismos ilegais.⁶¹

O MOC se considera um movimento político, Antimilitarista e alternativo porque:

Político: porque resiste a uma sociedade baseada na dominação, justificando as Forças Armadas, onde o sistema de obediência está estabelecido pelo medo, repressão e pela discriminação em todos os sentidos, social, étnica e sexual. Antimilitarista: porque rejeita o militarismo e suas instituições, por considerá-las representações simbólicas de valores negativos, sustentados no culto à violência, à submissão, ao autoritarismo, ao falso nacionalismo, ao machismo, à intolerância, e ao imperialismo. Alternativo: porque propõe valores alternativos de maneiras de fazer política à margem dos canais tradicionais, partindo de iniciativas e necessidades cotidianas. (**Breve resenha do *Movimiento de Objeción de Conciencia-Paraguay***, mimeo, s/d)

Os militantes do MOC são categóricos ao dizer que querem uma sociedade desmilitarizada e procuram abolir as Forças Armadas no Paraguai. As políticas alternativas de socialização que promovem estão fundamentadas em dois eixos: primeiro uma mudança cultural, referindo-se a que em lugar de viver valores autoritários que predominaram por muito tempo e continuam predominando com distintos graus de intensidade, traspasar valores democráticos de

⁶¹ROJAS, Fernando. **El Servicio Militar Obligatorio en el Paraguay: entre la contestación y la inercia de las instituciones del Estado autoritario**. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE DEFENSA Y SEGURIDAD, 2001. Panel: “Servicio Militar Obligatorio en América Latina: Cambios y Continuidades”. Asunción, 22-25, mayo 2001.

convivência: *“passar a uma vivência de valores sociais, civis e democráticos, isto é uma mudança cultural”*. (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

O segundo eixo aponta para a desmobilização das Forças Armadas, tanto por motivos ideológicos como por motivos práticos e realistas, ideologicamente pelos antivalores democráticos de convivência social que as mesmas sustentam, além de fatores como os mesmos militantes mencionam:

“Atualmente não se pode mais falar de defesa militar, não se pode falar mais de defesa armada, o novo conceito de defesa que hoje se maneja é o dos Direitos Humanos, a idéia é chegar ao melhoramento da qualidade de vida das pessoas”. (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

Para o MOC a defesa dos Direitos Humanos implica em: o direito à Saúde, o direito à Educação, o direito a uma casa, o direito ao Trabalho Digno, a uma remuneração justa, direito a uma Melhor Qualidade de Vida, direito a uma Terra Própria, proteger o direito das Minorias, de povos Indígenas, tudo o que corresponda à ampla temática dos Direitos Humanos que nas instituições das Forças Armadas não encontram “espaços” para se desenvolver.

Em essência, as instituições castrenses têm um caráter autoritário, de uniformidade e de intolerância, que não só está obsoleto como tampouco se encaixa no novo conceito de defesa.

(A organização) busca a longo prazo, uma sociedade desmilitarizada, baseada na solidariedade, na participação, na igualdade, na valorização da diversidade de gênero e racial, na autogestão, na tolerância e harmonia com o meio ecológico.

O MOC-PY entende o conceito de defesa nacional como defesa dos Direitos Humanos e de condições de vida digna, fatores que são mais ameaçados que garantidos pelas Forças Armadas. (**Breve resenha do Movimiento de Objeción de Conciencia-Paraguay**, mimeo, s/d)

3.2.1 Estrutura do MOC-PY

O movimento está organizado através do sistema de assembléia, não existem hierarquias, as decisões são tomadas em consenso participativo e a militância se dá através do voluntariado. Um militante EG do MOC nos esclarece: *“As decisões se tomam por consenso, isto é, não existe eventualmente dentro de uma planificação a ação de projetar atividades concretas, o que se faz é uma divisão de tarefas, fixar responsáveis por cada atividade”*. (Entrevistado em out. 2003)

O controle entre os/as militantes é mútuo, como eles afirmam: de participação igualitária. A militante VF do MOC reafirma este sistema, porém também manifesta a dificuldade do mesmo, *“tomamos as decisões em conjunto, porém nos custa muito”*, porque como ela mesma justifica, em certos momentos ocorrem algumas coisas durante o transcorrer da semana ou aparece alguma informação sobre mobilizações castrenses, portanto precisam manifestar-se ou dar seu parecer sobre os acontecimentos.

Assim, o sistema de assembléia não resulta o suficientemente prático para resolver questões e os fatos podem perder sua temporalidade.

As soluções para estas questões se dão por contato telefônico (rodada de chamadas) e com um intercâmbio de opiniões entre militantes que têm mais facilidade de comunicação, por estarem nas mesmas organizações onde se desempenham as atividades.

Com estas práticas procuram equilibrar as habilidades de cada integrante, as capacidades, a experiência, a maior ou menor militância e estão conscientes de que esta prática é um exercício

de esforço cotidiano, “*não um esforço porque tenham dificuldades de caráter pessoal, e sim porque é um exercício político*”. (EG, MOC entrevistado em out. 2003)

Uma justificativa similar nos diz VF do MOC, e além disso, reafirma os valores que buscam promover: “*nos é muito difícil atuar nas assembléias para tomar as decisões, é uma burocracia de merda, porém nos ajuda a desenvolver a capacidade de tolerância, de discussões, de milhares de coisas (...)*”. (Entrevistada em out. 2003)

Os/as militantes do MOC se reúnem uma vez por semana, as reuniões são geralmente aos domingos, porém dependendo da conjuntura, realizam reuniões extraordinárias com mais frequência. Nos primeiros meses do ano, principalmente em fevereiro, o grupo organiza uma Assembléia Nacional entre os/as diferentes jovens *objetores/as* militantes do movimento de outros pontos do país. A mesma se realiza em um acampamento (Campa-MOC) o qual se transforma em uma de suas atividades do ano.

Uma questão importante, o movimento em 2003 adquiriu um local próprio em Assunção, este local transformou-se em referência importante para a entidade para a documentação do grupo.

Anteriormente os/as militantes organizavam suas reuniões dentro de um local pertencente a uma organização que luta pelos direitos de Gays e Lésbicas (GAG-L), ou em outros locais de ONGS como SERPAJ-Py ou DECIDAMOS; esta espécie de “nomadismo” foi favorável para o grupo porque ajudava a fortalecer relações com outras organizações e ao mesmo tempo conquistava simpatizantes, e até novos/as militantes, que se somavam às causas do MOC.

O MOC não é um grupo numeroso de militantes, por volta de 15 a 20 pessoas. Como mencionávamos anteriormente, não estão organizados por hierarquias, o que fazem é uma divisão de tarefas, formam equipes de trabalho para as atividades que realizam, por exemplo: equipe de *lobby* e imprensa, equipe de finanças, etc., porém como afirma a militante VF do MOC: “*no nosso grupo todos fazemos de tudo porque somos poucos*”.

O movimento também passou por crises internas que balançaram as estruturas do seu estatuto, mas apesar disso, manteve uma visibilidade perante a sociedade e aos meios de comunicação que é importante mencionar.

“Tivemos problemas internos com alguns membros e nos separamos, infelizmente brigamos, era uma crise que nos afetou tanto que demoramos muito tempo em superá-la, quase dois anos, e agora estamos nos recuperando outra vez, estamos voltando a ser numerosos. Numerosos no sentido de que podemos chegar a 20, antes éramos sete ou cinco e nos reuníamos em dois e, as decisões nas reuniões eram tomadas por dois membros (...)”. (VF, MOC entrevistada em set. 2003)

A visibilidade que citamos se refere aos acontecimentos do tipo manifestações, protestos como os de abril de 1996, do “Março Paraguaio” e outras atividades onde era notória a presença do movimento nesses fatos, apesar da crise dentro do grupo.

“Essa presença que tem o MOC, é justamente isso, que quando nós íamos uma ou duas pessoas a uma atividade com uma bandeira e dizíamos ‘aqui estamos, apesar de não fazermos nada, porém aqui estamos ainda’, era justamente o reflexo de tudo o que estávamos vivendo nesse momento e se agora temos três pessoas para levar uma bandeira já está bom”. (VF, MOC entrevistada em set. 2003)

O movimento não se estrutura para participar do poder, nem para destruí-lo ou substituí-lo por outra forma de poder. O que buscam é a mudança cultural, por meio de ações cotidianas e coletivas.

3.2.2 Antimilitarismo do MOC

As bases do *No al Servicio Militar* estão expressas em suas atividades, nas declarações, em manifestos que apresentam para a opinião pública, além de estarem estabelecidas de acordo com as incoerências e contradições que as instituições castrenses praticam.

As práticas de recrutamento obrigatório que as Forças Militares costumam fazer nos períodos de convocação, devem-se ao fato de que a que nunca são preenchidas as vagas na sua totalidade com as pessoas que se alistam voluntariamente.

A inexistência de um ‘banco de dados padrão’ onde o Estado possa colocar o domicílio de todas as pessoas residentes no país para implementar um mecanismo de notificação do recrutamento, leva as Forças Militares e Policiais a recorrerem ao controle na via pública da documentação militar e ao uso da força física para recrutar a quantidade de vagas que anualmente fica à disposição.

O Serviço Militar é um Seqüestro Legal⁶², já que não existe uma comunicação mínima e prévia por parte das autoridades correspondentes aos familiares das vítimas recrutadas, e “obrigar alguém a participar de algo contra sua vontade e suas crenças, é totalmente antidemocrático, além do mais pouco respeitoso à dignidade do ser humano”.⁶³

⁶² **Manual Básico de la Objeción de Conciencia al Servicio Militar.** SERPAJ-PY, Asunción, jul. 2001. p. 58

⁶³ Idem.

Consta que as pessoas recrutadas obrigatoriamente pertencem às classes sociais de menor ingresso econômico e de pouca formação, o que reforça uma focalizada discriminação no processo de recrutamento.

As práticas de recrutamento forçoso caíram consideravelmente por conta da crescente oposição da população e das constantes denúncias realizadas pelos diferentes órgãos de Direitos Humanos que combatem o militarismo.

Existem denúncias de sinistros e homicídios que ocorreram dentro das instituições castrenses durante o cumprimento do SMO. As mortes e acidentes na maioria dos casos têm suas causas nos excessos cometidos por superiores na aplicação de castigos aos recrutas assim como acidentes derivados da natureza própria do serviço militar.

Um porta-voz das Forças Militares informou, em 1995, que a taxa de baixas no SMO era de 7% em tempos de paz por diversas causas, incluídas as doenças. Entretanto, resulta que o número de 7% se encontra acima da taxa bruta de mortalidade que é de seis por mil.

Quadro VI

| Sinistros no SMO por causa presumível Anos 1989-2001 | |
|--|------------|
| MORTES | 106 |
| Em ação bélica | 20 |
| Homicídio | 27 |
| Suicídio e auto-disparo acidental | 17 |
| Disparo acidental | 8 |
| Acidente, doenças e outros | 32 |
| Desaparecidos | 2 |
| DEFICIÊNCIAS | 57 |
| Físicas | 42 |
| Psicológicas | 15 |

Fonte: Arquivo de Serpaj-Py, tabelado com base às denúncias apresentadas.

Apesar dos altos índices de mortalidade dos inscritos durante o serviço militar, o governo paraguaio não toma as providências necessárias sobre o tema. O dado dos acidentes e dos suicídios são muito elevados para deixá-los passar despercebidos; além do mais, em alguns casos, os traumas físicos e psicológicos que se engendram durante o SMO, não são denunciados pelos afetados, por considerá-los secundários e indiferentes. (*ver quadro VI*)

No Serviço Militar são aplicados castigos físicos e psicológicos que vão mais além da resistência dos soldados, assim mesmo se constata que no âmbito das Forças Militares e Policiais são utilizadas punições de maneira sistemática e generalizada que vão além da resistência dos inscritos.

Outro dos pontos que o MOC expõe abertamente é a sua negação total ao recrutamento de menores. Existem claras disposições legais que proíbem o recrutamento de jovens menores de 18 anos, mesmo assim aparecem sucessivas denúncias sobre esta questão. A utilização por parte das Forças Armadas e Policiais de menores entre 12 e 17 anos é prática sistemática, constante e numerosa, e até o momento não registrou sanção alguma⁶⁴.

⁶⁴ A Lei do SMO estabelece claramente 18 anos completos como idade mínima para a incorporação ao serviço ativo. Além disso, existe responsabilidade administrativa e penal para aqueles que recrutarem menores da idade estabelecida: “*As autoridades que recrutarem menores de 18 anos de idade (...) sem prejuízo da responsabilidade penal, serão destituídos ou inabilitados por cinco anos para ocupar cargos públicos*”. (Art. 56º Lei 569/75). O próprio Estado Paraguaio confirmou esta prática no relatório periódico de cumprimento da Convenção de NNUU dos Direitos da Criança em agosto de 1998, ao reconhecer que “apesar da legislação estabelecer 18 anos como idade mínima para prestar o SMO, na prática o recrutamento acontece numa faixa etária abaixo da prevista em lei, inclusive com crianças de 14 anos”. Aproximadamente, apenas 16,0% da tropa contam com 18 anos e mais de idade (em cifras absolutas aproximadamente 2.900 efetivos). Cerca de 84,0% contam com 17 anos e menos (em cifras absolutas resulta aproximadamente 15.300). Com 15 anos e menos existem cerca de 35,8% (aproximadamente 6.500). A média de idade dos alistados é de 16,2 anos. ROJAS, Fernando. **El Servicio Militar Obligatorio en el Paraguay: entre la contestación y la inercia de las instituciones del Estado autoritario**. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE DEFENSA Y SEGURIDAD, 2001. Panel: “Servicio Militar Obligatorio en América Latina: Cambios y Continuidades”. Asunción, 22-25, may. 2001.

O Serviço Militar Obrigatório se transformou numa maneira moderna de escravidão. As formas de serviço de criadagem e trabalho forçado se transformaram em benefício para negócios particulares de oficiais militares e policiais, assim como para alguns expoentes do partido oficialista do governo. Os trabalhos forçados têm um caráter de escravidão, já que os recrutas são obrigados a trabalhar nas empresas privadas ou em domicílios particulares dos chefes militares durante o período disciplinar dos quartéis e sem receber remuneração alguma pelos serviços.

A exploração no Serviço Militar advém do uso dos recrutas, com frequência, como mão de obra gratuita em obras públicas ou nas empresas, domicílios ou fazendas privadas de oficiais militares e dirigentes do Partido Colorado. Entre 1991 e 1998 foram registrados 52 casos de escravidão de 645 soldados.

Fonte: Manual Básico de la Objeción de Conciencia al Servicio Militar, 2001, p. 24

Não existe o devido tratamento das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos no SMO por parte da justiça⁶⁵. A impunidade militar que o MOC constantemente reclama se justifica porque, de todos os casos registrados de violação aos Direitos Humanos, os tribunais militares condenaram somente dois Sargentos e um suboficial por ocasião de processos que os indiciaram como autores de homicídios por presumível disparo accidental.

Sobre as demais denúncias de torturas e maus tratos, recrutamento forçado e escravidão de jovens em regime de serviço militar, não se tem notícia de nenhuma investigação na jurisdição militar. Além do mais, consta que não existem as medidas necessárias para a reparação de danos e prejuízos morais e materiais em caso de violações aos Direitos Humanos nas instituições castrenses para as vítimas e familiares das mesmas.

⁶⁵ Os tribunais militares se atribuem a faculdade exclusiva e excludente de investigar as violações dos DDHH dos alistados, obstruindo assim as investigações judiciais independentes.

Para reafirmar a luta contra as Forças Militares que incentivam a discriminação, em agosto de 1995, apresentou-se publicamente um grupo de mulheres que se declararam “*Objetoras de Consciência*”, apesar da Constituição Nacional não estabelecer o SMO para as mulheres, elas alegaram os motivos de sua objeção num comunicado para a imprensa que dizia:

- Rejeitamos o Serviço Militar já que no mesmo se apreende a imagem machista do homem, entendido como o macho, forte, insensível, que agüenta tudo, o guerreiro, educado para a vida dura “fora de casa”, ao contrário da mulher, débil, frágil, ingênua, educada para servir na casa e ser o repouso do guerreiro, feita exclusivamente para atender o homem.
- Rejeitamos o Exército por ser o braço armado deste sistema baseado em todo tipo de injustiças onde uns poucos concentram as riquezas e exploram a população como um todo mantendo-a na pobreza.
- Rejeitamos o militarismo como fenômeno que impregna todos os âmbitos da sociedade, valores como a obediência em detrimento da criatividade, a prepotência em relação ao outro/a, o machismo acima das relações de respeito entre os sexos, a violência em detrimento do diálogo na resolução dos conflitos, a submissão em detrimento da responsabilidade e da autogestão, o autoritarismo acima da liberdade, etc. Tudo isso coloca a mulher num grau maior de marginalidade em relação ao homem.

Fonte: Mujeres Antimilitaristas-MOC, comunicado à imprensa, agosto. 1995

Ao mesmo tempo as mulheres antimilitaristas expressaram seu inconformismo afirmando na declaração que se manifestavam por “adesão e solidariedade aos jovens que declararam sua Objeção de Consciência ao Serviço Militar Obrigatório”, e por esse motivo, numa carta resposta aos membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, expressaram sua indignação diante do caráter preconceituoso e discriminatório⁶⁶.

Não aceitamos e repudiamos o referido registro a atitude preconceituosa, discriminatória e de privação de direitos expressada no mesmo, já que nos preocupa que se hoje se impede e se nega às mulheres o direito a *Objeção de Consciência*, futuramente pode ser feito com outras pessoas sem razões nem motivos legais reais.

Fonte: Mujeres Antimilitaristas, carta, dez. 1995

⁶⁶ A Constituição Nacional demonstra com suficiente legalidade que todos os cidadãos paraguaios e todas as cidadãs paraguaias têm os mesmos direitos perante as leis:

- **Art. 46 da igualdade das pessoas.** Todos/as los/as habitantes de la República son iguales en dignidad y derechos. No se admiten discriminaciones.
- **Art. 47 das garantias da igualdade.** O Estado garantirá a todos/as os/as habitantes da República: 2)- A igualdade perante as leis.
- **Art. 48 da igualdade dos direitos do homem e da mulher.** O homem e a mulher têm direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. O Estado promoverá condições e criará os mecanismos adequados para que a igualdade seja real e efetiva.

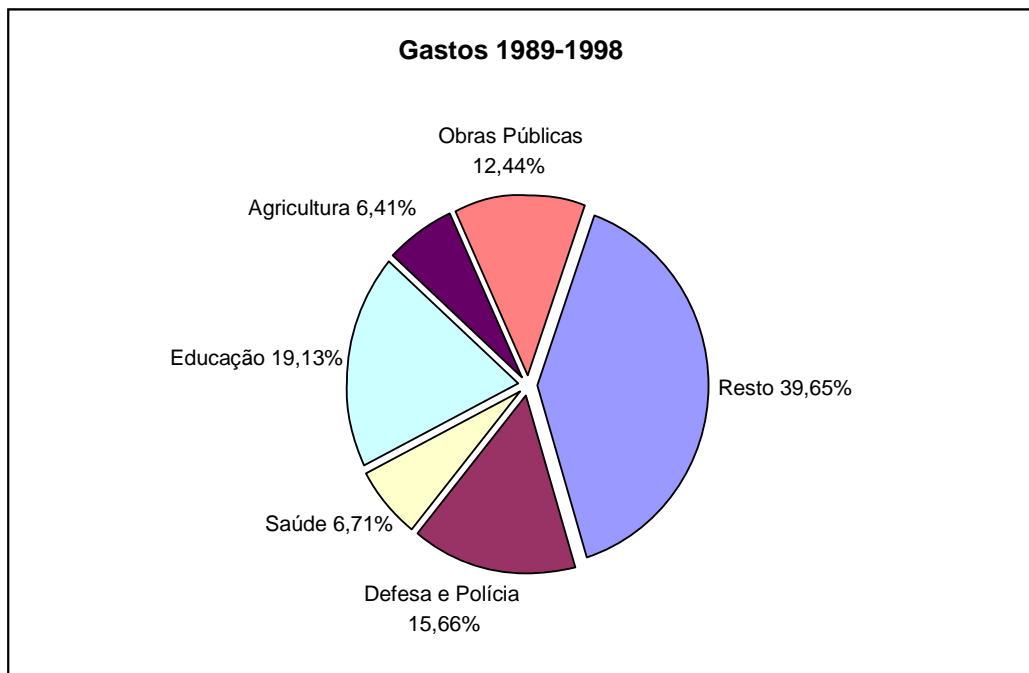
Nestes atos sempre buscaram o apoio da imprensa como um aliado para a difusão de seus ideais antimilitaristas e da não-violência como forma de resolução de conflitos.

Desde 1997, o MOC vem participando junto com outras organizações sociais, da campanha que solicita a redução dos Gastos Militares no Orçamento Geral da Nação. As Forças Armadas gastam recursos *excessivos* do país, e isto vem sendo demonstrado pelos militantes do MOC nas campanhas “Desarmemos o orçamento”.

A campanha mostra que as Polícias e as Forças Armadas desde 1988 até 1999 gastaram mais que Obras Públicas, mais que o dobro do que se gastou em Saúde e em Agricultura (*ver gráfico II*). As justificativas do *No al Servicio Militar* também estão fundamentadas porque o Ministério de Defesa possui a maior quantidade de veículos, conseqüentemente mais quantidade de combustível.

O Paraguai mantém mais militares que médicos, os primeiros têm melhores salários, são construídos quartéis desnecessários, e sobre todas as coisas, o Serviço Militar Obrigatório é uma fonte inesgotável de corrupção dentro e fora das instituições castrenses através da venda maciça de documentos de exoneração para o SMO, conhecidos como “Baixas”.

Gráfico II



Fonte: Ministério da Fazenda

Atualmente, o número de jovens em idade de realizar o SMO é superior à quantidade que tanto as Forças Armadas como as Policiais podem absorver (um total de 17 mil soldados sobre uma população que oscila por volta dos 70 mil jovens) o que marca um excedente de quase 75%. Este fato deixa de justificar a obrigatoriedade do SMO e a perseguição indiscriminada aos jovens nas vias públicas.

Diante do reconhecimento da “Objecção de Consciência” na Constituição Nacional e o crescente aumento de jovens que se declaram contrários ao Serviço Militar Obrigatório (*ver quadro VII*), o Estado paraguaio decidiu “burocratizar” esta situação criando uma Comissão Interinstitucional que analise os diversos projetos de lei que são apresentados para regulamentar dita lei, e introduzir substitutivamente o Serviço Militar Obrigatório (SMO), o Serviço Civil

Obrigatório⁶⁷ (SCO). É interessante ver como os beneficiados com a “Objeção de Consciência” se ampliam diante do quadro real de militantes que trabalham dentro do movimento para alcançar este direito.

Quadro VII

Objetores declarados 1993-2000
Em números absolutos e porcentagens

| Anos | Objetores | Soldados | Evasão |
|------|-----------|----------|--------|
| 1993 | 5 | 15.255 | 23.956 |
| 1994 | 75 | 15.325 | 25.071 |
| 1995 | 1.457 | 15.399 | 24.910 |
| 1996 | 2.278 | 15.328 | 25.496 |
| 1997 | 5.397 | 14.637 | 24.448 |
| 1998 | 6.370 | 12.978 | 26.557 |
| 1999 | 12.345 | 12.978 | 22.051 |
| 2000 | 12.413 | 12.978 | 23.641 |
| Anos | Objetores | Soldados | Evasão |
| 1993 | 0,01 | 38,90 | 61,09 |
| 1994 | 0,19 | 37,87 | 61,95 |
| 1995 | 3,49 | 36,87 | 59,64 |
| 1996 | 5,29 | 35,56 | 59,15 |
| 1997 | 12,13 | 32,91 | 54,96 |
| 1998 | 13,88 | 28,27 | 57,85 |
| 1999 | 26,06 | 27,39 | 46,55 |
| 2000 | 25,32 | 26,47 | 48,22 |

Fonte: Do número de *objetores* a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados e Juntas de Estados. Do número de inscritos, a Lei do Orçamento Geral da Nação de cada ano.

O MOC-PY junto a alianças estratégicas com outras organizações sociais como o SERPAJ- Py, DECIDAMOS, a CODEHUPY (Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay) e outras organizações sociais, buscam introduzir na regulamentação a questão do Serviço Militar Voluntário (SMV). É interessante perceber que o grupo utiliza os meios legais

⁶⁷ Em alguns documentos e anteprojetos aparecem como Servicio Social Obligatorio o também Servicio Social Sustitutivo, mas em realidade todos têm o mesmo objetivo que segundo a Constituição Nacional em seu artigo 129 parágrafo 5º existe uma obrigação jurídica de realizar um serviço civil para aqueles que objetem ao serviço militar, o qual deverá ser regulamentado por lei.

para dito processo, não são radicais nem violentos para conseguir respostas. É óbvio, que são coerentes com a não-violência para resolver conflitos que ideologicamente defendem.

Os/as integrantes do movimento constantemente se reúnem com membros da Comissão de Assuntos Constitucionais da Câmara de Deputados, aos quais é apresentada uma postura sobre o estabelecimento do SMV. O movimento propõe algumas modificações de tipo:

- Utilizar o termo “defesa nacional” em lugar de “defesa armada”, já que o novo conceito de defesa é considerado de “defesa e promoção dos Direitos Humanos” e da melhoria das condições de vida da população além do mais, diante do crescente processo de integração regional com outros países, a hipótese de conflitos com os mesmos é bastante remota.

- A absoluta supressão da possibilidade de recrutamento de menores de 18 anos, mesmo que contem com a autorização dos pais.

- Incluir em algum parágrafo as garantias referentes ao direito à “objeção de consciência” em qualquer circunstância, tanto para militares profissionais e alistados em exercício de suas funções, assim como para qualquer membro ou cidadão que não queira incorporar-se ao serviço militar, em caso de conflito armado internacional.

Como já manifestávamos antes, o objetivo principal do movimento é conseguir a abolição ‘total’ do serviço militar, mas já se considera um passo importante na busca deste objetivo a voluntariedade do mesmo e pela qual “se vai continuar lutando.”

Os projetos de lei que são apresentados por diferentes comissões à Câmara de Deputados sempre são questionados pelo MOC-PY. Em abril de 2000, o movimento manifestou que a lei não procura dotar o direito de mecanismos tutelares, pelo contrário, ela restringe de forma arbitrária e inconstitucional o exercício do mesmo.

Deste modo, os antagonismos apresentados no projeto de lei, tornavam ilusória a vigência da “objeção de consciência”, que tem pleno aval constitucional para seu livre exercício, formando uma espécie de filtro que regula a quantidade de *objetores* e protege os interesses das Forças Armadas.

Em resumo, a proposta era a rejeição absoluta do projeto de lei que regulamentava a “objeção de consciência” e que dentro de dita comissão se contemple a possibilidade de abolir totalmente o serviço militar.

Dentro do pré-projeto de lei que se encontra em estudo na Comissão Interinstitucional, desde agosto de 2003, estipula-se também a regulamentação do Serviço Civil Obrigatório (SCO), o qual foi questionado pelos membros do MOC-PY em conjunto com outras organizações.

Assim como está tratado no mencionado pré-projeto, o SCO viola os Direitos Humanos ao implantar no Paraguai os trabalhos forçados, a servidão involuntária e as novas formas de escravidão. Simultaneamente, viola os direitos da não-discriminação e da igualdade ao diferenciar os jovens diante de outros grupos populacionais.

Ressaltaram também que:

- O SCO fomentará a corrupção e o uso irregular de *trabalhadores-objeto*res.
- Serão ampliadas as práticas clientelistas por parte dos partidos políticos.
- Será substituída a mão de obra já empregada.
- Serão criados problemas econômicos às famílias de escassos recursos que contam com a contribuição do *trabalhador-objeto*r.
- A relação custo-benefício será deficiente para o Estado e para a sociedade.
- A produção de riqueza nacional estagnar-se-á ao subtrair trabalhadores produtivos para atividades improdutivas.
- Contribuir-se-á com o atraso na formação educacional dos jovens ao subtrair estudantes das escolas, muitos dos quais talvez não voltem nunca mais a elas.
- Será estimulada na juventude a rejeição a valores como solidariedade e bem comum, já que foi obrigada a “viver” de maneira forçada esses valores.
- Aumentarão manifestações dos cidadãos contra os serviços obrigatórios, sejam estes civis ou militares.
- Aparecerão pedidos de inconstitucionalidade como nova via de defesa de direitos.
- Ao se fechar esta via, muitos jovens serão empurrados a ignorar a lei, o que desgastaria o Estado de direito no Paraguai.

Fonte: Carta aos “Srs./as. Parlamentares da Comissão que estuda o projeto de regulamentação da Lei de *Objecção de Consciência*”, ago. 2003

O temor do MOC-PY sobre o Serviço Civil Obrigatório (SCO) é que ao ser incorporado dentro da administração pública ocupe espaços que tradicionalmente são ocupados por funcionários/as público/as temporários/as. O efeito direto deste processo se daria através da demissão de empregados/as, levados a postos involuntários e de funções diferentes, ou também a não reposição de postos que fiquem à disposição.

Ainda que as declarações não estejam explícitas na administração pública, esta prática criaria um “costume” de serviço de mão de obra forçada e barata. De fato, o SCO seria considerado uma obrigação para a juventude, uma obrigação extra, já que além de pagar os impostos normais de qualquer cidadão/ã, também seriam submetidos a um serviço comunitário com caráter obrigatório.

Os países europeus como Alemanha, Espanha, Itália, França, etc. onde foram implementados os SCO, ocorreram denúncias de substituição de mão de obra contratada por mão de obra forçada.

A inclusão do serviço forçado dentro do aparato governamental se transformaria numa competência desleal entre a classe trabalhadora e a empresa privada, que por direito devem pagar salários e garantir benefícios e direitos trabalhistas, enquanto o Estado economizaria estes deveres já que o serviço teria caráter de “semiescravidão” quase sem direitos e com sanções severas em caso de desobediência ao trabalho.

Promover a solidariedade e a consciência de participação entre a cidadania é um dos objetivos básicos de qualquer Estado democrático, com as características do SCO no Paraguai o que se promoveria seria o crescimento do desemprego, a indiferença do trabalho, enfrentamento entre facções sindicais e outros antivalores.

A solidariedade não se pode forçar, não se pode obrigar alguém a ser solidário/a com o semelhante. A solidariedade é uma prática constante que nasce como forma de vida. O que se conseguiria com o SCO, é que os/as jovens não queiram voltar a escutar sobre ‘solidariedade, ajuda mútua, etc.’, nem queiram participar de atividades sociais.

Por todos estes motivos, os/as militantes do MOC-PY, junto com outros organismos de defesa dos Direitos Humanos, pedem a recusa total do projeto de lei sobre a “Regulamentação da

Objeção de Consciência” proveniente da Câmara de Deputados e que seus membros apóiem os pedidos de emenda constitucional para fazer Voluntário o Serviço Militar.

Transcrevemos a proposta concreta formulada pelos/as militantes do MOC-PY e do SERPAJ-Py para a emenda do artigo 129 da Constituição Nacional.

Pré-projeto de Lei N°....

**QUE EMENDA O ARTIGO 129
DA CONSTITUIÇÃO NACIONAL**

Art. 1º.- Acrescenta-se ao Artigo 129 do Serviço Militar à Constituição Nacional que fica redigido da seguinte forma:

Art. 129 – Dos serviços voluntários

Todos os cidadãos têm o direito e o dever de defender a sociedade e esta Constituição.

A lei poderá estabelecer serviços civis ou militares para o exercício deste direito. Em todos os casos ditos serviços serão de caráter voluntário.

É dada a garantia em qualquer circunstância, com a mera declaração de vontade, o direito a desvincular-se do cumprimento dos serviços estabelecidos em virtude deste artigo.

Art. 2º. – Remete-se ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral.

3.2.3 Atividades do movimento

As atividades do MOC-PY sempre estão encaminhadas a buscar a reflexão sobre os valores democráticos entre as diferentes esferas das classes sociais, expondo os antivalores militaristas e utilizando como canal para seus objetivos os meios de comunicação de massa. Os/as militantes do movimento se encontram em uma ‘vigília’ constante aos acontecimentos da realidade do Paraguai, especialmente às questões militares para poder agir de forma rápida diante dos fatos.

Constantemente estão realizando trabalhos de *lobby*, entre as autoridades e os parlamentares por meio de cartas dirigidas, cartas abertas ao público, manifestos, comunicados à imprensa e outras formas de difusão.

Por exemplo, em uma de suas campanhas convidaram não só várias pessoas reconhecidas dentro da sociedade paraguaia como também o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel para declarar sua *Objeção de Consciência*; no evento, que obviamente captou a atenção da imprensa, manifestaram sua rejeição ao Serviço Militar Obrigatório, propuseram a abolição do mesmo bem como de seus ideais antimilitaristas.

Outra das manifestações que marcaram o imaginário coletivo sobre o grupo e está refletida nos arquivos jornalísticos, ocorreu quando um grupo de seis ou sete jovens do movimento fez uma “operação relâmpago” ao fechar a passagem de forma pacífica (deitados) de um escritório no Parlamento Nacional com camisetas brancas manchadas com tinta vermelha, dando a impressão de sangue; isto para exigir a abolição do serviço militar e reagindo contra as vítimas fatais do mesmo. (ABC color, 30 dez. 1999, p. 11)

O grupo também sistematiza as denúncias de abusos militares e violações aos Direitos Humanos, no “Informe de Direitos Humanos no Paraguay” que é editado anualmente desde 1996 pela CODEHUPY e reúne várias outras organizações. Importante destacar que o MOC-PY forma parte desta coordenação, além de continuar sendo membro da “*Rede de Objeción de Latinoamérica y el Caribe (ROLC)*”.

Dentro do relatório e junto aos constantes comunicados à imprensa, os/as jovens manifestam denúncias de soldados fantasmas, venda ilegal de “baixas”, casos de corrupção nas instituições castrenses, alistamento de menores dentro do serviço militar (o qual está proibido dentro da Constituição Nacional) e todo tipo de irregularidades que não justificam o Serviço Militar.

Desde 1997, o grupo leva adiante a campanha “Desarmemos o orçamento” que tem como finalidade a redução dos gastos militares e diminuição do contingente militar e civil do Ministério da Defesa no Orçamento Geral da Nação que a cada ano é apresentado.

Esta campanha é conjunta com outras organizações não governamentais (ONGs) como DECIDAMOS, SERPAJ-Py e a mesma CODEHUPY. Geralmente, esta ação é lançada ao mesmo tempo em que o MOC-PY celebra o aniversário da primeira declaração de *Objetores de Consciência* no Paraguai, ocorrida em 30 de setembro de 1993.

As comemorações duram uma semana e envolvem painéis, debates, festivais musicais, trabalhos com crianças, exposições e mostras de filmes. Tudo sempre buscando uma ampla cobertura da imprensa.

“Ultimamente estivemos fazendo uma série de atividades como celebração do 10º aniversário da primeira declaração de objetores de consciência no Paraguai ocorrida em 30 de setembro, fizemos uma série de atividades que tiveram uma repercussão na opinião pública, neste momento nos encontramos trabalhando na campanha contra o gasto militar, pela redução do gasto militar e pelo investimento nas áreas sociais. Desarmemos o Orçamento é uma campanha que vem sendo realizada desde 1996 (?) e da qual o MOC sempre formou parte e de fato foi uma campanha impulsionada..., uma das organizações que impulsionou a criação e a constituição desta campanha foi o MOC e ininterruptamente participou sempre na preparação e execução desta campanha, nós nos

encontramos neste momento trabalhando com outras seis organizações sociais e de defesa dos Direitos Humanos e buscamos essa redução do orçamento militar e o investimento em áreas sociais que principalmente nós reivindicamos três grandes setores, saúde, educação e reforma agrária”. (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

Paralelo à campanha “Desarmemos” o movimento apresenta um discurso sobre o Não ao Serviço Civil Obrigatório. Como nos afirma um dos militantes sobre esse projeto “*ficou no papel*” (VF, MOC, entrevistada em set. 2003). Apesar disto, são apresentadas as posturas do movimento sobre este tema.

“Nesta campanha também estamos trabalhando, ao mesmo tempo falamos sobre objeção e tudo isso, falamos também sobre o serviço civil em nossos discursos, seja numa conversa, numa rádio, seja nos jornais, sempre colocamos a questão do serviço civil porque é uma forma de mostrar às pessoas o que querem com o serviço civil; basicamente essas são as grandes atividades (...)”. (VF, MOC, entrevistada em set. 2003)

O movimento não possui financiamento próprio, o trabalho é voluntário, os recursos que consegue para suas atividades correspondem aos fundos que outras ONGs têm em seus programas de defesa, dos Direitos Humanos. Um exemplo está com a campanha “Desarmemos o Orçamento” que, é feita em conjunto com outras organizações sociais.

3.3 Asociación Paraguay 2008 – Parlamento Joven

O *Parlamento Joven Paraguay* (PJP) é uma organização pluralista, sem fins lucrativos e independente, iniciada em janeiro de 1999 quando 37 jovens, entre 15 e 30 anos, formaram o primeiro grupo. A idéia inicial surgiu de cinco ou seis jovens que buscavam gerar um espaço de discussão sobre os temas nacionais no marco comemorativo dos 10 anos da queda do regime de Stroessner. Estes/as jovens levaram suas idéias ao Padre Francisco de Paula Oliva, sacerdote

jesuíta (SJ), mais conhecido como “Pai⁶⁸ Oliva”, e encaminharam o que seria o Primeiro Parlamento Jovem.

O Primeiro Parlamento Jovem se realizou em Assunção no espaço da Câmara de Deputados da Nação. Os temas foram variados como: chapas abertas para as eleições, fechamento temporário da Academia Militar, corrupção, governantes incompetentes, etc. Na verdade o nome nasceu como uma necessidade de identificar o grupo. Nossa entrevistada FA, do Parlamento Jovem nos disse:

“O nome do Parlamento Jovem é realidade não é um nome que de repente se identifique tanto, o nome nasce da necessidade de ter nome para um espaço, (...) um espaço para jovens que reflitam não somente sobre os problemas juvenis, mas também sobre os problemas reais, digamos em uma esfera macro, tudo o que seja relativo ao Paraguai, política, economia, social, cultural, que o jovem comece a conhecer e que participe já desde agora e de tudo o que seja a transição, da problemática que havia no Paraguai”. (Entrevistada em out. 2003)

A organização vem realizando um trabalho de formação e acompanhamento a jovens sobre as questões nacionais. Os objetivos do Parlamento Jovem são:

- Formar dirigentes jovens confiáveis, honestos, capacitados e comprometidos, sem distinção de credos, raças e idéias políticas.
- Incentivar e promover a participação dos jovens na procura de soluções para problemas estruturais de suas próprias regiões.
- Capacitar os jovens para investigar as necessidades do povo no contexto onde vivem, e juntamente com a população, levar adiante projetos que melhorem sua situação sócio-política e econômica.

Fonte: Dúptico de apresentação do Parlamento Jovem, mimeo, s/d

Militantes do Parlamento Jovem não consideram o grupo como um simples “grupo juvenil”, tampouco um grupo de Figurretis⁶⁹, nem só para fazer leis; em um discurso patriótico a

⁶⁸ Expressão popular em guarani para referir-se a sacerdotes, padres, religiosos, etc.

associação é descrita como: *“um grupo de jovens que apaixonados por sua Pátria e amando seu Povo com todo o coração, quer formar-se para servi-lo e ao mesmo tempo influir já na marcha da Pátria”*. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

De forma geral, o objetivo principal da organização é: *“formar líderes, líderes em todos os aspectos (...), líderes sociais, líderes políticos, líderes no econômico, em todas as atividades de sua vida diária (...)”*. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Considera-se que a missão do grupo é formar jovens que participem e incidam positivamente a partir dos diversos âmbitos da sociedade como líderes responsáveis e comprometidos na construção do Paraguai “justos e honestos”. Isto sob a filosofia do “Humanismo Cristão Aberto”.⁷⁰

3.3.1 Estrutura do Parlamento Jovem

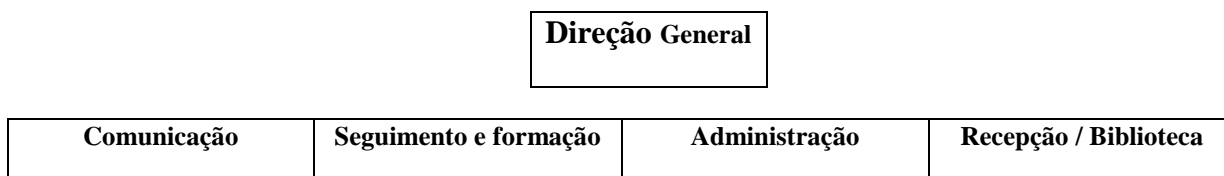
Na associação Parlamento Joven-Paraguay (PJP) percebemos dois tipos de estruturas, uma que pode ser considerada como interna e outra externa, ambas se encontram estritamente ligadas já que a primeira determina as ações da segunda.

⁶⁹ Figuretti: personagem humorístico interpretado por um ator num programa televisivo argentino que buscava aparecer em todos os lugares onde se encontravam pessoas reconhecidas (famosos, políticos, esportistas, etc.)

⁷⁰ Em um dos documentos internos da organização encontramos um material que dizia: *“Nossa filosofia é o que chamamos ‘Um humanismo cristão aberto’. Somos parte dessa tradição universal que nasce em Jesus de Nazaré e com seus valores, profundamente humanos, está aberto a todos e a todas. É, portanto também a uma crença em Deus. Não somos de uma igreja concreta. Somos cada um faz o que acredita como melhor caminho para chegar à plenitude da vida. E, estamos abertos a todos os que não sejam crentes, porém exigimos que nos respeitem como crentes e que não nos desprezem por isso nem nos considerem uns idiotas úteis para seus fins particulares. E, tudo isto precisamente pela enorme necessidade que apresenta o mundo pós moderno de encontrar um sentido na vida”*.

A organização possui local próprio num espaço que anteriormente pertencia a sacerdotes jesuítas, a associação conta com uma área de Comunicação, onde também se concentram os trabalhos dos/as embaixadores⁷¹ e as atividades dos diversos departamentos do país, uma área Administrativa, uma área de Seguimento e conscientização, ao departamento geral, onde se encontra o Padre Oliva e a Recepção que além do mais funciona como o espaço da Biblioteca que a organização está formando para incentivar a leitura e o trabalho dos/as parlamentares jovens.

Estrutura interna:



Dentro do local situado na capital trabalham entre oito e dez jovens, em sua maioria do sexo feminino, e incluindo a presença do Padre Oliva dentro do departamento geral. Reúnem-se três vezes por semana, dependendo das atividades realizadas e para tomar decisões através de consenso, porém, têm reuniões marcadas oficialmente nas segundas-feiras pela manhã.

Na medida em que a organização foi superando suas etapas de formação, as mesmas foram transformando-se em estruturas organizativas: a etapa de formação dos/as jovens aspirantes se chama Centro de Estudos Nacionais (CEN)⁷²; logo após passar por esta fase, os/as

⁷¹ A categoria de **Embaixadores** corresponde a um parlamento jovem (PJP) que exerce uma função de nexo entre a Associação e o Parlamento Jovem Estadual, segundo a declaração de uma das entrevistadas: “*é guiar os aspirantes, os que vão ingressar como parlamentares jovens, é guiar durante todo um ano, sobre os cursos aconselháveis que possam fazer, ou que não possam, servir-lhe de companhia, sempre tendo em conta que o embaixador é um pouquinho mais, é um cargo a mais*”. (A, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

⁷² “*Nós nos capacitamos de maneira teórica através do Centro de Estudos Nacionais – CEN*”. Para poder formar parte do Parlamento Jovem se necessita aprovar o CEN (os módulos do centro de estudos nacionais). O mesmo tem uma duração de um ano com encontros mensais tanto na capital como no interior do país e é gratuito. No mesmo se desenvolvem oficinas, painéis, conferências e debates sobre a problemática nacional e regional, proporcionando um

“parlamentares” atuam em suas comunidades e regiões, onde passa a ser o *Parlamento Joven Departamental* (PJD) e por último, onde se concentra a coordenação do grupo com todas as fases anteriores é o *Parlamento Joven del Paraguay* (PJP).

A estrutura externa da organização a que nos referimos se dá no período de formação dos/as potenciais parlamentares jovens, esta fase corresponde ao CEN que é o primeiro contato dos/as jovens com a organização.

Logo do primeiro Parlamento Jovem, em janeiro de 1999, onde a sessão de discussão durou três semanas; no segundo Parlamento as discussões (o período de formação) duraram um ano letivo, as reuniões eram realizadas nos terceiros finais de semana de cada mês e os temas eram diversos como Estado, Nação, Democracia, Economia, Agricultura, Reforma do Estado, Comunidades Indígenas, Defesa Nacional, Liberdade de Imprensa, etc.

Uma pessoa especializada era convidada para desenvolver um dos temas selecionados que estavam divididos por meses, logo passavam ao debate com perguntas e respostas, e por último, os/as jovens aspirantes tinham um tempo para expressar suas idéias e opiniões sobre o tema em questão.

A missão do PJP “é formar jovens que participem e incidam positivamente a partir dos diversos âmbitos da sociedade como líderes responsáveis e comprometidos com a construção de

um Paraguai justo, honesto e confiável”. (Dístico de apresentação do Parlamento Joven, mimeo, s/d)

Portanto, as pessoas que se interessam em formar parte da associação são jovens entre 15 e 30 anos. Os mesmos preenchem um formulário e assinam uma carta compromisso com a associação.

Num rápido resumo dos cinco períodos do PJP vemos como a organização foi evoluindo para tornar-se um espaço referencial de participação juvenil.

O **primeiro Parlamento Jovem**, em janeiro de 1999 contou com a participação de 37 jovens entre 15 e 30 anos, teve sede na Câmara de Deputados em Assunção e foram discutidos temas da realidade nacional como mencionávamos no início.

O **segundo Parlamento Jovem** começou em abril de 1999, logo depois do “Março Paraguaio”. A partir desta sessão se estabeleceu um ano de estudos/formação mais dois de ações práticas. Foram inscritos 1470 jovens entre 15 e 30 anos, os quais assistiam a conferências magistrais sobre temas nacionais a cada terceiro final de semana de cada mês na sala de convenções da *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), mas dessa quantidade de jovens só 240 finalizaram o curso de formação.

Segundo especialistas, esta convocatória geral de participação no segundo PJP foi por causa do mal-estar generalizado originado no “Março Paraguaio”; além disso, o movimento se

transformou numa prolongação participativa para jovens de outras regiões do país que não puderam comparecer às manifestações que se sucederam nessa época em Assunção.

“O que ele (Paí Oliva) capitalizou muito foi a ânsia de participação das pessoas do interior, os jovens especialmente, assistiram ao “Março Paraguai” pela televisão, e não puderam participar, então o Paí Oliva ofereceu, e foi muito interessante, a participação, não no “Março Paraguai”, mas no que foi algo do movimento, abre um espaço para participar, para ir, para vir, para falar com as pessoas, para se formar, e para que eles possam viver seu março paraguaio do futuro digamos, então lhes dá esse espaço que, me parece muito interessante, é uma prolongação do março em termos de formação” (JC, entrevistado em set. 2003)

Entre os requisitos principais para alcançar o grau de Parlamentares Jovens estavam: ter 70% de presença nas reuniões, ter a aprovação de uma monografia sobre algum dos temas nacionais escolhidos e recolher 100 assinaturas de pessoas acima de 15 anos que reconheçam o aspirante como Parlamentar Jovem.

Para o **terceiro Parlamento Jovem**, em abril de 2000, se inscreveram mais de mil jovens, com uma ampla maioria de jovens do interior e jovens de regiões pobres do país. Um ponto que enriqueceu bastante este período foi a presença de jovens indígenas dentro do grupo. Os requisitos continuavam quase os mesmos, com alguns pontos posteriormente acrescentados: a presença nas reuniões (80%) e 40 horas de serviço voluntário em alguma organização social, estatal ou privada.

Paralelamente, eram executadas as ações dos/as jovens do segundo Parlamento que consistiam basicamente em impulsionar os projetos e idéias dos/as mesmos/as em suas respectivas comunidades e fazer eco de suas propostas perante as autoridades governamentais.

No **quarto Parlamento Jovem** que se iniciou em março de 2001, a *Asociación Parlamento Joven* decidiu implementar um sistema de exame de ingresso para a admissão dos/as jovens aspirantes, 200 jovens obtiveram resultados positivos. Além disso, foi dado maior destaque na formação teórica para a elaboração da monografia. Outro requisito acrescentado dentro da regulamentação foi “falar guarani”, não com perfeição porém com certa fluência já que é, junto com o espanhol, o idioma oficial do país.

A partir do **quinto Parlamento Jovem**, em abril de 2002, quase 500 jovens formaram parte do grupo, os trabalhos foram mais descentralizados através dos cursos de formação oferecidos em outras cidades do interior do país. Os/as jovens parlamentares formados/as em anos anteriores desenvolviam a constituição de Parlamentos Juvenis em suas respectivas regiões e localidades. Assim Assunção deixava de ser o tradicional eixo de decisões e as localidades, com certa autonomia, foram identificando as necessidades e fortalezas de suas conjunturas específicas.

De acordo com os dados da organização, 3500 jovens foram inscritos no Parlamento Jovem de 1999 a 2002, de certa forma toda essa quantidade de jovens em algum momento passou pelo grupo, já que 700 são os/as que vieram formalmente do *Centro de Estudios – Parlamento Joven* (CEN - PJ)

3.3.2 A figura indispensável do Padre Oliva

O Padre Oliva se transformou no símbolo fundamental e significativo da *Asociación Parlamento Joven*; no país falar do grupo PJP é se relacionar diretamente com o sacerdote, o

grupo está muito ligado a seu impulsor. Esta estreita ligação pode ser considerada perigosa, já que “se acontece algo com o líder, que já é uma pessoa idosa”, a associação poderia deixar de existir; de acordo com alguns profissionais que trabalham com juventude “*o Parlamento Jovem não duraria mais de um ano sem ele, a pessoa líder que é o Paí Oliva, não existiria o Parlamento Jovem, assim de forma simples*”. (JC, entrevistado em set. 2003)

Este espaço de participação que é tutelado pelo sacerdote também é conduzido por ele mesmo. A juventude se sente em liberdade plena de participar e opinar dentro da organização, só que as últimas decisões, as reclamações e as conquistas são materializadas através da pessoa do Paí Oliva.

O padre é altamente carismático, durante todo seu trajeto de sacerdote jesuíta sempre trabalhou com a juventude. Além disso, muitos movimentos que nasciam dentro dos setores universitários, durante o período da ditadura tinham um importante apoio da Igreja Católica. Nesse tempo, os sacerdotes da Companhia de Jesus brindavam espaços e apoios aos/as militantes juvenis.

Então, a partir do “Março Paraguaio”, os objetivos de *reformular e criar novas mentalidades no país*, transformaram-se em metas pessoais seguidas com a efervescência da vitalidade juvenil que se canalizaram, por meio da organização, em questões da realidade nacional com certo enfoque jurídico e político.

Durante nossas observações pudemos reiterar a idéia sobre a imagem tutelar do Paí Oliva entre nossos sujeitos de investigação, por exemplo: como coordenador, o sacerdote está presente

durante as reuniões da associação; nas sessões dos/as aspirantes a parlamentares jovens, são poucos os encontros em que ele não está. Mesmo assim sempre dá início à sessão de abertura com um discurso e toda a elaboração de projetos, manifestos, etc.

Nos discursos de aberturas, os/as jovens escutam felicitações, idéias, projetos e também chamadas de atenção por faltas ou questões que não estão marchando da forma mais adequada dentro da organização. Exemplos claros temos nos discursos do mesmo:

“E quero felicitar meus companheiros de trabalho. Sou, certamente, muito exigente com eles, porém lhes posso dizer que entre vocês e eles conto com os melhores companheiros de trabalho do Paraguai.” (05, out. 2002)

“Nossa juventude, onde está a única esperança verdadeira, não reage maciçamente.” (05, out. 2002)

*“O Paraguai vale a pena, ainda que esteja passando por uma das épocas piores de sua história. A **juventude vale a pena**, ainda que nos chegue sem formação e em alguns comece a contaminação do sistema. O **Parlamento Jovem vale a pena**, ainda que não tenhamos conseguido colher pelo Paraguai os frutos que dele desejávamos.” (Início do curso, 2003)*

“Por isso dos três mil que se inscreveram e dos que aproximadamente 2000 seguiram os cursos, ficam somente algumas centenas que se comprometeram até o final e seguem. Dos outros, uns não quiseram seguir e optaram por outras associações onde pudessem pôr em prática o que aprenderam conosco. Outros, não puderam ou não souberam seguir. Respeitemos, porém gostaríamos que fossem mais. O Paraguai de hoje seria diferente já. E sofremos muito esta carência.” (20, abr. 2002)

“Ao Jovem Parlamentar lhe sai de dentro o desejo de fazer algo muito grande pelo Paraguai. Estamos conseguindo? Sinceramente: em muitos sim, pela falta de compromisso em alguns, creio que não, e isso me preocupa muito.” (04, out. 2003)

Como último elemento importante dentro da organização, e que respeita a figura do Paí Oliva, é a marcada presença de Deus, ou melhor, da religião católica no funcionamento e relacionamento dos/as membros, isto talvez pela própria origem de seu impulsor e pelo ideal de serviço aos menos privilegiados.

Apesar de estar plasmado o respeito a outras crenças religiosas, todas as pessoas envolvidas com a organização são de religião cristã, e nos discursos sempre se ouvem frases como: *“Que Deus nos ajude e que nós, deixando todo egoísmo próprio, sejamos capazes de estar à altura do momento presente. Se não fazemos o que Deus e o nosso povo nos peçam.”*. (Padre Oliva, 05, out. 2002)

3.3.3 Atividades do grupo

A maior atividade que a Associação promove em âmbito nacional é a formação de lideranças juvenis, parlamentares jovens, e a convocatória maciça para o processo de formação que denominam *Centro de Estudios Nacionales (CEN)*. Porém como parte do processo evolutivo do grupo, os trabalhos começaram a ser mais no setor de base e nos diferentes departamentos do país, por esta razão a visibilidade da organização parecia debilitar-se.

A partir da campanha *Legislando con el Pueblo*, em 2003, buscou-se voltar a recuperar uma visibilidade mais forte dentro da esfera pública; por isso mesmo è reconhecida:

“A campanha nasce justamente a partir da necessidade de o Parlamento Jovem voltar a entrar com uma atividade em esfera nacional, estamos trabalhando muito nos setores de

base, na parte de formação e a nível departamental, sem contar com algo que seja a nível nacional (...)". (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Desde seu início, em 1999, o Parlamento Joven se foi consolidando como espaço de expressão de idéias, opiniões, críticas e desejos através do conhecimento da realidade nacional. Vários/as jovens levaram projetos e ações concretas a suas respectivas comunidades. Com isto conseguiram descentralizar a formação teórica a outras capitais, com o objetivo de que os/as jovens conheçam as fortalezas e debilidades de suas regiões.

Uma das metas do grupo é apresentar publicamente ao país 100 jovens líderes em diferentes áreas para 2008, *"o Parlamento em 10 anos promete dar ao Paraguai 100 jovens que sejam completamente confiáveis, honestos, que tenham critério próprio, que realmente tenham influência desde o lugar ou posto onde estejam (...) "*. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Este trabalho se realizou com cursos de formação sobre a realidade nacional e formas de acompanhamento a projetos e aos grupos de aspirantes como é o caso dos/as embaixadores/as.

Como havíamos dito antes, o *Parlamento Joven* expandiu seus horizontes em outras regiões do país, esta expansão tem o nome de *"Parlamento Joven Departamental"* (PJD). Nestes espaços os/as jovens debatem, discutem sobre a conjuntura e se organizam em atividades específicas como, por exemplo, no Estado de San Pedro, onde apresentaram denúncias de casos de corrupção e junto com outras organizações civis e a comunidade conseguiram destituir o Governador da região; no estado de Amambay fomentaram a formação de Centros de Estudantes;

em estados como Ñeembucu e Itapúa formaram alianças estratégicas com organizações civis a favor da comunidade e desenvolveram campanhas ecológicas. No Estado Central, trabalharam com comunidades carentes e estimulavam a formação de bibliotecas em colégios da região.

Em novembro de 2002 o Parlamento Jovem juntamente com a organização *Transparencia Internacional* lançou o “Censo Parlamentário”, que tinha como objetivo a realização, pelo corpo legislativo nacional, de um exame da sua própria gestão. O trabalho foi difundido para a opinião pública nacional e internacional.

A organização fomenta amplamente a difusão de programas de rádios especialmente em rádios comunitárias. Organizam-se em redes que apóiam em conjunto campanhas como “*NO al ALCA*”, e além disso, alguns jovens parlamentares participaram do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (BR), os jovens o qualificaram como um evento sem precedentes, “*com a única bandeira de ‘outro mundo é possível’, isto é, outro fora do voraz capitalismo, o neoliberalismo desumano e as potências aniquiladoras*”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

É importante destacar a questão financeira dentro da organização; os primeiros anos, a associação se financiou por meio de doações e apoios logísticos ‘desinteressados’ de outras instituições e profissionais. Logo conseguiram recursos por meio do *Programa de Apoyo a la Iniciativa Ciudadana, del Centro de Información y Recursos para el Desarrollo (CIRD)* que financiava uma das linhas de ação da organização. Buscavam obter financiamento a longo prazo de organismos do exterior.

Uma das mais recentes atividades do grupo se denominava: Legislando com o Povo. De acordo com uma das entrevistas, o projeto buscava:

“Uma livre transmissão de informação, todo o povo conheceria que leis seriam tratadas no dia seguinte no Parlamento, como pode chegar a afetar, o peso que pode ter o povo para que essa lei não seja aprovada, ou seja, todas essas questões nos pareceram bastante interessantes queríamos canalizar isso em um projeto. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

A idéia surgiu da experiência de um jovem militante da associação. Este projeto foi de cobertura nacional e estava sendo patrocinado por um grupo de jovens parlamentares, 50 especificamente. A iniciativa pretende que diferentes setores sociais tenham a oportunidade de serem partícipes dentro das decisões do governo, de maneira a estimular o desenvolvimento de uma sociedade organizada e responsável.

Com uma maciça difusão nos meios de comunicação sobre o tema de “Legislando com o Povo”, buscou-se dar um sentido mais próprio ao sistema democrático, o governo do povo e não de setores privados. Este tipo de empreendimento incide na mudança de mentalidade paraguaia sobre o poder decisório dos governantes e na atitude submissa da cidadania; *“buscamos mudar um pouco esse pensamento através dos meios de comunicação com o projeto”*. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Os objetivos gerais do projeto:

- Convencer o povo da necessidade de influenciar na confecção das leis no sentido de pressionar para que se cumpra a vontade popular e não os interesses particulares.
- Difundir uma opinião pública sobre esta iniciativa “Legislando com o Povo”.

Fonte: Dístico de apresentação de “Legislando con el Pueblo”, mimeo, 2003.

As linhas de ações sobre a qual o projeto se estrutura:

- Comissão de seguimento a Deputados e Senadores: um grupo de jovens que acompanharia a gestão legislativa de alguns senadores e deputados.
- Comissão de Conscientização de jovens que procurariam conscientizar seus pares juvenis através de oficinas, debates e conferências sobre a importância de “Legislando com o Povo”.
- Comissão de Embaixadores e Meios de Comunicação Social: que difundiria entre os diferentes meios de comunicação existentes no país a importância de conhecer e estar informados sobre o que ocorre no Congresso.

Fonte: Dístico de apresentação de “Legislando con el Pueblo”, mimeo, 2003.

O Parlamento Jovem pretende com este projeto que o “povo” fale diretamente, acompanhe e, se for necessário, que pressione o Congresso nas decisões sobre programas sociais, econômicos, culturais e políticos do Paraguai.

“Que a realidade do nosso país seja atendida com a opinião do povo e que as justas exigências sejam o centro do debate social e político. O que buscamos é que os legisladores aprendam a governar com as pessoas e não no lugar delas”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

3.4 Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil – MOBE⁷³

O movimento foi uma organização que aglutinou estudantes secundaristas, portanto a idade de seus membros estava entre 13 e 18 anos.

O MOBE se iniciou em outubro de 1999, porém seus antecedentes foram de um mês anterior quando um grupo de alunos de um colégio público solicitou apoio à ONG

⁷³ Movimiento pela Obtenção do Passe de Estudantes.

DECIDAMOS⁷⁴ para desenvolver oficinas sobre a situação dos estudantes e entre os temas discutidos estava a questão do boleto estudantil.

Com o MOBE constituído, a primeira e principal bandeira de luta foi a implementação total e sem restrição do Passe Estudantil. A lei “Que estabelece o Passe Estudantil” (Lei Nº. 383/94) foi modificada e ampliada pela Lei Nº. 1432/99, no entanto até a formação do MOBE a mesma continuava não sendo cumprida e sem ação dentro do território nacional.⁷⁵

De maneira resumida para contextualizar melhor a situação do Passe Estudantil atualmente, depois das constantes lutas do MOBE, o mesmo foi implementado (setembro de 2000) só que com muitos entraves burocráticos e objeções regulamentares por parte do setor das empresas de transporte urbano. Isto se transformou numa constante disputa entre empresários do transporte público e os/as estudantes secundaristas, por esta razão os/as jovens até os dias de hoje continuam “vigiando” o cumprimento da lei e lutando pela implementação “total e sem restrições” da mesma.

O MOBE realizou uma oficina de planejamento em novembro de 1999 com os/as líderes estudantis para diagnosticar e projetar os objetivos das atividades.

⁷⁴ **DECIDAMOS:** “*é uma Associação de Organizações Não Governamentais (ONGs), que desenvolve Campanhas pela Expressão Cidadã, com o propósito de promover os direitos e as garantias da cidadania; sua participação nos governos, na vida pública; assim como sua formação crítica através da educação cívica. É uma associação civil sem fins lucrativos. Orienta seu trabalho na busca do desenvolvimento de valores que consolidem a democracia como processo político e social e se assenta sobre um panorama social que interpela um Estado de Direito*”. <http://www.decidamos.org.py> acesso em: nov. 2004. Uma das linhas de ação da ONG é fomentar a formação de Centros de Estudantes nos diferentes colégios do país, para isto são elaborados diferentes materiais educativos e oficinas bases de formação, por esta razão possuem bastante contato com o setor juvenil.

⁷⁵ Em capítulos anteriores mencionamos a luta de outras organizações juvenis pela questão do “Passe Estudantil”, só que com o enfraquecimento das organizações como o FES e o MOS a questão perdeu força. O MOBE retomou o tema do “Passe estudantil” com entusiasmo novamente.

“Então vimos que havia assim um clima apropriado para fazer coisas positivas e tratamos... começamos a debater, ‘olha há uma lei do passe estudantil que saiu em agosto, se havia assinado a segunda lei já e nós já estávamos em setembro, verdade?’ Então pensamos no que podíamos fazer (...) e a partir de aí falamos com DECIDAMOS, que nos brindou assessoria (...)”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

As ações foram escalonadas, começaram informando sobre o movimento entre seus pares estudantis para captar militantes, buscaram manter contato com autoridades ministeriais, até chegar a manifestações que alcançaram uma quantidade significativa de jovens revelando seu mal-estar e descontentamento pelo não cumprimento da lei.

Num de seus manifestos declaram:

“Acreditamos que a maior vitória que conseguimos foi chegar a uma verdadeira participação cidadã nas ações que realizamos, além disso, conseguimos que as pessoas reagissem quando um direito seu estava sendo pisoteado, fomos e somos um exemplo para outras organizações juvenis que estão causando efeitos dentro desta sociedade”. (MOBE, mimeo, s/d)

Na atualidade o MOBE cresceu conforme as necessidades e os objetivos da organização. O MOBE se transformou na *Federación Nacional de Estudiantes Secundarios (FENAES)*, porém este crescimento foi gradual, de *Movimiento por la Obtención del **Boleto** Estudiantil* passou a *Movimiento por la Obtención del **Bienestar** Estudiantil* conservando assim as mesmas siglas de MOBE, logo somaram as siglas de FENAES, ficou MOBE-FENAES, para finalmente congregarem todos os objetivos num só nome que atualmente é FENAES.

De forma geral a FENAES tem por objetivos:

- Implantar total e sem restrições o passe estudantil
- Ampliar o ensino médio a nível nacional

- Melhorar a qualidade de educação do ensino médio

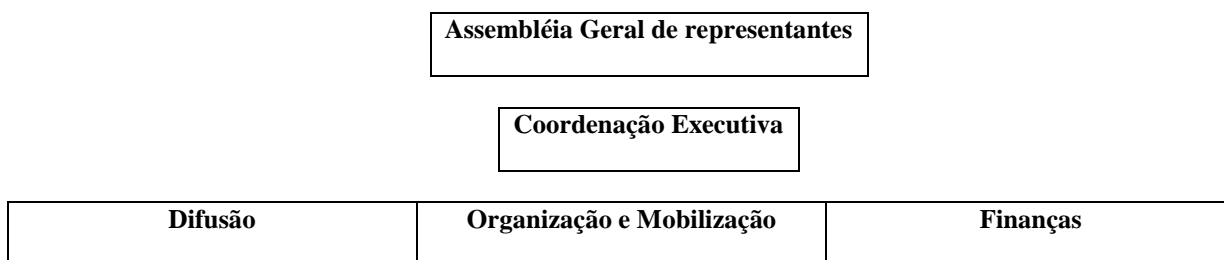
“Acreditamos que o Passe Estudantil foi somente um passo inicial dentro dos problemas que atravessam os estudantes, por isso nossa proposta é a de lutar, exigir e conseguir aumentar o orçamento destinado à educação (...).” (MOBE, mimeo, s/d)

Para entender melhor a evolução da organização posteriormente veremos as atividades da organização que levaram a formar a FENAES.

3.4.1 Estrutura do MOBE

O MOBE contou com um espaço físico dentro da organização DECIDAMOS. Apesar disto, ambas organizações eram autônomas e independentes; como os/as próprios/as jovens definem que tomaram a DECIDAMOS como aliado e colaborador, e não como supervisores ou como uma organização que influenciaria nas decisões e ações do MOBE.

A organização juvenil apresentava a seguinte estrutura:



A Assembléia geral estava composta por um/a titular e um/a suplente de cada colégio, naquela época participavam entre 15 e 20 colégios da capital, entre colégios públicos e particulares, a maioria correspondia ao primeiro. Na assembléia se tomavam as decisões gerais e importantes para delegá-las à execução das equipes; as reuniões eram realizadas a cada 15 dias. O

quorum na primeira convocatória era metade mais um e para a segunda depois de meia hora com os/as presentes.

A Coordenação executiva era exercida por um/a representante para a coordenação e um/a de sub-coordenador por equipe de trabalho. Suas funções eram de coordenar os trabalhos entre as equipes e tomar decisões em casos urgentes. As reuniões desta escala aconteciam a cada sete dias.

A equipe de Difusão se encarregava pela comunicação interna do grupo, a difusão entre os colégios e da transmissão dos cursos. Outra de suas funções era a comunicação externa entre os diferentes meios de comunicação (rádio, jornais, TV), além de panfletos e folhetos informativos do grupo.

A equipe de Organização e Mobilização tinha a seu cargo o desenvolvimento das ações simbólicas, ações diretas não violentas, as paralisações, levar a cabo estudos econômicos e jurídicos, adentrar nos processos burocráticos que eram pertinentes e implementar propostas operativas de ação.

Finalmente a equipe de Finanças que levava o registro contábil, a administração financeira, também era responsável por buscar recursos econômicos e propostas para a geração dos mesmos.

3.4.2 MOBE – DECIDAMOS

O MOBE identificou DECIDAMOS como uma das organizações “amigas” para relacionar-se. Entre outros grupos que foram reconhecidos pelos/as jovens estavam: a imprensa, instituições públicas, organizações juvenis, o CIRD, empresas privadas, entre outras.

“(...) pedimos a DECIDAMOS que faça uma oficina, onde nós pudéssemos dizer o que queríamos que eles ministrassem e nós iríamos assim como participantes porém, iríamos tentar influenciar para que saísse algo positivo, isso era o que tínhamos combinado com a DECIDAMOS e eles aceitaram”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Através do trabalho conjunto com DECIDAMOS, por meio de oficinas e debates, os/as jovens tanto de colégios públicos como de privados puderam encontrar um ponto em comum para aglutinar-se; um espaço onde puderam ver suas fortalezas, debilidades e oportunidades.

| <u>Fortalezas</u> | <u>Debilidades</u> | <u>Oportunidades</u> |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> -Vontade de trabalhar -Somos muitos -Temos a lei ao nosso favor -Persistência -Liderança | <ul style="list-style-type: none"> -Falta de informação -Não conhecemos nossos direitos -Falta de motivação -Falta de organização -Não trabalhamos em grupo | <ul style="list-style-type: none"> -Imprensa -País -Professores -Igreja -Sindicato de transporte |

Fonte: Oficina de Planejamento sobre o Passe Estudantil. Assunção, 27 nov. 1999

Ao destacar as debilidades do grupo como: desconhecimento de seus direitos, desmotivação e pouca experiência organizativa, os mesmos se transformam em valores positivos que os/as jovens reconhecem para orientar e perseguir seus próprios interesses, ou seja, o “passe estudantil”. Assim também ao se apoiar nas instituições tradicionais da família e da igreja,

demarcam as oportunidades de relacionar-se com outros setores como os/as docentes e os meios de comunicação.

O espaço físico da organização DECIDAMOS foi ocupado literalmente pelos/as militantes do MOBE, geralmente circulavam pela ONG de 10 a 20 militantes dependendo das atividades que estivessem preparando.

“Éramos 20 boletos e boletas, legais e ilegais entre nós, gente que assistia muito e gente que não assistia a quase nada, porém como sempre éramos um máximo de 10 pessoas que sempre estávamos na oficina fazendo reuniões (...).” (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Eram chamadas, gazetas, cartas, entrevistas, assembléias, novos militantes, etc., talvez por esta razão começaram a ter uma espécie de “horário de trabalho”; jovens que estudavam pela manhã passavam a tarde na instituição e jovens que estudavam à tarde, iam pela manhã.

“(...) Nada era imposto, nesse momento contávamos com a colaboração das pessoas da organização DECIDAMOS que eram os que mais ou menos nos guiavam, porém tampouco nos diziam ‘devem fazer isto’ mas sim éramos nós os que decidíamos.” (MJ, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Além dos temas referentes às questões de organização juvenil, como Centros de Estudantes e participação juvenil que DECIDAMOS proporcionava aos/as jovens, foram também desenvolvidos temas como democracia, gênero, ideologias, entre outras questões. Estes pontos aprofundavam a formação dos/as militantes e as mesmas jornadas de capacitação serviram como forma de integração entre estudantes de diferentes entidades educativas e principalmente de diferentes classes sociais.

Apesar dos/as militantes do MOBE trabalharem em conjunto com a DECIDAMOS para a formação da organização juvenil, a imagem da mesma corria o risco de estar associada à ONG. No entanto os/as jovens do MOBE conseguiram neutralizar esta conjunção e criar uma imagem autônoma e independente que marcou a organização juvenil como tal; isto pode ser visto através dos esquemas de trabalhos e de cartas que a organização recebia.

3.4.3 Atividades do movimento

O maior esforço do MOBE, em questões operativas, foi a difusão. Os/as jovens militantes realizaram uma intensa campanha de difusão nos meios maciços de comunicação; eram cartas, gazetas, manifestos e comunicados, tanto para a opinião pública, direções de colégios, empresários do transporte, autoridades ministeriais, entidades privadas e públicas, entre outras diferentes instituições.

Este trabalho conseguiu, primeiro informar sobre o MOBE, que era um dos objetivos para captar mais estudantes para a luta, e segundo, dar a conhecer a questão da lei que estabelece o Passe Estudantil.

Comunicado para a opinião pública

O **Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil (MOBE)** se dirige aos cidadãos paraguaios para refletir sobre a postura adotada ultimamente por parte do setor empresarial do transporte urbano, em pressionar com uma convocação a uma paralisação para obter aumento nas passagens.

Cabe destacar que este setor está em falta com a sociedade prestando um mau serviço ao público oferecendo-nos:

- Ônibus em mau estado, sem manutenção mínima para o transporte de seres humanos.
- Borboletas dos ônibus em mau estado, que dificultam a circulação dos usuários.
- Ônibus sujos e com bancos rasgados.
- Ônibus barulhentos
- Ônibus que poluem meio ambiente, cuspidos fumaça negra e venenosa que acaba com o nosso ambiente.

(...)

Nós compreendemos esta situação e somos conscientes da crise econômica que está sofrendo a população já que como jovens também sentimos a escassa possibilidade de emprego, e, sobretudo, a dificuldade de ter

acesso a uma educação secundária e mais ainda à superior. Realizar greves, exigir aumentos na passagem ou culpar a implementação da Passagem Estudantil são atos que não resolverão a problemática, contribuindo muito mais para o agravamento da situação.

A lei 1432/99, que estabelece o Passe Estudantil, não discrimina classes sociais, portanto a discussão de que os transportes beneficiariam os colégios públicos com o Passe Estudantil é totalmente absurdo devido a que o Estado não brinda uma cobertura total da educação e que os colégios privados também são ajudados por pessoas com poucos recursos que usufruem do transporte público.

(...)

Fonte: MOBE, carta, s/d.

Tomando como exemplo este comunicado, podemos encontrar nele todos os elementos e justificativas do MOBE para sua luta pela obtenção do Passe Estudantil.

Uma vez formada a organização, em 1999, foi um período de integração e de debates informativos sobre a lei. Pelo processo normal de evolução acadêmica, no ano 2000 alguns/mas estudantes concluíam o nível de educação média, então poucos jovens se veriam beneficiados/as com a lei, conseqüentemente poucos/as continuaram militando no movimento, por essa transitoriedade o MOBE constantemente precisava captar mais militantes.

O MOBE estava formado por colégios da capital, pequenos, médios e particulares; em sua função de captar militantes conseguiram atrair militantes de colégios nacionais reconhecidos pela sociedade paraguaia. Estes “colégios grandes” buscaram reunir a atenção da luta pelo passe estudantil deixando um pouco de lado o processo de formação que os/as militantes anteriores iniciaram paulatinamente.

Com uma ação pouco estratégica, levados pelo fervor juvenil e pela falta de consenso dentro do grupo, em maio de 2000, o MOBE convocou uma manifestação rápida e de último momento com aproximadamente 300 estudantes. Como alguns/mas militantes definiram “a

manifestação foi um desastre porque os representantes designados para a entrevista não estavam capacitados para falar (...) entraram os três colégios grandes e não entrou ninguém do MOBE”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Nessa reunião, o setor de transportes e representantes do governo conseguiram evitar e ignorar as exigências dos/as jovens. O único elemento positivo dessa atividade foi a grande repercussão jornalística em nível nacional do tema *Boleto Estudantil*. A partir desse momento começou uma “revolução dentro do movimento” para preparar uma manifestação estudantil política e estrategicamente correta.

A marcha que se realizou no dia 9 de junho de 2000, contou com um trabalho intenso de capacitação e organização de todos os temas que envolviam a mesma, desde a mesa negociadora até a segurança do ato. A manifestação estava preparada para três mil estudantes secundaristas, porém compareceram 6.500.

“Fizemos uma manifestação que estava planejada onde haveria cerca de duas a três mil pessoas e fomos e nos encontramos no dia da manifestação, ou seja, dois dias antes já sabíamos que havia superado essa quantidade e que tínhamos que trabalhar integralmente a questão da segurança”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

A marcha pacífica foi da Praça da Democracia até as sedes do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Ministério de Obras Públicas e Comunicação (MOPC), o objetivo da manifestação era conseguir uma reunião com os representantes de ambos ministérios e iniciar uma mesa negociadora com os setores envolvidos.

Suas reivindicações foram escutadas e conseguiram reunir-se com as autoridades ministeriais, “*queríamos o passe já!*” (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003). Com isso teve início um período de negociações entre o MOBE, as entidades estatais e os empresários de transportes.

“Na reunião onde estávamos os verdadeiros representantes (do MOBE), ou seja, numa reunião que havíamos preparado, e os cachorros⁷⁶ saíam da linha quando escutávamos certas palavras dele (Ministro de Obras Públicas). ‘Já ninguém acredita no senhor, o senhor é um mentiroso, como pode ser tão corrupto e se fingia de ñembotavy⁷⁷!’, ele afirmava que também não sabia, supostamente não sabia, leu a lei e disse que é uma lei populista, assinada por populistas, que era um desastre e que tinha que mudá-la, e sua assinatura, no entanto, estava ali (...).” (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Após a manifestação, muitos comentários positivos circularam em todo o país sobre o movimento juvenil. Fora o Março Paraguaio que teve seu contexto, há tempos não ocorria uma marcha juvenil de estudantes com esse precedente e, por sobre todas as coisas, foi uma manifestação sem incidentes, segundo EF, ex-MOBE, “*não houve nenhum caso de violência, de álcool, nada, tudo perfeitíssimo*” (Entrevistado em set. 2003). Assim mudava um pouco essa imagem de “jovens problemas” pela de “jovens protagonistas”.

Considerando que os acordos para as negociações não avançavam, em cinco de julho o movimento organizou a manifestação “Dia de luto Estudantil” como medida tomada pelo não cumprimento da Lei do Passe Estudantil. A ação consistiu em que todos/as os/as estudantes de diferentes colégios levaram uma fita preta amarrada no braço como sinal de luto. Participaram cerca de 10 mil estudantes, tendo em conta que para esta manifestação o MOBE contava com a intervenção de quase 50 escolas (particulares e públicas) da capital.

⁷⁶ Forma popular de referir-se aos amigos.

⁷⁷ Palavra em guarani que significa “fazer-se de desentendido, tolo”.

No dia 4 de agosto organizaram uma manifestação maior, na qual compareceram cerca de 13 mil estudantes. Os/as jovens seguiram o mesmo itinerário da primeira em junho e desta vez conseguiram a assinatura da resolução para a implementação do passe.

“Preparamos outra manifestação, dois meses depois, preparamos uma manifestação maior ainda onde havia mais dirigentes do movimento, estava mais bem organizada, aí foram mais de 10 mil pessoas, no mesmo percurso (...) Uma vez confirmada a questão da adoção do passe, então quando houvesse um carnê seria necessário pôr em vigência oficial mas ainda estavam incompletos detalhes de como fazer, existiam algumas objeções dentro do próprio movimento. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Uma questão importante foi que a partir desse momento se reconheceu o MOBE como mediador oficial entre governo e setor estudantil sobre a questão referente ao passe; “as autoridades davam por fim, assim, o primeiro papel onde afirmavam que negociariam o passe estudantil com o MOBE”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Milhares de obstáculos foram colocados pelo setor de transportes e pelo governo para atrapalhar o cumprimento da lei; o movimento juvenil continuava trabalhando e em 25 de agosto apresentaram a proposta Optimo de Perato⁷⁸, que foi uma proposta que beneficiaria o governo, os empresários dos transportes, os/as estudantes e os cidadãos em geral. O fundamento residia em aumentar o número de ônibus nos “horários mais críticos” mediante mudanças de horários dos/as estudantes e funcionários/as públicos/as, o qual foi rejeitado pelo setor dos transportes.

⁷⁸ Ver anexo.

Sob muitas pressões por parte dos estudantes, o passe entrou em vigência no dia 20 de setembro de 2000. *“Era um presente da juventude para a própria juventude no dia da juventude”*. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Varias irregularidades marcaram o cumprimento da lei, por exemplo, a negativa dos motoristas de ônibus em aceitar a meia passagem dos/as estudantes, a demora na emissão dos carnês, entre outras; para isso o movimento se manteve em constante vigilância para denunciar estes casos.

Além disso, o ano lesivo acabava em novembro, então os militantes da organização começaram a traçar os objetivos para o ano 2001, que eram os de melhorar o sistema do passe estudantil, firmá-lo e concretizá-lo em escala nacional; também o de pensar na questão de constituir uma federação que permitisse um melhor relacionamento com estudantes do interior do país.

No período de férias, a organização juvenil enviou quatro jovens militantes ao Foro Social Mundial de Porto Alegre como representantes do MOBE. A experiência foi altamente enriquecedora para os/as jovens.

“Fomos adquirindo experiência, alternativas, quando nós levamos as fotos, os recortes, contamos as experiências, levamos o debate que queríamos integrar e as pessoas nos recebiam muito bem, tudo isso ia subindo, porque nós que éramos jovens e rebeldes e que estávamos contra algo, no entanto não podíamos situar bem nossa causa, de repente encontramos um caminho exato onde nos sentíamos cômodos, onde rendíamos melhor e éramos muito mais produtivos e onde podíamos gerar outro mais rebelde como nós mesmos”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em sep. 2003)

Aproveitando as pausas escolares e a baixa militância do MOBE, os donos de empresas de transporte negociaram com o governo travas para o cumprimento da lei e derrogaram o decreto N° 10879 que estabelecia um novo regulamento para a implementação do *Boleto Estudantil*.

“Os donos de empresas de transportes negociaram com o governo e ficaram com a questão do cartão eletrônico e pronto, nós vamos negociar com o governo que coloque, que publique a questão do horário e do uniforme, que publique a questão dos bônus que era um sistema onde uma quantidade de bônus correspondia a uma quantidade de passes por mês e isso nos limitava muito; nós vamos vencer os donos das empresas de transportes, assim como eles nos prejudicaram, nós vamos dizer: “A passagem subiu e vocês devem comprar o cartão eletrônico para todos os usuários”, porque para isso havia subido a passagem”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Com suas atitudes conseguiram boicotar uma reunião do Vice-ministério de Transportes com os empresários, além disso, tiveram acesso à lista de empresas devedoras do Banco Nacional de Fomento (BNF) e ao registro de empresas ilegais. Todas estas denúncias eram publicadas na imprensa local, ao mesmo tempo em que o foco dos debates se situava entre o MOBE, o governo e o setor de transportes.

O ano letivo de 2001 começou em março e no dia 28 do mesmo mês foi organizado um protesto visando à derrogação do decreto N° 10879, que estabelecia o novo regulamento do passe estudantil, o congelamento do preço da passagem, e das tarifas públicas além de propor o reinício das negociações. A operação consistiu no fechamento de ruas de quatro pontos estratégicos de Assunção.

O horário de saída dos colégios era: 11:30 AM, os/as militantes do MOBE negociaram para que as aulas fossem somente até as 11:00 AM, para fechar as ruas as 11:30 e esvazia-las às 11:40 AM; o ato foi acompanhado de um discurso contra o decreto e com ampla cobertura da imprensa. Com isso queriam mostrar o poder de convocatória do MOBE, participaram cerca de oito mil estudantes, *“já que era uma mobilização rápida”*. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Apesar das atividades, os/as militantes do MOBE se sentiam nervosos/as porque necessitavam capacitar mais estudantes para a luta, o movimento atravessava mudanças e a lei do *Boleto Estudantil* continuava com suas travas.

No período das férias de inverno, especificamente em oito de junho foi preparada uma marcha pacífica de protesto em frente ao palácio do Governo. Na operação participaram 50 jovens no período da noite, de acordo ao que estabelece a *“Ley del Marchódromo”*, só que dessa vez foram reprimidos/as pelas forças da ordem.

“Dessa vez foi quando nos jogaram gases, a controvérsia era se jogaram ou não os gases, bem, não nos deixaram cegar ao Palácio de jeito nenhum, a pesar de ser uma marcha pacífica, todas as nossas manifestações tinham sido pacíficas, jamais se caracterizaram pela violência (...) íamos festejar o fato de a lei estar viva, mas morta na prática, porque queremos viver o passe estudantil, havia muito sentido”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Os/as jovens do MOBE estavam cansados/as de negociar porque os acordos eram ineficazes, sentiam-se humilhados/as pelo não cumprimento dos mesmos: *“você assinava e para quê? Nossos nomes inclusive estavam no papel (...) nos prejudicaram, assim, ironicamente lhes dizíamos”*. (Idem)

Por essa razão voltaram a organizar outra manifestação para o dia 3 de agosto só que uma semana antes da marcha, recebeu-se notícias de um decreto assinado pelo poder executivo com quase 80% das reivindicações citadas pelo MOBE, apenas 20% eram travas controversas na fiscalização que o próprio movimento reconhecia como uma de suas falhas.

Este fato remarcou o objetivo da manifestação, *“vamos fazer uma manifestação dos jovens que seja mais uma manifestação de alegria, uma manifestação de triunfo”* (Idem), participaram aproximadamente 15 mil jovens para reclamar um maior orçamento para a educação e a escolha de um defensor do povo.

A manifestação foi o ponto de partida para a ampliação dos objetivos do MOBE, para o dia 20 de setembro os/as jovens apresentaram o projeto, que colocamos em anexo, *HACEMOS, PROPONEMOS y EXIGIMOS*. No contexto do mesmo projeto organizaram um Congresso onde foram tratados vários temas pertinentes à classe estudantil com 200 líderes deste setor de Assunção e do Departamento Central.

Como conclusão do ano de 2001 podemos acompanhar a avaliação do MOBE sobre seu desempenho político:

Uma vez alcançados os objetivos primários da organização – a implantação do passe estudantil e o respeito à lei por parte dos empresários de transporte – no MOBE, surgiram novos questionamentos que foram transferidos a toda a opinião pública mediante a realização de uma manifestação de milhares de estudantes. Nesta etapa, o MOBE impulsiona a luta por um maior orçamento para a educação com um novo lema: *“Fazer, propor e exigir”*. No contexto de seu novo lema, o MOBE realiza um seminário no qual 200 estudantes do ensino médio analisaram a reforma da educação média paraguaia, assessorados por especialistas nas matérias, e propuseram algumas mudanças para iniciar a reforma do nível médio.

Além disso, durante este ano realizamos seis encontros de planificação, avaliação e para novos membros com um total de 491 participantes. Quanto às atividades de seguimento, tivemos um total de 58 reuniões todas na sede de DECIDAMOS.

| TOTAIS MOBE | 7° | 8° | 9° | 4° | 5° | 6° | TOTAL |
|--------------------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|--------------|
| MASCULINO | 1 | 0 | 17 | 19 | 57 | 44 | 138 |
| FEMININO | 1 | 2 | 182 | 22 | 48 | 34 | 289 |
| TOTAL | 2 | 2 | 199 | 41 | 105 | 78 | 427 |

Que conquistas obtivemos ao terminar esta etapa

- A aplicação da lei do passe estudantil depois de 10 anos de iniciada a luta. Esta lei beneficia cerca de 350.000 estudantes, embora atualmente cerca de 50.000 estudantes e 225 colégios tiveram acesso aos carnês.
- O crescimento em números do MOBE. No início de 2001, o movimento estava integrado por estudantes de cerca de 20 colégios, já no final do mesmo ano já somavam 65, os colégios com alunos militando no movimento.
- Aumento da quantidade e qualidade das manifestações do MOBE, em termos de presença massiva de estudantes, adesão da opinião pública à causa e a boa organização das mobilizações.
- Representantes do movimento participaram na formação da Coordenadora de Organizações Juvenis, que busca articular as distintas lutas do setor de juventude.
- O movimento conseguiu ser um dos agentes sociais e políticos mais importantes, com maior quantidade de notícias publicadas nos meios massivos de comunicação, e também seus dirigentes se transformaram em referências de credibilidade aos quais sempre consultavam os meios sobre suas opiniões a respeito de distintos temas.
- A adesão de colunistas destacados – formadores de opinião pública – à causa do MOBE, traduziu-se em comentários e editoriais apoiando o movimento.
- O programa de rádio “Estación Boletó”, veiculado pela Rádio Cáritas, já tem seis meses no ar, conduzido e produzido pelos integrantes do movimento.

Desafios que encaramos ao terminar esta etapa:

- Ampliar o movimento estudantil ao interior do país, apesar da pouca confiança nos canais de comunicação e de articulação disponíveis no estabelecimento de um contato do movimento.
- Definir uma agenda de demandas e propostas mais específicas para os estudantes, já que em geral se pôde definir como prioridade maior o orçamento para a educação média.
- Conseguir negociar e articular com outros setores juvenis uma agenda para o setor, em princípio se participou da Coordenadora Juvenil, mas não se pôde chegar a um acordo de trabalho com JQM.
- Necessitamos afiançar a coordenação interna com uma capacidade de reflexão, visão de conjunto e articulação entre as distintas equipes; a coordenação teve dificuldade para se reunir periodicamente e articular o trabalho entre os grupos, cada um dos grupos de trabalho atuou de forma isolada, embora demonstrasse muita vontade e capacidade de trabalho.
- Institucionalizar o movimento, isto implica que devem ser definidas as decisões bem como o lugar onde se tomam estas decisões, ver quais são as instâncias de plenário e quais as executivas.
- Fortalecer os canais de comunicação interna, embora este ano tenham melhorado as convocatórias para as assembléias o mesmo não aconteceu para as reuniões de coordenação.

Fonte: MOBE, mimeo, s/d.

O MOBE custeava seus materiais de divulgação com fundos do projeto juvenil da ONG – DECIDAMOS e além de haver conseguido financiamento do Apoio às Iniciativas Cidadãs, apresentando um projeto de participação juvenil ao CIRD.

3.4.4 MOBE – FENAES

A partir do projeto *HACEMOS, PROPONEMOS y EXIGIMOS* os/as militantes do MOBE começaram a pensar na ampliação dos objetivos e do alcance do movimento, já que a implementação do passe estudantil é parcial e só se faz cumprir em Assunção e no Departamento Central.

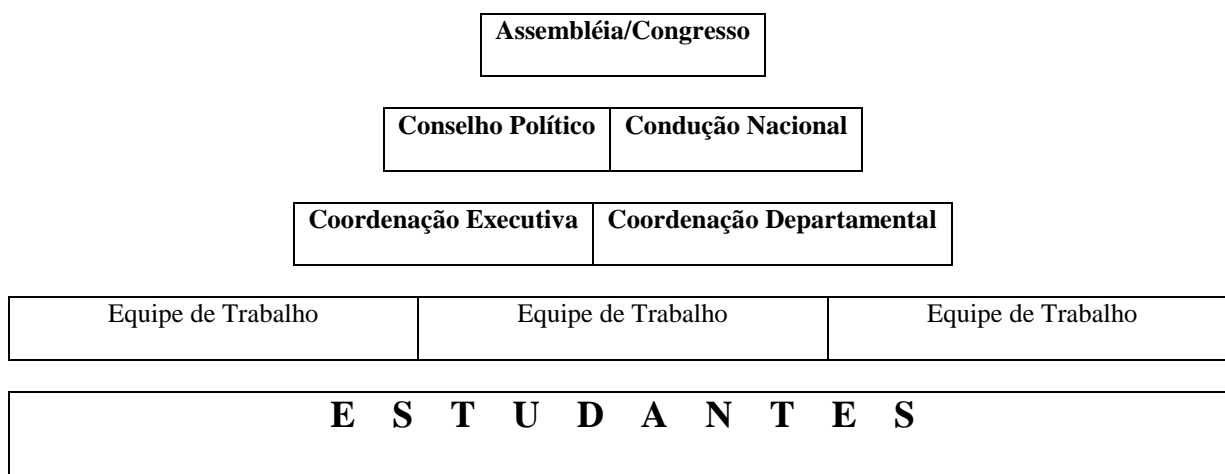
De Janeiro a junho de 2002, o MOBE trabalhou na ampliação do movimento no interior do país; mudou-se o nome de *Boleto Estudiantil* e se passou a chamar *Bienestar Estudiantil* já que os objetivos foram ampliados nos aspectos de qualidade e cobertura da educação média.

Em julho realizamos oficinas regionais nos departamentos de Ñeembucú, Alto Paraná, Misiones, Central e Caaguazú com o objetivo de motivar a formação de outras organizações juvenis (pequenos MOBEs) em outras regiões do país.

Com esta difusão da cobertura do MOBE, foi realizado o primeiro Congresso Nacional de estudantes Secundários em 28-29 de setembro de 2002 com 200 líderes estudantis eleitos/as de forma representativa por seus colégios em sete departamentos do país. No ato foi formada a *Federación Nacional de Estudiantes Secundarios – FENAES*. Uma vez aprovada a estrutura da

federação, foram eleitas as autoridades da mesma e proposta uma ação civil nacional para apresentar as reivindicações dos/as jovens.

A estrutura da FENAES está composta por:



Em 24 de outubro do mesmo ano, a federação organizou uma mobilização nacional em seis departamentos reivindicando maior cobertura e qualidade da educação secundária, corte no orçamento do Ministério de Defesa nacional para sua redistribuição nos setores de educação e saúde, maior preparação do setor docente e a implementação total do passe estudantil em todo país.

Os/as jovens do MOBE – FENAES encararam os seguintes desafios e objetivos como bandeira de luta:

Desafios na qualidade educativa:

- Igualdade entre homens e mulheres para o acesso à educação
- Maior capacitação do corpo docente
- Melhoria das condições e infra-estrutura dos colégios públicos

- Adequação do currículo escolar à realidade nacional e local
- Fomentar o respeito à liberdade de expressão da juventude
- Relacionamento horizontal entre professores e alunos

Desafios para os estudantes:

- Melhorar e aumentar a organização juvenil
- Autogestão
- Fomentar a formação de Centros de estudantes com o fim de garantir o direito dos mesmos

Desafios para a cobertura da educação:

- Igualdade de oportunidades para a juventude em todo o país
- Facilitar o acesso à educação de todos os setores sociais sem distinção
- Infra-estrutura necessária para a cobertura educativa
- Cumprimento total da educação gratuita
- Maior cobertura nas áreas rurais

Desafios para o orçamento da educação média:

- Controle do orçamento da educação
- Ampliação e racionalização do mesmo
- Distribuição equitativa dos recursos
- Melhorar a qualidade dos materiais educativos gratuitos

Fonte: Objetivos gerais do MOBE para 2002, resultados da oficina de planejamento, dez. 2001

A organização fomenta alianças com outras organizações sociais como SERPAJ-Py, MOC-PY, entre outras, para realizar atividades como foi o caso de uma mobilização organizada conjuntamente a favor da paz e do repúdio à invasão anglo-americana ao Iraque em fevereiro de 2003.

Atualmente abrange nove departamentos do país: Misiones, Guairá, Caaguazú, Alto Paraná, Cordillera, Ñeembucú, Assunção-Central, Itapúa e Concepción; representando a classe estudantil paraguaia como setor social.

3.5 Juventud que se Mueve – JqM

Em 20 de setembro de 2000 os meios de comunicação se viram divididos entre os fatos que marcaram a participação juvenil, por um lado se realizava, depois de muitas manifestações, a implementação do Passe Estudantil na capital, por outro, mais de 80 mil jovens, vestidos com a camisa da albirroja⁷⁹, mobilizavam-se para “trabalhar por um Paraguai Limpo em todos os sentidos”, limpando as ruas de Assunção como um ato simbólico de protesto. Com esta iniciativa surgia no cenário social a organização juvenil *Juventud que se Mueve (JqM)*.

“Surgimos como um grupo de jovens que queria fazer algo pelo país e sobretudo, passar uma mensagem social através da questão da limpeza (...) para passar uma mensagem social de mais luta, de trabalhar todos juntos, dos símbolos, da albirroja, do amor pela pátria, a questão da corrupção que nós víamos como um problema ostensivo, e responder a isso, com atitudes concretas como sair e limpar”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

A organização JqM começou a ser pensada em julho de 2000, quando um grupo de jovens foi em missão a uma cidade do interior do país (Valenzuela) junto com ele padre Ludovico Tedeschi, fundador e assessor da organização. Entre as tarefas da missão, surgiu a idéia de dedicar um dia a limpar massivamente a cidade e, além disso, distribuir em lugares estratégicos cartazes com mensagens alusivas que estimulassem o patriotismo.

Esta idéia se estendeu para ser implementada em Assunção, e continuando com a efervescência que havia marcado o “Março Paraguaio”, foram delineadas as pautas o que eles denominariam como a *Ola de la Juventud que se Mueve* definindo sua primeira atividade

⁷⁹ Camisa oficial da Seleção Paraguaia de Futebol.

chamada “*Asunción Limpia*” para o dia 20 de setembro, véspera do dia da Juventude, 21 de setembro.

“(...) Se vamos começar a limpar o país, comecemos por nossa própria cidade, não vamos limpar outro lugar, comecemos nós mesmos a dar o exemplo, então aí surge a organização, de forma muito espontânea e sobretudo, eu acredito que o que se conseguiu nesse ano marcou uma grande diferença, até 20 de setembro do ano 2000, as festas do dia da juventude eram mais violentas, via-se uma juventude meio perdida, que ia assistir um grupo de rock, com drogas, álcool, etc.etc. Essas eram as capas dos jornais, e a partir de 2000 isso começou a mudar, e um pouco também, eu acredito, pela contribuição da JqM; onde ao sair na manchete dos jornais, os jovens vendo um país limpo, mostrava-se outra imagem da juventude paraguaia que até esse momento talvez estivesse no imaginário coletivo”. (AS, JqM, entrevistado em set. 2003)

A denominada “Ola” se deve a que entre os objetivos da atividade estava o de estender a iniciativa a outras cidades do país e foi o que ocorreu em Luque e Ñemby, cidades próximas ao núcleo da capital; na primeira, 15 mil jovens limparam a cidade em 11 de outubro deste mesmo ano e na segunda, seis mil se mobilizaram com o mesmo objetivo em 6 de outubro.

Dentro da organização juvenil se enfatiza bastante a palavra “limpar” em todos seus tempos verbais e gêneros. Limpar se refere ao sentido de eliminar, destruir, aniquilar antivalores como corrupção, injustiça, mediocridade, etc., que se transformaram em cotidianos dentro da sociedade paraguaia.

“(...) Estávamos cansados de tanto lixo, como dizemos, tanta corrupção, tanta mentira, do amiguismo político, tudo o que conhecíamos e sabíamos das pessoas, já não era uma questão de ficar só na retórica e queixar-se sem fazer nada”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

Com suas atividades, o que buscam é gerar novos hábitos baseados na verdade, na justiça, na honestidade, na unidade, no serviço, no cuidado com o habitat e no amor à pátria. Em vários

de seus manifestos dizem: “*A missão da JqM é gerar uma revolução cultural através da força, do exemplo e da ação dos jovens para transformar o Paraguai em um país limpo em todos os sentidos.*” (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

A ação de limpar, de varrer o lixo material foi a forma que o grupo encontrou para expressar seu descontentamento, mas sobretudo, os ideais que eles mesmos identificaram como a identidade da Geração Limpa para fortalecer os valores que buscam inculcar.

O grupo considera que as “mobilizações massivas” ajudam a fomentar um sentimento de patriotismo e uma maior consciência para a participação cidadã. A falta destes elementos torna a visão da cidadania paraguaia constantemente apática quando encara estes fenômenos como um problema cultural, daí a busca de uma “revolução cultural” através da participação.

“(...) A mediocridade, a falta de progresso, de idéias progressistas, não sei, então o paraguaio sempre ficou num perfil bastante baixo e necessitava uma alavanca que o impulsionasse e mobilizar um pouco essa consciência do pouco país que temos ou da pouca pátria que temos, e ser mais país através desse tipo de mobilização massiva e também pode ser um sinal de esperança nesses tempos”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

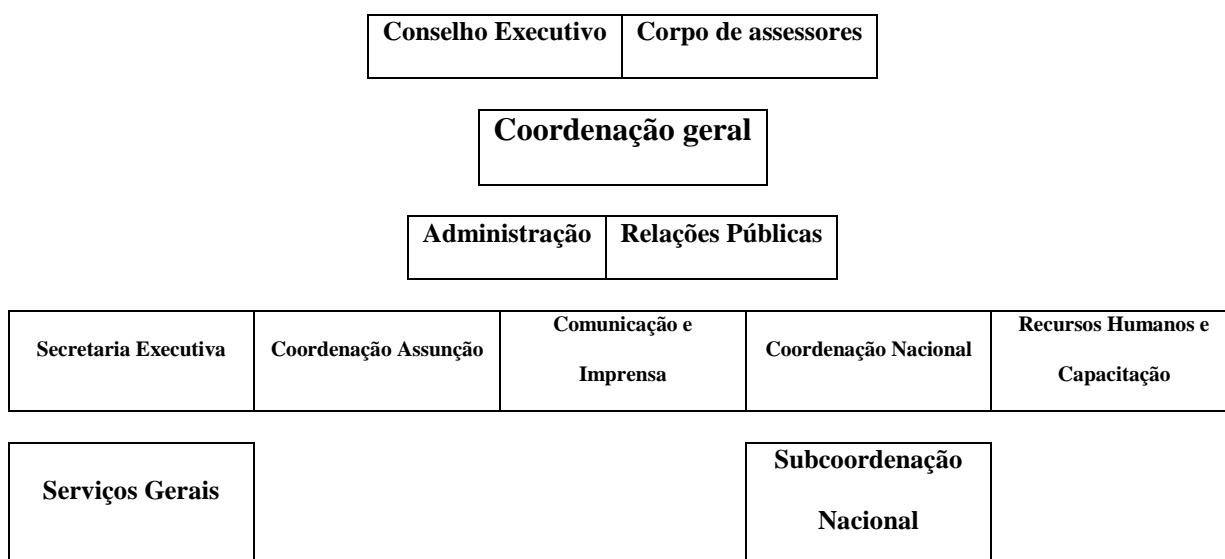
Em suas atividades utilizam a camisa *albirroja* como uma forma de expressar que acima de qualquer credo religioso, partido político, classe social, idade ou gênero; acima de tudo isso “somos paraguaios e paraguaias” e com essas ações buscam romper com o esquema das absurdas fragmentações políticas e divisões sociais.

3.5.1 Estrutura da JqM

A JqM conta com uma Rede de Líderes Voluntários na capital e em mais de 15 cidades do território paraguaio. Como as demais organizações, *La Juventud que se Mueve* expandiu seus objetivos em escala nacional consolidando 10 Coordenações do movimento, incluindo a de Assunção.

A portadora jurídica das atividades da JqM é a associação civil sem fins de lucro, *Por un Paraguay limpio*. A sede da Coordenação Nacional se encontra em Assunção e na mesma trabalha uma equipe estável de nove pessoas, cujas funções principais são as de fortalecer e coordenar a Rede de Líderes de JqM.

O organograma da organização está estabelecido da seguinte forma:



Assim como a organização *Parlamento Joven*, a *Juventud que se Mueve* tem suas origens dentro do ambiente eclesial, neste sentido, o sacerdote Ludovico Tedeschi continua sendo um dos assessores do grupo. Mas, apesar disso, a organização pode ser considerada de condução juvenil.

Durante nossa investigação de campo pudemos notar que o conselho executivo da organização não formava parte do cotidiano dos/as jovens militantes, somente a partir da coordenação executiva, que era exercida por um jovem de 26 anos, os demais membros que militavam na sede central tinham uma hierarquia bastante horizontal. Com uma divisão de tarefas onde se podia ver as diferentes categorias. *“Existe o diretório, que é um conselho que nos assessora mas que hoje já não tem muita força, realmente a organização é conduzida por jovens, mas existe a divisão hierárquica pela questão legal (...)”*. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

É importante destacar que encontramos bastante explícita em seus materiais de difusão a questão da religião, a boa vontade e *o amor a Deus*.

- Acreditamos que Deus está conosco e nos chama a construir um Paraguai de irmãos (...).
- Um empreendimento desta natureza custa, mas tudo fazemos em nome de Deus, sabendo que Ele, através de pessoas generosas, proverá e juntos mudaremos nosso querido Paraguai.
- A limpeza externa vai sempre acompanhada da limpeza do coração (...).

Fonte: Panfleto de apresentação da JqM.

Também a questão ecológica é um dos temas em que a organização se sobressai bastante, constantemente se refere à melhoria do meio ambiente como sinônimo de saúde, embelezamento

de espaços públicos, reciclagem e plantação de árvores entre as atividades que posteriormente veremos.

3.5.2 Atividades do grupo

A JqM tem sua atividade massiva de limpeza simbólica que se desenvolve sistemática e estruturalmente nas seguintes datas:

- 14 de maio: dia da Independência Nacional
- 20 de setembro: véspera do dia da Juventude
- 7 e 8 de dezembro: dia da Virgem de Caacupé

Estas ações começaram em Assunção, mas logo a partir do fortalecimento das coordenações em diferentes regiões do país, os dias de limpeza têm uma cobertura nacional. Os/as protagonistas da atividade são estudantes do ensino médio em geral, a convocatória é massiva entre colégios privados e públicos, além disso, são estruturadas as áreas de limpeza de acordo com as zonas dos colégios.

A iniciativa começa de manhã e termina ao meio dia em uma manifestação geral em frente à Praça do Congresso nacional. Um ponto importante é o fato de a manifestação não apresentar um caráter de recusa ao sistema de governo, é simbolicamente mais otimista, esperançosa e de compromisso social sistêmico por parte dos/as jovens.

Com a formação da organização houve o início dos projetos que lhe garantiria um espaço de participação na sociedade paraguaia.

O projeto *Decidiendo nuestro Futuro*, teve início em março de 2002 objetivando as eleições gerais de 2003. O objetivo geral do projeto estava em gerar uma efetiva participação dos jovens paraguaios no desenvolvimento das políticas públicas tendo como base, a inscrição no registro cívico permanente através do qual poderiam decidir livremente entre os candidatos que se postulassem a cargos públicos, escolhendo assim os que melhores perfis apresentassem. (Projeto *Decidiendo nuestro futuro*, JqM, 2001)

Este projeto foi um trabalho em conjunto com o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Durante todo o ano de 2002 foram realizadas oficinas sobre educação cívica e participação cidadã, buscando desenvolver um maior grau de consciência cívica nos/as jovens paraguaios. Participaram vinte mil jovens de diversas organizações sociais e educativas de onze departamentos do território nacional, com os quais se conseguiu a reafirmação de uma Rede de Organizações Juvenis.

No transcurso dos quatro meses prévios às eleições de 2003 (de Janeiro a abril) foram desenvolvidas as oficinas *Voto Limpio*. Desta maneira se continuou mantendo a mesma temática do ano anterior dando destaque ainda à idéia de “Quem é o candidato/quais são suas propostas/qual é sua trajetória/quem forma sua equipe de trabalho?” (Panfleto de apresentação do projeto *Voto Limpio*, JqM,). Neste último período participaram dos debates sete mil jovens em idade de votar.

Entre os objetivos específicos do projeto estavam:

- Assinar acordo com os municípios e governos dos departamentos nos quais fosse executado um projeto que assegurasse o apoio do setor público a esta iniciativa.
- Estabelecer um Compromisso Social entre organizações sociais e juvenis e os candidatos a presidente e governadores para as eleições de 2003.
- Criar uma rede de agentes multiplicadores de civismo que desenvolvam um sistema de controle cidadão em suas respectivas comunidades, baseados no cumprimento do Compromisso Social.

Fonte: JqM, mimeo, s/d.

No contexto deste trabalho até as eleições presidenciais, a JqM organizou debates com candidatos presidenciais e governamentais, dos quais muitos foram transmitidos por canais locais em distintas regiões do país. Os temas apontavam especificamente para as políticas públicas de juventude.

Além disso, foi assinado conjuntamente com os candidatos um Compromisso Social que tinha como objetivo comprometê-los a realizar uma campanha eleitoral limpa, sem panfletos, cartazes ou propagandas que poluíssem as cidades.

Os/as militantes da JqM enxergaram a necessidade de abordar a problemática da “escassa participação juvenil” em geral, nos partidos políticos e instituições públicas, ao considerar a decrescente participação desse segmento nas últimas eleições municipais de 2001.

Adentrando mais ainda na questão de políticas públicas para juventude, o movimento desenvolveu o projeto *A la Luz del Sol*, que tinha por objetivo incentivar a participação juvenil em políticas locais através do acesso à informação e a transparência na gestão municipal.

O projeto foi realizado em conjunto com a prefeitura de Assunção. O mesmo se baseia no Art. 28 da Carta Magna que estabelece que “as fontes públicas são livres para toda a cidadania”; também no ano de 1996, foi promulgada a lei municipal JM/Nº 22/96 *A la Luz del Sol*, que fixa o efetivo acesso aos documentos públicos existentes na Prefeitura de Assunção.

“A la luz del sol é uma lei que diz que todos os documentos públicos existentes na prefeitura estão à disposição da cidadania porque é um direito constitucional a este acesso, então, fazer conhecer esta lei municipal e fazer com seja cumprida, com que seja real (...), a prefeitura é o objetivo deste projeto e sobretudo que nós digamos que a informação é um dos requisitos ou bases para a democracia, ou para a participação, não podemos participar se não sabemos o que existe, então através deste projeto nós queremos publicar uma base de dados, ofertas, serviços, bolsas de estudo, ofertas de emprego, tudo o que exista para a juventude, que esteja à luz das pessoas.”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

Em um dos panfletos de apresentação do projeto, a JqM diz:

O que queremos conseguir com o projeto?

Fomentar a participação ativa dos jovens de Assunção na gestão de recursos, programas e projetos do Departamento de Juventude e Desportos da Prefeitura de Assunção através de mecanismos de controle e de acesso à informação. (JqM, 2003)

O que realmente pudemos sentir durante a investigação foi que por meio deste projeto, a JqM como organização juvenil, buscava incentivar e introduzir-se mais ativamente nos eixos oficiais das políticas públicas de juventude.

Tanto nas atividades como nos/as próprios/as militantes da JqM se pôde notar que o caráter das manifestações não apresenta uma forma de recusa ao sistema nem à estrutura governamental, ao contrário, em suas atividades expressam um desejo de efetivar as “regras”

estabelecidas dentro da estrutura sócio-política, talvez por isso se encontrem constantemente trabalhando em conjunto com organizações e instituições do Estado.

Atualmente nos encontramos envolvidos no desenho de Políticas Públicas de Juventude e na Formação de Conselhos Juvenis Departamentais e Municipais em seis departamentos do território nacional. Consideramos que a problemática juvenil é uma das grandes prioridades tendo em conta os elevados níveis de exclusão social deste importante setor da população paraguaia.

Fonte: JqM, mimeo, s/d.

Dentro do âmbito da atividade de limpeza realizada em Assunção e em outras cidades no mês de setembro, foram organizadas outras atividades como distribuição de panfletos sobre seus projetos e sobre a própria organização. Também foi feito um “concurso intercolegial de murais” com o objetivo de fomentar entre os participantes valores como: autogestão, criatividade, patriotismo, responsabilidade e cuidado ao habitat. As considerações principais foram: que a bandeira paraguaia seria o motivo principal dos trabalhos e que não seriam aceitos trabalhos que contivessem alusão a propaganda política. O concurso estava dirigido a estudantes da educação básica e média.

Como as demais organizações juvenis, a JqM teve experiências de intercâmbio internacional com a militância. Um grupo de 10 jovens, representantes da organização, viajou para a Itália (Gavoi) em junho de 2003 para participar de uma jornada de intercâmbio multilateral com jovens da Itália, Espanha, Portugal e Argentina.

A partir desta iniciativa, em agosto, outros representantes da JqM foram convidados a realizar uma oficina de “liderança juvenil” com estudantes da *Universidad de La Plata*

(Argentina), que a partir da experiência da organização, formaram um agrupamento semelhante chamado *Patria Nueva*.

“(...) Eles também querem reivindicar os valores patrióticos, os símbolos pátrios, e claro, coisas que já se nos vão escapando das mãos e que isso é bom, porque está ocorrendo, está tendo essa metáfora que nós dissemos da onda, esse símbolo está sendo agora real; gente da Bolívia está nos contatando também, imagine se se pode armar uma experiência assim tipo América Latina, já passa a outro plano, já temos mais contato com especialistas, com gente que entende a questão juventude, não sei, o tema do desenvolvimento sustentável local, tudo é muito rico, a questão é não fechar-se para nada”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

A JqM trabalha em aliança com organizações privadas e do Estado, tinha seus projetos financiados através da colaboração de empresas privadas, particulares e principalmente de apoio de Agências de Cooperação e Fundações nacionais e internacionais como o *CIRD/USAID*, o *BID*, Fundação *AVINA*, o *CISNI* (*Consejo Impulsor del Sistema Nacional*), o *PNI* (*Plan Nacional de Integridad*), entre outros.

CAPÍTULO IV

4. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL COMO OBJETO DE ESTUDO

4.1 O perfil da participação política dos/as militantes juvenis

A organização **Juventud que se Mueve** (JqM) e a **Fundación Paraguay 2008. Parlamento Joven** (PJP), são organizações de origem religiosa, já que seus propulsores pertencem à igreja católica; por sua vez o **Movimiento de Objeción de Conciencia** (MOC-PY), que tem uma ligação com ONGs, originou-se a partir de jovens e grupos sociais do segmento civil organizado. O **Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil** (MOBE) nasceu a partir dos/as estudantes secundários/as que cresceu até formar a Federación Nacional de Estudiantes Secundarios (FENAES) que concentra todos os/as estudantes secundários/as do país.

No questionário realizado com as quatro organizações encontramos militantes entre 15 e 29 anos, podemos dizer então que a idade média da maioria dos/as jovens que militam nas organizações está entre 16 e 25 anos. O MOBE por suas características organizativas aglutina estudantes de ensino médio por isso apresenta uma média de militantes mais jovens entre 15 e 18 anos.

A condição civil de nossos militantes era de ‘solteira’, somente no Parlamento Joven participavam dois integrantes na categoria de ‘casados’.

Entre todas nossas entrevistas vimos que a condição econômica de nossos indivíduos era de média para alta, assim também como nossos entrevistados/as. Nas organizações JqM e Parlamento Joven um grupo significativo de pessoas que se encontravam na sede possuíam trabalho remunerado, inclusive nas mesmas organizações. No MOC e MOBE (FENAES) a situação era diferente.

No MOBE (FENAES) por sua condição de estudantes secundários/as somente um dos entrevistados manifestou possuir trabalho remunerado assim como uma das entrevistadas, as pessoas restantes não possuíam compromissos empregatícios. No MOC quatro militantes contavam com empregos remunerados, os demais, não. Nestas duas últimas organizações verificamos que a militância de seus membros era totalmente voluntária.

Dos/as sete jovens entrevistados/as, três provinham de colégios públicos, os/as restantes de colégios particulares, nesta mesma seqüência cursaram universidades privadas, dois militantes da JqM, uma do Parlamento Joven e um do MOC, os/as demais em universidades do governo e um dos entrevistados freqüentava um curso preparatório para ingressar à universidade nacional.

Entre os/as entrevistados/as do MOBE (FENAES) todos/as eram estudantes secundários/as, já nas demais organizações todas as pessoas militantes contavam com educação superior ou formação técnica.

Em todo este trabalho sobre o perfil dos/as militantes, constatamos que o MOC é o grupo menos sistemático em sua estrutura; ao contrário do MOBE, o Parlamento Joven e a JqM são mais estruturados, porém em todos existe uma prática de relacionamento horizontal dentro dos

processos decisórios das estruturas grupais. Apesar de que nas duas últimas organizações se remarcavam as categorias hierárquicas de suas lideranças religiosas.

As condições de vida das *juventudes de Assunção* são aparentemente mais favoráveis comparando com as do interior do país, mas mesmo assim o ponto comum da juventude se situa entre questões banais como delinquência, drogas, álcool, corrupção e consumismo que se implantam no cotidiano social.

Outro dado relevante que o questionário nos apontou foi o fato da maioria das pessoas que militam ativamente nestas organizações ser do sexo feminino. Novamente o MOBE foi o grupo que apresentou uma média quase equilibrada (8 homens, 6 mulheres e contando com um questionário sem responder totalizam 15 militantes), nos restantes foram mulheres as que mais militam.

Na questão militância, a prática política do MOC mostrou relevância porque, como dizíamos no capítulo anterior sobre as atividades da organização, a declaração de objeção de consciência beneficia diretamente os jovens que estão em idade de cumprir o serviço militar como uma forma legal de exoneração desta ordem constitucional. Em compensação, vimos que a militância ativa se encontra nas mulheres do grupo, o que nos dá a pauta de que os ideais pacifista e anti-militarista da organização são mais fortes que as questões específicas da objeção de consciência e ultrapassavam o tema de gênero.

Alguns aspectos subjetivos de nossos/as militantes, tanto os/as entrevistados/as como os/as consultados, expõem elementos entrecruzados de suas sociabilidades na sociedade

politicamente complexa e desarticulada do Paraguai, o qual (des)equilibra o indivíduo jovem entre sua condição de cidadão/ã e de militante em uma organização juvenil.

Dentro das próprias organizações juvenis são defendidos os direitos de participar e opinar nas decisões que afetam o destino de seus membros, assim como fomentam as formas participativas democráticas e igualitárias.

Para Bordenave (1983) a participação, em seu sentido mais amplo, está assimilada em direção a uma necessidade básica do ser humano porque permite uma interação entre os indivíduos, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar, o crescimento da consciência crítica da população e o fortalecimento do poder reivindicativo dos direitos do cidadão/ã.

Na cabeça de nossos sujeitos de pesquisa, a primeira idéia que aparece de participação era: fazer parte de..., *tomar parte de...*; esta idéia clara e simples de entender em realidade fundamenta o ideal democrático dos/as jovens.

“Um grupo de jovens de diferentes colégios, sejam públicos ou particulares que se uniram com a intenção de lutar a respeito da questão boleto estudantil e depois se foi ampliando o grupo, pela importância do tema, certo? E viram os jovens que somente com sua participação ia ser possível essa incidência”. (MJ, ex-MOBE, entrevistada em set. 2003)

“(...) O que buscamos é que os mesmos jovens possam articular-se e conseguir que outros se envolvam no que é a realidade juvenil, Sejam organismos de agências de cooperação internacional, setor privado, setor educativo, vendo como articular”. (AS, JqM, entrevistado em set. 2003)

A mentalidade participativa é uma prática constante e reflexiva nas quatro organizações. Mas como pudemos perceber no MOC e no MOBE, o objetivo final da participação é a autogestão através do consenso ideológico; a autonomia que ambos os grupos organizados vão desenvolvendo com relação aos poderes do Estado, a outras organizações e às classes dominantes, implicam em um crescimento do grau de consciência que reforça a fiscalização popular sobre os órgãos estaduais (públicos e privados) e fortalece a legitimidade do poder público como resposta a necessidades cidadãs reais.

Já no caso das organizações JqM e Parlamento Joven se mostra uma evidência da influência carismática dos sacerdotes assessores nas mobilizações dos/as jovens, apesar de declarações como: *“Existe o diretório, que é um conselho que nos assessora, mas que hoje já não possui muita força, realmente a organização é conduzida por jovens hoje, existe por uma questão legal”*. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

Não é possível ignorar que essas organizações não são totalmente independentes e autônomas de natureza juvenil, já que elas nasceram nas bases da igreja católica.

O que a sociologia da juventude vem apontando em investigações empíricas é que a participação juvenil contemporânea tem ocorrido através de organizações que propõem formas democráticas diretas e que criticam as formas autoritárias do poder. As redes juvenis analisadas aparecem em resposta a problemas determinados, por isso, as ações juvenis coletivas se traduzem na “forma” de enviar mensagens que transcendem suas próprias existências e a maneira como se estruturam dentro do entorno antagônico social, confirmando as afirmações de Mellucci (1997).

De acordo com Ponte de Sousa (1999, p. 196), em uma investigação realizada com jovens militantes brasileiros/as na década de 1990, os ideais dos/as jovens passavam “pela cidadania, pelo respeito, pela ética, pela luta contra a intolerância, pelo antidogmatismo, pela participação não exclusiva, mais ampliada que incluía aqueles que não são necessariamente revolucionários”.

Se buscamos nos/as militantes a “revolução” como forma de transformação social, nenhum dos grupos escapa do fato sistêmico de formação, mas diferem, de maneira mais matizada segundo as atividades do MOBE e do MOC, assim como do Parlamento Joven e da JqM.

Em um sentido mais genérico, a identidade ideológica de nossos militantes pode simplificar-se em: *luta pelos seus ideais, mudanças e melhoras*. Mas as bandeiras ideológicas de cada organização se encontram bem definidas segundo o grupo e origem; assim, vimos que na JqM e no Parlamento Joven a questão de mudança, *mudança social* e *Paraguai limpo* (como uma forma de dizer um Paraguai diferente) foi mencionada na grande maioria das pesquisas de opinião. Além dos ideais de patriotismo (amor à pátria), amor a Deus, honestidade e da busca da autogestão através da participação, são considerados como bens comuns dos “personagens políticos” – os/as jovens.

No MOC a idéia *anti-militarista e pacifista* é categórica. Seus militantes também se expressam contra a corrupção e a favor das reivindicações dos valores sociais e os Direitos Humanos.

Já o MOBE (FENAES), por ser o tipo de organização que se esquematiza em redes para fortalecer-se, identifica-se eloqüentemente com o bem-estar estudantil, com a melhor educação e com a busca da igualdade como uma forma reivindicativa da condição juvenil na sociedade pelas vias da participação e dos valores democráticos.

Os objetivos principais das organizações vão determinando a identidade dos/as jovens militantes tanto na organização como diante da sociedade, demarcando um território de atuação, assim por exemplo: “*os boletos e boletas*”, são aqueles/as que lutavam pelo boleto estudantil (meia passagem em transportes coletivos) (MOBE); a “*geração limpa*”, os/as que estão organizados/as a partir dos objetivos da JqM e “*os objetores e objetoras*”, aqueles/as ligados/as pelas questões do direito à objeção de consciência do MOC.

Assim o novo ideal político de uma parte da nova geração de jovens apresenta um caráter democrático em suas decisões; buscam prevalecer a autonomia em seu crescimento, são manifestantes da desilusão do instituído e expressam a frustração pública (MISCHE, 1997; PONTE DE SOUSA, 1999). Demonstram que as atividades juvenis são indicativas de mudanças estruturais e culturais, tanto nas perspectivas de vidas dos/as jovens, quanto na organização social e política da sociedade paraguaia.

Ao analisar em que tipo de organizações militam os/as jovens, observamos que a organização não é somente política; o político vem acompanhando do social, cultural, do voluntariado, etc., ou seja, as ações das organizações são políticas, mas o grupo ora pode ter um caráter social, ora cultural ou educativo.

Os dados coletados junto aos sujeitos políticos dos movimentos nos revelaram as múltiplas características que as organizações podem desenvolver para cada um de seus militantes. No MOC e no MOBE majoritariamente expressaram que o tipo de organização é política e social, junto ao tipo cultural e de voluntariado.

Agora, o Parlamento Joven e a JqM também apresentaram respostas similares aos primeiros grupos, só que nestas organizações foi acrescentado o dado “educativo” no tipo de organização, talvez por considerar-se uma distribuidora de conhecimentos, assim como alguns membros reconheceram o grupo como esportivo e agremiativo.

De forma semelhante, pode-se afirmar que as juventudes militantes paraguaias desenvolvem um critério de não submissão a verdades absolutas, buscam a prática política de consenso em sua cotidianidade, tentando reprimir qualquer rastro de autoritarismo e repressão do período ditatorial.

Atualmente os/as jovens se socializam com base em um modelo de socialização em crise (PERALVA, 1997) que vem reordenando funcionalmente as relações entre Estado e sociedade civil e buscam uma nova sociedade política através das experiências coletivas em participações que parecem procurar um reencontro da política na política (PONTE DE SOUSA, 2002).

Segundo esta última autora, a política já não resguarda essa positividade como meio utilizado para proteção de seu próprio espaço de valor, de reafirmação de uma vontade própria em uma condição histórica em que a sociedade moderna separou os elementos políticos de seus resultados, por isso “é necessário rechaçar a multiplicidade de sentidos/opiniões que são

atribuídas à palavra, para o aproveitamento do elemento político, ou seja, retomar-lhe o sentido dialético”. (PONTE DE SOUSA, 2002, p. 08)

Este comportamento político encontrado nos/as jovens paraguaios/as organizados/as nos remete, também a Müxel (1997) quando afirma que existe um desencanto com a representação política por causa dos privilégios de que ela dispõe. A política “distante” desemboca em um sentimento de impotência, de falta de controle e de domínio sobre a realidade política. O cotidiano da cidadania é tecido fora da política, que vive para si mesma dentro da lógica dos partidos políticos que perderam sua noção de associação. Como pudemos observar, a noção de partido político se transformou em entidade econômica que busca gerar idéias para alcançar o poder.

“Outros jovens que estão ocupando cargos que têm que ser de jovens realmente capazes e líderes, e que de repente a estes não é dado espaço e por isso não são conhecidos; não há, não há tantos jovens, se existem, deve ser um, dois ou três. Há jovens que são líderes onde estão, mas em postos prioritários como o Vice-ministério da Juventude ou centros de estudantes das universidades, eu não vejo, realmente não vejo; estão em lugares pequenos, mas não estratégicos”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Por isso, as institucionalidades que surgiram fora das normas e contribuições da sociedade civil paraguaia, originalmente debilitada, indicam que a política deve ser repensada com relação às medidas sobre as quais se produz. E isto é o que parece estar acontecendo a partir dos setores juvenis estudados.

A modernidade, portanto, criou um modelo de política cuja aprendizagem se baseia em uma linguagem e em uma ação que busca o poder seja para sua conquista, para sua manutenção ou sua divisão. No transcorrer dos últimos séculos modernos a ação política, originada no sentido emancipador, teve que afirmar-se na tecnologia de ações e linguagens que fizeram com que o elemento político fosse se perdendo e com ele as possibilidades de transformações. (PONTE DE SOUSA, 2002, p.07)

Em síntese, os/as jovens resgatam o valor de uso da política por meio da reapropriação de seus conceitos e significados para recuperar sua dimensão pública e deixar de promover às estruturas sociais privilegiadas (Sousa, 2002). A vontade dos/as jovens busca depurar a política para reconciliar-se com ela, tanto jovens como da cidadania em geral, e assim devolvê-la sua essência de credibilidade e legitimidade. (MÜXEL, 1997; PONTE DE SOUSA, 2002)

4.2 A militância juvenil

A juventude militante forma parte da geração que expressa a contrariedade de uma sociedade que vincula as idéias de preservação do individualismo em uma multiplicidade de relações que somente se realizam por meio da massificação (PONTE DE SOUSA, 1999). Por isso nossos/as militantes entrecruzam as subjetividades com as experiências sociais dos mesmos, o qual entra em contradição com a cultura⁸⁰ e manifestam críticas às práticas políticas tradicionais oferecendo uma forma diferente de sociabilidade no cenário social paraguaio.

“Com o MOC pude conhecer muitas pessoas, ou seja, o campo de conhecimento de pessoas de distintos âmbitos, de distintas características foi bastante ampliado e posso considerar que me ajudou a ser mais flexível, dando-me a capacidade para relacionar-me, para entabular uma conversação com pessoas que não necessariamente sejam do meu círculo; também aprendi muitas coisas que me servem para a vida cotidiana (...).”
(EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

⁸⁰ Tomamos a cultura: “como expressão simbólica de experiência de vida de caráter econômico, social, político, artístico, filosófico, moral, técnico, traz elementos que compõem a própria sociedade, nos quais se articulam objetivos políticos e valores culturais no plano de vida e experiência cotidiana”. (PONTE DE SOUSA, 2002, p. 03)

A militância socializa (PONTE DE SOUSA, 2003) e, em muitos aspectos, os movimentos estão carregados de muita subjetividade, entretanto, através da organização trazem mais objetividade a seus cotidianos.

Apesar de que os/as jovens se socializam por meio do grupo, eles continuam levando seus conflitos internos dentro do círculo interno como debate. Um dos questionamentos apresentados pelo MOC frente às próprias ideologias do grupo, é sobre a questão de ser pacifistas.

O confronto ideológico surge a partir dos que se consideram pacifistas e trabalham em função do tema, mas suas perguntas são: *“Que tipo de pacifistas somos?, Defendemos a violência em autodefesa ou não?, Somos como os estóicos que agüentam tudo porque são pacifistas?”* (VF, MOC, entrevistada em set. 2003). Este tipo de auto-questionamento nos mostrou a “revolução interna” que os/as jovens vivem em função de sua militância.

Os/as jovens entrevistados/as admitiram mudanças em suas vidas a partir de suas passagens pelas organizações, *“mudei totalmente, até hoje em dia vou mudando e vou chocando em muitas coisas”* (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003). Muitos relacionaram a mudança a partir da formação pessoal, do espaço que foram conquistando como jovens dentro do grupo para assumir um “protagonismo”.

“Eu acho que houve mudanças, na realidade eu entrei no MOC quando tinha 15 anos, era imbecil, e estava em etapa de formação política ou como se prefira chamar, mas possuía certos princípios que hoje em dia penso ‘Meu Deus, (como cheguei a pensar isso)’, sim, muitas coisas mudaram dentro de mim, mas mesmo assim ainda não as tenho todas muito claras”. (VF, MOC, entrevistada em set. 2003)

Frente a um sistema político-social em decadência e com uma economia debilitada, as juventudes organizadas do Paraguai mostram em suas atividades uma relevância qualitativa que em muitos casos se mimetiza através dos meios de comunicação como um protagonismo meramente quantitativo já que os grupos analisados mobilizavam milhares de jovens em suas ações.

Na conjuntura paraguaia se tornou fácil criticar, e lutar para exigir o direito a ser ouvido parece ser o constante desafio pendente das organizações; um desafio que consiste em apresentar e sugerir alternativas praticáveis de convivência democrática e igualitária: “a participação não é somente ajudar as pessoas a interpretar o fenômeno do governo como sendo uma forma de ação e não um mero tipo de acontecimento, mas sim levá-las a criticar a partir do ponto de vista de agentes, e não de espectadores”. (LUCAS, 1985, p. 112)

Nas sociedades democráticas a participação é o elemento propulsor que a cidadania utiliza para introduzir demandas na esfera estatal, política e social (BLANCO, 1995). Uma forma de ver quem, como e que está sendo definido no caminho para a democratização de um país.

Uma parte significativa de nossos/as jovens entrevistados/as e consultados/as participou de outras organizações. Das pessoas do MOC, todas participaram de organizações, principalmente de voluntariado; entre os/as militantes do MOBE, justamente por sua condição de estudantes, 9 entre 15 consultados/as não participaram de outras organizações. Na JqM e no Parlamento Joven as proporções eram quase equivalentes, uma parte não havia participado de nenhuma organização anteriormente e a outra já havia participado em organizações juvenis, Centros de estudantes, etc.

Entre todas as respostas não encontramos jovens que mencionassem sua participação em partidos políticos, o que confirma nossa fundamentação, baseada em Müxel (1997), sobre a perda de noção dos mesmos como espaços associativos e a desconfiança crescente na política partidária.

Nossos/as jovens entrevistados/as tiveram experiências de militância em outras organizações sociais e juvenis, como era o caso dos Centros de Estudantes em seus respectivos colégios. Estas experiências facilitaram seus “transcursos” de integração nos grupos, assim como suas lideranças representativas.

A disposição solidária que os militantes possuem se canaliza no voluntariado que de certa forma ultrapassa a sociabilidade juvenil na busca de processo de formação da identidade e seu reconhecimento social. (ERIKSON, 1976)

“Eu venho de um colégio salesiano, onde sempre nos inculcaram a idéia de que a nossa formação tinha que ser sempre com o serviço. Isso já trouxe do colégio, durante toda a vida escolar militávamos dentro do que seria um Centro de estudantes, oratória, tudo o que podíamos fazer para trabalhar dentro de grupos para ajudar, quando entrei no Parlamento Joven, foi por uma necessidade”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

A participação política juvenil é a forma de expressão de transformações e socializações que a própria sociedade paraguaia atravessa. Segundo Melucci (1997, 1999), a “nova geração” constrói novas estruturas através de novos significados de códigos pré-existentes. Coincidindo com o autor, vemos que a participação estaria então ligada, estrategicamente, a instrumentos que

formam suas realidades assim como sinais, atitudes e definições próprias de determinados segmentos.

Para Dallari (1984, p.42) a participação política geralmente se associa à participação eleitoral; mas a participação política não é apenas participação eleitoral. O processo eletivo pode ser útil, considerando que as forças dos grupos econômicos e as políticas partidárias dominantes exercem uma importante influência que reduz o alcance e a efetividade do sistema. Apesar disso: “a participação através das eleições não deve ser excluída, devendo, por isso ser considerada um quadro mais amplo, que inclui outras formas de participação”.

Durante nossas entrevistas encontramos alguns/as jovens que possuem antecedentes familiares em lutas sociais. De forma direta, alguns pais e algumas mães militaram em grêmios universitários, partidos políticos de esquerda e organizações camponesas. Somente uma das ex-militantes do MOBE manifestou que não possuía nenhuma referência familiar sobre lutas sociais.

É importante destacar a influência familiar dentro dos/as militantes, porque uma alta porcentagem dos/as jovens analisados, estava envolvida em seus âmbitos familiares (vivendo com os pais, somente com a mãe ou com outros familiares); somente dois membros se manifestaram independentes da família, uma do Parlamento Joven e outra da JqM.

No mesmo debate sobre a influência familiar nos chamou atenção um caso do ex-militante do MOBE, já que pode ser tomado como um caso comum dentro da população em geral. O jovem pertencia a uma família certamente acomodada ao regime *stronista*, o qual arrastou uma alienação também aos poderes governamentais da época. Porém, a partir da

contraposição, o sentido “rebelde”, do jovem militante contra o sistema, os conflitos familiares se intensificaram.

“Minha mãe não estava de acordo, ‘que era uma perda de tempo, em que eu ia me beneficiar, quem ia me agradecer, de que me vai servir, para que me coloco contra o Partido Colorado, que não vai funcionar porque não estou nem com o Partido Colorado nem com o Partido Liberal, ou seja, estou à margem’, porque o Partido Colorado nos havia oferecido trabalho, bolsas universitárias, computador, dinheiro, tudo; (...) me doía bastante porque eu vivia na própria carne e minha mãe é colorada, ela não é ativista mas é fanática, isso me causou conflito familiar e depois no colégio, com os professores também: era o rebelde, o que protestava e que jogava as coisas na cara do professor”.
(EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Assim a participação juvenil dentro dos colégios e na própria família é bastante fictícia, pois o sistema educativo, incluindo o corpo docente, tem uma concepção de que o tempo de formação só pode ser preenchido com o colégio.

Este tipo de conflitos é mais freqüente entre os/as militantes do MOBE (FENAES) porque quando os/as jovens decidem por própria iniciativa e responsabilidade participar de alguma atividade extracurricular não existem muitas considerações; por esta razão, muitos/as estudantes secundários/as encaram fortes conflitos pessoais, familiares e acadêmicos para manter-se na luta pelo reconhecimento do espaço juvenil.

O contrário ocorre com os/as jovens que encontram o apoio familiar para a participação, *“nem todos têm uma mãe que os leve a uma passeata campesina”* (VF, MOC, entrevistada em set. 2003), assim a militância ajuda na construção da identidade juvenil que se inicia no seio familiar. As experiências de haver passado por organizações sociais lhes permitem ampliar sua visão e o sentido crítico sobre sua própria condição juvenil.

Neste sentido, o conceito de participação, tendo como referência o campo empírico estudado, refere-se a ações, objetivos, projetos e resultados que revertem para os próprios sujeitos juvenis dentro dos movimentos e alteram sua relação com o estado e a sociedade em geral.

Dentro do contexto da participação política juvenil, suas ações geram uma influência sobre os objetivos de grupos sociais ou sobre as normas de convivência. Por isso possuem um caráter político. Não existe neutralidade nas práticas de suas funções políticas ao mediatizar o comportamento social cidadão, o exercício de seus direitos e os interesses do indivíduo ou das coletividades.

O elemento “novo” dos movimentos juvenis do Paraguai está fundamentado na idéia dos *novos movimentos sociais* (SCHERER-WARREN, 1987). Para delimitar a divisão entre os movimentos tradicionais e os novos, tomamos como ponto de referência a repressão ditatorial dos anos de 1970 e 1980 que de forma geral, pode representar a separação dos movimentos sociais tradicionais e as novas formas organizativas.

Estas formas foram construídas e desenvolvidas nas novas culturas políticas de base, ou seja, na chamada democracia pós-ditadura. Portanto, os problemas sociais que os grupos vão enfrentando são os materiais completos sobre os quais trabalham os movimentos (SCHERER-WARREN, 1987); assim foi o caso do MOBE, com a discussão do boleto estudantil; o MOC, com o direito à objeção de consciência; a JqM sobre o combate à corrupção e o Parlamento Joven, com o protagonismo juvenil nos diferentes aspectos da sociedade.

Os movimentos juvenis apresentam o caráter da modernidade, internacionalizando a cultura crítica introduzida nos movimentos populares:

Para esta crítica, as idéias anarquistas têm sido valiosas. Princípios que remontam ao anarquismo, tais como democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual, associada à de liberdade coletiva caracterizaram as formas de organização e de luta dos novos movimentos sociais”. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 40)

Os fatos têm evidenciado que os/as jovens que exercem seu direito de participação, conforme o observado nas juventudes militantes da América Latina, não somente pensam estas novas formas de vida como também tratam de vivê-las. (DE LA CRUZ, 1987)

De qualquer modo, os exemplos dos/as militantes do MOBE e do MOC constituíram a categoria social de maior vulnerabilidade, carregando novos paradigmas, novas perspectivas e expressando que o conhecimento não estava somente “nos adultos/as”. Essa relação tradicional em que a geração mais antiga preparava a geração mais nova para alcançar o que a primeira já havia atingido, já não encontra ressonância empírica nestes dias.

“Pessoas um pouco mais velhas ficam impressionadas porque nós temos um discurso sobre os partidos, temos um discurso sobre a questão de gênero, Direitos Humanos, ou seja, para nós é algo mais que natural, algo mais que nos sai, e se não temos discurso buscamos, pensamos e falamos. Uma geração muito mais aberta, a juventude de hoje em dia, quer dizer, nota-se o grau de diferença, por exemplo: os políticos não sabem o que é ALCA, eles não sabem e nós jovens sabemos o que é; sabemos o que é neoliberalismo, todos os jovens estão sabendo, estão se informando, sabem o que os Estados Unidos fazem, têm mais posição diante do mundo”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

O caso do Parlamento Joven e da JqM mostraram que a rapidez técnico-científica e as novas formas de “participação – comunicação – interação” obrigaram os “adultos” a manter-se

em um processo de formação permanente que provocou uma mudança nas relações entre as gerações. Estes aspectos foram focos de preocupação da igreja católica e se materializam na liderança Padre Oliva e do Padre Tedeschi, que assessoram as respectivas organizações.

Nossos/as jovens investigados/as não se enquadraram no que Mische (1997) chamou de “geração shopping center”⁸¹; já que depois de alguns acontecimentos históricos no Paraguai, as juventudes se organizaram em movimentos sociais que tomaram formas de redes solidárias, com significados culturais que abarcam problemas e conflitos das transformações sociais complexas.

Na perspectiva de Melucci (1999, p. 11) vemos que sua participação movimentalista se identifica com o perfil dos movimentos contemporâneos:

O que eles possuem não é a força do aparato, mas sim o poder da palavra. Anunciam as mudanças possíveis, não em um futuro distante, mas no presente de nossas vidas; obrigam os poderes a mostrar-se e lhes dão uma forma e um rosto, utilizam uma linguagem que parece exclusiva deles, mas dizem algo que os transcende e fala por todos nós.

Assim o que vemos é que os movimentos juvenis – MOC, Parlamento Joven, MOBE e JqM – são construções sociais, porém mais do que uma derivação de crise ou disfunções, mais que uma forma de expressão de crenças, são a diversificação das expressões juvenis (MISCHE, 1997) e suas ações coletivas são o fruto da “tensão turbadora” do equilíbrio social que mobilizam ações para estabelecer o equilíbrio no sistema. (MELUCCI, 1999)

⁸¹ Para Mische (1997, p. 135) a geração *shopping center* corresponde “à nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e desilusões sucessivas da lenta e conservadora transição à democracia”. Esta geração corresponde à dos militantes paraguaios/as que de certa forma revelam a percepção predominante de apatia e individualismo de seu tempo.

Mais ainda, são elementos fundamentais para estudar os processos sociais no país por meio da história e da cultura, demonstrando que a conjuntura do momento e os afazeres do cotidiano estabelecem os componentes de uma sociedade. As ações das agrupações juvenis estudadas se diferenciam dos modelos de organizações políticas tradicionais porque, como dizíamos antes, suas práxis se entrelaçam diretamente com a vida cotidiana e suas experiências particulares nas estruturas organizacionais. Com isso, nossos/as jovens precisam lidar com o múltiplo papel que exige sua condição de ser jovens, estudantes, militantes, cidadãos, família, amigos, etc.

Os/as militantes do MOC e do MOBE (FENAES) retratam de certa forma a “geração revolucionária” de 1960 até final de 1970 em sua estrutura pouco sistemática (MOC), a recusa aos costumes do sistema (MOBE-FENAES) e negam a correspondência com a numerosa geração considerada apática e despolitizada da década de 1990.

Os casos do Parlamento Joven e da JqM marcaram o episódio de ressurgimento do segmento juvenil em massas que buscava “convergir antes que divergir” (MÜXEL, 1997, p. 155) como ordem da nova consciência política.

Eles desenvolvem outra visão da mudança social, ao mesmo tempo mais modesta e mais realista, e imaginam a generalização e a multiplicação de pequenas ações (...). Não se trata de “mudar o mundo”, mas tão somente “melhorar as coisas”: Nem pensar em ser “rebeldes”, “anarquistas” ou “utópicos”, mas tampouco separar-se, “desligar-se” de uma obrigação de consciência. (MÜXEL, 1997, p. 162)

Fazemos nossas as palavras de Melucci (1997, p.14) ao dizer que somente quando a democracia for capaz de garantir espaços para que as vozes juvenis sejam ouvidas, “a separação

será menos provável e os movimentos juvenis poderão se tornar importantes agentes da inovação política social da sociedade contemporânea”.

4.3 No foco das juventudes paraguaias

Os/as militantes entrevistados/as apresentaram uma opinião dividida sobre a problemática juvenil, constantemente mencionaram que existem jovens que estão em organizações sociais *“interessados em fazer algo”* e *“os que não estão em nada”*.

A partir disso foi possível recuperar a literatura sobre sociologia da juventude que consensualiza sobre a não existência de uma juventude única (ABRAMO, 1994; GROPPPO, 2000; MARTINS, 1979; MARGULIS, 2000; MELUCCI, 1997; MISCHE, 1997; MÜXEL, 1997; PAIS, 1968; PERALVA, 1997; QUAPPER, 2001; PONTE DE SOUSA, 1999, 2003)

“(...) Quando falo de juventude, eu gosto pessoalmente de falar de juventudes, porque é importante marcar as diferenças, há distintos jovens, cada jovem tem sua missão, sua capacidade, tem seus projetos de vida, tem seus interesses, suas aptidões, por isso acredito que há distintos tipos de juventude dentro do que seja a faixa de juventude no Paraguai, então para mim sempre é importante fazer uma diferença nesse sentido”. (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

“Dentro da nossa sociedade, e depende de que jovem e de que tipo de jovem estamos falando, eu sempre diferencio, existe o jovem rural, existe o jovem que está vivendo na marginalidade e existe o jovem Light⁸² totalmente..., para mim existem três categorias, não quatro, e o jovem que realmente está antenado e está buscando como ajudar os mais jovens”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

⁸² Categoria usada pelos próprios jovens para se referir a jovens “mais leves”, desinteressados nas questões da realidade nacional e que se alienam ao sistema.

O poder dos movimentos juvenis paraguaios está nas formas de inserir-se na sociedade para permitir reconhecer seu valor como segmento flexível e aberto a mudanças. Uma expressão chave da sociedade e da cultura global, que apresenta suas capacidades e direitos para intervir significativamente em seu contexto, construir democrática e participativamente sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento coletivo social.

No Paraguai contemporâneo o direito à participação está garantido na Constituição Nacional assim como o direito à associação, as únicas categorias de organizações que se encontram expressamente proibidas são as de caráter secreto e as paramilitares. Igualmente, a Constituição incorpora princípios de ordem democrática ao exigir que as organizações intermediárias, políticas, sindicais e sociais funcionem baseando-se nas regras do sufrágio universal, livre, igualitário, direto e secreto.

A mesma estabelece o direito das pessoas de reunir-se e manifestar-se, sem necessidade de licença, com direito de não ser obrigadas a participar. A lei somente regulamenta seu exercício em lugares de trânsito público, horários determinados, preservando direitos de terceiros e a ordem pública. Já no período democrático do país, as liberdades de manifestação e de reunião estão regulamentadas por uma lei conhecida como a “Lei do *Marchódromo*” (Lei Nº 1066/97), que estabelece os lugares permanentes para reuniões públicas, o horário em que poderão manifestar-se e a duração das mesmas.

Os participantes devem comunicar à Polícia Nacional com uma antecipação não inferior a doze horas da realização da manifestação, e esta comunicação deve conter o nome e sobrenome, número do documento de identidade, assinatura e domicílio de pelo menos duas pessoas

responsáveis pela organização que convoca a mobilização social, além de mencionar os pontos de concentração e percursos, dia e hora do ato e o objeto da manifestação. (BAREIRO, 2002, p. 234)

Os direitos das associações da cidadania (associações de bairro) também estão regulados pela lei Orgânica Municipal, que estabelece que as Associações de Bairro de Fomento Urbano (associações de vizinhos de um bairro ou de um setor) dependem da Prefeitura Municipal e têm caráter de organismo auxiliar da mesma, além disso, a criação e o funcionamento das Associações de Bairro dependem da autorização da Prefeitura Municipal. (BAREIRO, 2002, p.235)

O que entendemos é que à medida que se vão consolidando espaços de participação juvenil como Centros de estudantes, organizações sociais, movimentos, etc., as gerações que vão passando por estas instâncias terão um desenvolvimento articulado de práticas cidadãs mais orgânicas em suas vidas, ou seja, passam a pertencer ou formar parte de seus projetos de vida.

Neste sentido se destacou a formação freqüente de centros de estudantes tanto de colégios públicos como particulares. Estas formas organizativas de iniciativa juvenil e com abertura nas bases dos centros educativos são favoráveis para incidir em mudanças originais, mas os/as militantes observados/as marcam a diferença categórica entre um Centro de Estudante e uma Organização Juvenil por seus objetivos e idéias diferenciados.

“(...) Há uma crescente consciência de que se deve seguir trabalhando e fortalecendo, que é um processo lento e trabalhoso e que aos poucos vai rendendo seus frutos, talvez não se possa ver quantitativamente, porque infelizmente existe o costume forte de olhar as coisas simplesmente com resultados numéricos, quantitativos, e assim é esquecida a parte qualitativa, o tema da mudança de mentalidade. Como se pode medir

quantitativamente a mudança de mentalidade, impossível, não é?”. (EG, MOC, entrevistado em out. 2003)

Por essa razão as práticas participativas mantêm uma média favorável com relação à frequência de reuniões dos grupos estudados. Grande parte dos/as militantes manifestou que participaram de “todas” ou da “maioria” das reuniões de suas respectivas organizações e somente uma militante da JqM e outra do MOC mencionaram que freqüentavam “poucas” reuniões, esta última justificando sua reduzida periodicidade por questões de trabalho, indicando que em alguns casos a militância se entretetece com o trabalho ou com os estudos.

“Tive que sair do MOC por um tempo, por causa do teste de ingresso à universidade, me retirei umas duas ou três vezes e não fazia nada, em particular me sentia tão inútil e olhava as pessoas assim e me dizia: Meu Deus, como essas pessoas podem viver tão tranqüilas, sem ter um compromisso social, sem participar ativamente em algum lugar! E sempre me questiono sobre isso; Como as pessoas, os jovens podem viver tão tranqüilos e tão despreocupados sem se dar conta da realidade?? (...).” (VF, MOC, entrevistada em set. 2003)

De maneira geral, a juventude militante investigada considera satisfatório o caminho que a participação juvenil foi traçando no Paraguai. A categoria “jovem” se entrecruza entre a apatia cidadã, o descontentamento coletivo, a crise econômica, a imperante corrupção e a crise política do governo.

“Eu a vejo muito bem, só não sei como dizer com palavras concisas. Eu vejo bem a juventude, vejo-a com um futuro, para mim, a experiência que eu passei, me satisfaz totalmente. Que mais posso pedir? Eu gostaria de ter feito tudo isso a partir dos 13 anos, quando começava o ensino médio, mas não havia, que é que eu posso fazer... pelo menos comecei, eu vejo que existem pessoas no MOBE – FENAES que têm 13,14 anos e participam, eu digo, que bom se eu tivesse feito o mesmo, que bom se eu tivesse mudado antes, mas não posso me arrepender de tudo o que eu fiz, vejo o antes e o depois e estou super feliz”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Com tudo isso, eles simplesmente refletem as contradições que a própria sociedade paraguaia vive, só que ao contrário da cidadania em geral, ainda que de forma e propósitos diferenciados os/as jovens debatem sobre a crise da realidade em seus diversos aspectos.

A partir dessa *sociedade deslocada* que sobreleva suas crises e contradições, encontramos nas organizações pesquisadas que o ponto principal para que os/as jovens se aproximem das respectivas organizações juvenis é: *a identificação com as idéias das mesmas*.

O outro aspecto acentuado foi o desejo de relacionar-se, *conhecer outras pessoas* que simpatizassem com as mesmas idéias e interesses. Esta resposta se destacou principalmente nos/as militantes do MOBE (FENAES), além de tomar o grupo como uma referência de espaço ocioso – de diversão. Este aspecto confirma o pensamento de Ponte de Sousa (1999, 2003) ao alegar que as organizações juvenis, além de ser espaços políticos de socialização, servem como espaços de contenção das subjetividades e desejos juvenis. Outros pontos que matizaram o porquê da participação foram: por serviço à sociedade, pelas atividades grupais, pela seriedade e disciplina.

Considerando que a militância ativa nas organizações não é numerosa, duas respostas se destacaram; uma das militantes do Parlamento Joven se sentia identificada com “algumas” idéias do grupo e se encontrava na organização pela *necessidade de trabalhar*, por outro lado, apesar de identificar-se com as idéias da JqM, uma militante também manifestou seu envolvimento com a necessidade de trabalho.

Nestes pontos encontrados na JqM e no Parlamento Joven podemos considerar que nem todas as pessoas que se encontram na organização prioritariamente se identificam com as idéias da associação, transformando-as mais em um espaço de crescimento pessoal através do trabalho que em uma identidade ideológica.

Os/as militantes consultados/as em grande parte expressaram que conheceram as organizações juvenis através da imprensa (os meios massivos de comunicação) e de outros grupos como amigos, colegas, família, etc.; o MOBE principalmente indicou as oficinas como uma das formas de adesão de militantes, talvez pelos constantes processos de capacitação e formação de suas bases que se renovam pela temporalidade de seus militantes.

Somando-nos às idéias de *novos movimentos sociais* de Scherer-Warren (1987), podemos ver que outro dos elementos que marcam a *novidade* no contexto paraguaio são os meios de comunicação. As quatro organizações destacaram a importância da imprensa na difusão de seus objetivos e o papel educativo que os mesmos exercem sobre a população, tornando a comunicação um fator positivo a mais para a participação e socialização dos jovens.

O comportamento cotidiano da juventude militante pode mostrar-nos algumas mudanças de mentalidade sobre valores sociais; para nossos/as entrevistados/as a juventude está mais “crítica”, mas apesar disso, o amplo segmento juvenil da sociedade paraguaia se encontra imerso em profundos problemas e necessidades básicas insatisfeitas, como falta de empregos, formação, dificuldades no acesso à educação e à saúde, espaços favoráveis de participação, etc. Tudo como consequência da atitude desinteressada das autoridades governamentais e da falta de aplicação de políticas públicas coerentes com a realidade nacional.

Por causa desse panorama no Paraguai, os/as jovens se vêem obrigados a ingressar ao mercado de trabalho de maneira precária e com poucas garantias, a educação superior não garante a sustentabilidade que em outros tempos professava e, além disso, seu acesso é problemático.

“O jovem tem que amadurecer mais rapidamente, apressadamente, você tem que sair de casa mais rápido, ir à universidade, procurar trabalho sozinho, para muitos jovens as recomendações não existem, você tem que sair batendo de porta em porta”. (EF, ex-MOBE, entrevistado em set. 2003)

Mas essa problemática juvenil gera um sentimento solidário entre os/as jovens e as formas de luta, já que no MOBE e no MOC manifestam-se para expressar seus descontentamentos contra as imposições do sistema, enquanto outros grupos como o Parlamento Joven e a JqM organizam-se para tirar do sistema aquilo que legalmente seja garantido à condição juvenil.

“Meu sonho é que os jovens paraguaios possam assumir mais o papel político, o papel social, o papel político como algo mais forte, mais revolucionário, e deixar um pouco essa visão, que a maioria das pessoas tem, essa visão informal do jovem, essa visão pobre do jovem (...), que é manipulável, que é uma pessoa que pode ser utilizada, o partido político usa-o, manipula-o, colocam suas fotos e depois associam com coisas, essa imagem tão pobre da juventude para mim é uma grande tarefa apagá-la, digamos, e construir essa outra imagem, que é a imagem mais crítica, que ele é questionador, que é exigente, que não se deixa manipular e pode gerir um papel cidadão mais forte, um papel de consciência histórica mais forte que está faltando, parece que passam e passam os jovens e não se sentem parte de uma realidade, não se sentem conscientes, pisando no chão, que estão vivendo um momento histórico onde têm que responder necessariamente, e isso é o que eu quero mudar”. (CS, JqM entrevistada em set. 2003)

Há um discurso articulado que se coloca na perspectiva da mudança da imagem da juventude pela ação política, mas entre a militância que considera prioritariamente o movimento como sócio-cultural e não somente político propriamente dito. Mudar a imagem do jovem na

sociedade e não transformar a sociedade como as grandes utopias dos anos de 1960, demonstra os limites e as possibilidades da militância juvenil paraguaia contemporânea.

Ao passar pelas biografias sobre psicologia da juventude encontramos que os propulsores da participação juvenil em um passado recente, eram os movimentos estudantis universitários tanto na América Latina quanto na Europa. No caso do Paraguai, o movimento estudantil universitário está totalmente apagado. Os/as jovens universitários paraguaios/as desde o período de transição democrática até nossos dias deixaram de representar o setor contestatório e renovador de idéias que caracterizava este segmento populacional.

“Hoje você mergulha na apatia e não sai mais, imagine, na América latina existem cerca de 6, 7 movimentos, 8 movimentos de reforma universitária, e em nosso país nem o primeiro foi feito, e a questão do movimento universitário que está totalmente desarticulado, apático e a juventude em geral (...)”. (CS, JqM, entrevistada em set. 2003)

“Mesmo nas universidades de repente você encontra pessoas que te convidam para um debate e te dizem: “eu não esquento”, isso na universidade mesmo; eu te digo isso por conta de colegas de universidade que eu costumava convidar para exposições, espaços de reflexão, levava os cartazes e outras coisas e eles mesmo nem aí; não têm nenhuma visão de futuro”. (MJ, ex-MOBE, entrevistada em set. 2003)

Com os objetivos mais ampliados, as estruturas das organizações estudadas expandiram sua cobertura a uma escala nacional. Tanto o MOC, o Parlamento Joven, como o MOBE e a JqM trabalham com jovens do interior, por essa razão alguns/as militantes entrevistados/as manifestaram que seus trabalhos, assim como os das instituições, estão voltados à realidade dos/as jovens rurais como uma forma de expandir seus ideais e tornar mais efetiva a participação juvenil.

Os/as jovens do MOBE, hoje FENAES, contam com filiais da organização em diferentes departamentos do Paraguai, concentrando-se todos em atividades de massa como manifestações, passeatas, etc. e em um congresso anual a nível nacional para eleger autoridades e intercambiar idéias. O MOC também funciona conjuntamente com outras regiões do país juntando-se geralmente no Campa-MOC para planejar ações, idéias, objetivos e vários diferentes temas referentes aos objetivos do grupo.

A JqM igualmente mostra seus trabalhos com os/as jovens do interior do país, desenvolvendo atividades de forma sistêmica com a realidade de cada região. Das quatro organizações, o Parlamento Joven é o que expressa maior desempenho e interesse na juventude rural, talvez por esta razão se considere que suas atividades estejam um pouco ofuscadas na zona da capital do Paraguai porém com maior força no interior.

“O parlamento sempre vai ser um espaço de referência, até agora eu comprovo, no interior se vê muito quando você fala de parlamentarismo jovem, há um respeito, uma credibilidade no que é o espaço, (...) 70% da população não é Assunção, e as pessoas sempre pensam que porque você não sai nos jornais nacionais ou porque você não saiu mensalmente nos periódicos, você não existe”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Sobre a mesma declaração de FA do Parlamento Joven sobre os jovens do interior vemos que:

“(...) Eles têm outras prioridades, têm que se vestir, têm que se alimentar e muitas vezes já aos 18 anos têm filhos e se casam, essa é uma visão totalmente diferente, eu acredito que são jovens marginalizados dentro das cidades urbanas, tem muita violência e muita raiva contra tudo o que seja o sistema porque ele é muito discriminado e muito marginalizado, os próprios jovens e mesmo o consumismo fazem com que se sintam marginalizados”. (Entrevistada em out. 2003)

Com estas realidades totalmente antagônicas, os ideais e luta e de compromisso social se transformam no elemento socializador das juventudes paraguaias. Paulatinamente podemos ver que esta visão adultocentrista (QUAPPER, 2001) sobre as relações entre os grupos sociais vai sendo alterada já que são os mesmos jovens que buscam incentivar entre seus pares a idéia de “correr atrás de um sonho” como uma forma de vida digna e válida.

“Os jovens do interior nem sonham muitas vezes em ter um título universitário, em entrar em uma universidade, seu sonho máximo é terminar o ensino médio, possibilidades de trabalho, empregos, necessitam sair de sua região para ir buscar trabalho”. (FA, Parlamento Joven, entrevistada em out. 2003)

Em uma reflexão geral que tomamos de todos/as os/as militantes das organizações estudadas (MOC, Parlamento Joven, MOBE e JqM) encontramos que os/as jovens manifestam o desejo de mudança e tentam influenciar - formar parte - desse contexto. Com a militância buscam a “revolução” cultural, política e social do país para permitir desenvolver uma consciência cidadã baseada em *valores democráticos* e pacifistas de convivência.

Por isso, os grupos concordam que uma melhor educação, em suas diversas formas, fortalece todos os segmentos sociais e favorece o desenvolvimento da cidadania em geral; desta forma as organizações se transformam em espaços verdadeiros de socialização onde os/as jovens podem canalizar e materializar suas idéias participativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas absolutistas, paternalistas e personalistas dos diferentes governos que se sucederam ao longo da história do Paraguai, como o caso de Rodríguez de Francia, López e inclusive Stroessner, reafirmaram na sociedade paraguaia um sentido ‘*pouco participativo e organizativo*’ com relação a questões que envolvem a problemática nacional como projeto de vida.

A partir do fim da década de 1960, o país também começou a viver a “revolução cultural” e o “mal estar social” generalizado que o Pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o capitalismo monopolista e os governos ditatoriais provocaram no mundo. Este sentido amplo de revolução marcou principalmente o protagonismo “*das juventudes*”.

A vida cotidiana do grupo, o segmento social, reconhecido como *jovem* teve inúmeras criações e reconstruções ao longo do século XX (GROPPO, 2000). Porém, em nosso trabalho buscamos analisar as características das organizações de jovens que identificam as *novas* formas participativas do período chamado “democrático” no Paraguai.

Escapamos totalmente da perspectiva de ‘*dilema ou problema*’ que a juventude simboliza para a sociedade paraguaia. Durante a análise vimos que a participação juvenil sempre teve características esporádicas e mediáticas que se transformaram em elementos chave para os processos históricos do país.

A participação juvenil que investigamos está canalizada por: *Movimiento de Objeción de Conciencia – Paraguay (MOC-PY)*, *Parlamento Joven*, *Movimiento por la Obtención del Boleto Estudiantil (MOBE)* e *Juventud que se Mueve (JqM)*. Podemos afirmar que estas organizações buscam um modelo estrutural mais horizontal e participativo em suas práticas políticas.

Porém, apesar desta afirmação, em grupos como a JqM e o Parlamento Joven identificamos a necessidade de manter uma elite intelectual ou política que oriente a direção do grupo (SCHERER-WARREN, 1987). No MOC e no MOBE, a postura no interior das organizações busca desenvolver ao mínimo a necessidade de lideranças intelectuais ou políticas; a participação, tanto quanto possível, mostra-se mais equitativa, daí, por exemplo, o fato do MOC não sistematizar suas funções e sim fazer uma *división de tareas* em suas atividades.

Finalizando, nos diferentes casos, o que valorizamos na investigação é o fato de a iniciativa e o interesse particular dos/as jovens em participar em ações coletivas (MELUCCI, 1999). Estas práxis tomam como referências os modelos organizacionais de ONGs que apresentam características mais democráticas; mas, sempre mantendo as reivindicações próprias do segmento juvenil.

Alguns/as jovens se constituem em grupos específicos, próprios e com um grau relativo de autonomia em relação a sua condição juvenil; por outro lado, existem segmentos que precisam da orientação institucional “dos adultos” para se consolidar como grupos juvenis (GROPPO, 2000).

Os grupos juvenis paraguaios refletem as ansiedades e as precariedades que as juventudes atravessam e os valores modernos que desempenham. Estabelecem as novas realidades nacionais que surgem em uma modernidade consumista, massificadora e que se baseia no tempo de ócio. (GROPPO, 2000)

Este tempo recreativo se transformou para nossos/as militantes em uma forma de socialização para formar espaços de deliberação política, mas a política como essência de participação e bem comum; por esta razão, os/as jovens contemporâneos/as demonstram querer escapar rotundamente da política como questão puramente partidária e corrompida pelas mesmas instituições.

As ações políticas dos grupos investigados se instituem a partir de *redes de organizações* que promovem a articulação dos/as jovens conjuntamente com os diversos segmentos sociais. Essas “redes juvenis” nos revelam as *novas formas* de participação política juvenil paraguaia, primeiro pela conjuntura política que o país vive (a democracia), segundo pela internacionalização da cultura crítica penetrada nos movimentos juvenis, terceiro pela reação às formas autoritárias e centralizadoras do poder tomando como bandeira a democracia direta, o respeito pelos Direitos Humanos, pela integridade individual; ou seja, os problemas sociais que os/as jovens enfrentam tornam-se o sentido concreto de luta sobre o qual cada organização se desenvolve.

Como último ponto para referir-nos a estas *novas formas* de participação encontramos a conjunção da juventude com os meios de comunicação. Os meios se tornaram importantes aliados dos grupos e destacam seu valor como difusor dos ideais de sua condição juvenil.

Os modos organizativos dos grupos estudados não repetem os modelos organizativos de gerações anteriores. As organizações juvenis que atuavam durante o período da ditadura tinham uma liderança caudilhista e centralizada, a hierarquia estava marcada tanto entre os movimentos de esquerda como os tradicionais.

Situação contrária ocorre com os movimentos do período pós-ditadura, que buscam diluir ao máximo essa hierarquização em práticas participativas mais horizontais e se estruturam em *redes* para afiançar os laços de participação do segmento juvenil. Mesmo assim, algumas organizações como o Parlamento Joven e a JqM mostram uma certa hierarquia na assessoria eclesialística de seus grupos.

Algumas práticas políticas dos grupos revelam um confronto entre tendências democráticas e antecedentes do autoritarismo, que são interiorizadas pelos/as jovens militantes e estão presentes nas relações sociais das organizações.

Por sua vez, o MOC e o MOBE refletem o desejo de uma prática política igualitária que se diferencia de outros grupos anteriores.

As quatro organizações mostram uma recusa total às formas autoritárias de governabilidade, mas com relação aos reclamos de seus direitos e deveres como segmento social, os grupos são sistêmicos e buscam as vias institucionais para exercer os direitos que a lei lhes garante como tal. Como Müxel (1997) expõe, a visão atual de *mudança* é mais modesta; “mudar o mundo” já não é a regra, mas sim “melhorar as coisas”, torná-las mais viáveis para uma convivência democrática e participativa.

Assim buscamos demonstrar que estas novas sociabilidades emergentes no meio juvenil incidem na formação de outras, porque como vimos ao longo do trabalho, os grupos juvenis cresceram e se expandiram em direção a outras regiões do país. Mesmo que os/as jovens se identifiquem com um determinado ideal de acordo com as organizações, a iniciativa participativa é o que se destaca entre as juventudes.

As juventudes paraguaias expõem os problemas sociais da modernidade, a descentralização e fragmentação do Estado, a influência dos organismos internacionais, os processos de integração regional, a globalização e outros fatores que formam parte da problemática social juvenil e que diversifica sua condição social.

Diante disto podemos perceber a confirmação da hipótese inicial na análise sobre as novas formas de participação política juvenil no Paraguai contemporâneo, os elementos reivindicativos e as formas solidárias que as juventudes podem desenvolver para contribuir com o meio ambiente, os Direitos Humanos, a cultura, o desenvolvimento local e em geral com tudo o que seja para melhorar o projeto de vida social. Assim, a partir de uma visão menos adulto centrista e mais de “*observador*”, as ‘juventudes paraguaias’ expressam as mudanças e as limitações pelas quais atravessam e acompanham os processos sociais nos quais buscam gerar a *mudança cultural*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A REBELIÃO da juventude na URSS. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

ABRAMO, Helena W. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação -ANPED- Juventude e Contemporaneidade. N. 5/6, 1997. p. 25-36. Número especial.

ARDITI, Benjamín. **Tropiezos en el camino de la transición**. Revista Acción. Asunción, n. 106, jul. 1990. p. 6-10.

_____. **La imagen gubernamental y el descubrimiento de la “otra sociedad”**. Revista Acción. Asunción, n. 104, mayo 1990. p. 6-9.

ARRUDA, Isleide F. **O nome da marca. McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

BAREIRO, Laura. **Urge la modificación de la Ley del “Marchódromo”**. In: Derechos Humanos en Paraguay 2002 – CODEHUPY. Asunción, 2002. p. 233-247.

BELLASAI, Gerónimo. **El estilo de gremialismo ¿Pequeños dictadores?**. Revista Acción, Asunción, n. 103, abr. 1990. p. 27-28.

BLANCO, Marisa R. **Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático**. In: BENEDICTO, Jorge; MOREN, Ma. Luz (Eds.) Sociedad y Política. Temas de Sociología Política. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1995. p. 299-323.

BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1983.

BOSIO, Beatriz G. **Una educación paraguaya para el siglo XXI: transformando al súbdito en ciudadano**. In: IV Encuentro del Corredor de las ideas del Conosur. Disponible en: <http://www.corredordelasideas.org/docs/BosioEducacionSigloXXI.doc> Acceso en: 7 sep. 2004.

CADERNOS CEDES. **Educação, adolescências e culturas juvenis**. Campinas: Ed. CEDES, v. 2, n. 57, ago. 2002.

CALLONI, Stella. **Los años del Lobo**. Operación Cóndor. Buenos Aires: Ed. Continental, mayo 1999.

CARDOSO, Irene de Arruda R. **Memória de 68: terror e interdição do passado**. São Paulo: Tempo Social, 1990. p. 101-112.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1984.

DELGADO, Daniel G. **Jóvenes en las estructuras: cultura, educación, familia y política**. In: ECKHOLT, Margit; HUNERMANN, Peter. La juventud latinoamericana en los procesos de globalización. Opción por los jóvenes. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1ª edic. 1998. p. 51-76.

DE LA CRUZ, Rafael. **Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia**. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (org.) Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 86-101.

DO CARMO, Paulo Sérgio. **Juventude no singular e no plural**. In: CADERNOS ADENAUER. As caras da juventude. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano 2, n. 6, 2001. p. 9-30.

CAPUTO, Luis. **Juventudes en proceso de exclusión**. Revista Acción, Asunción, n. 237, sep, 2003. p. 16-25.

CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Ed. Litocolor, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 19-41, 385-418.

CHAVES, Julio C. **Compendio de historia paraguaya**. Asunción: Ed. Litocolor, 1988.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENCONTRO NACIONAL de objeção de Consciência Anti-militar, 1996. São Leopoldo – RS, 29-31 mar. 1996. Mimeo.

ENCUESTA NACIONAL. **La voz de los jóvenes**. Asunción: UNICEF, CIRD, 2001. Disponible en: <http://www.cird.org.py/docs/La%20voz%20de%20Jovenes.pdf> Acceso en: 27 sep. 2004.

ERIKSON, Erik. **Identidade. Juventude e Crise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FERNÁNDEZ, Gabriela. **Notas sobre la participación de los jóvenes chilenos**. In: BALARDINI, Sergio (comp.) La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 87-108.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GALEANO, Luis A. **La sociedad dislocada**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos – CPES, 2002.

GOHN, Ma. Da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 9-32.

GROPPO, Luis A. **Juventude. Ensaio sobre sociologia e historia das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. **Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese de doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, nov. 2000.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique S. (org.) **1968 Contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

JIMÉNEZ, José; SOTTOLI, Susana. **Juventud. No hay vacancias**. Revista Acción, Asunción, n. 117, ago. 1991. p. 18-20.

JUVENTUD EN CIFRAS. **Compilación y difusión de información cuantitativa sobre la juventud 2000**. Asunción: DGEEC. Disponible en: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/biblioteca/Juventud/JU009.htm> Acceso en: 23 mar. 2003.

_____. **Difusión de información cuantitativa sobre la juventud 2003**. Asunción: DGEEC, GTZ, Congreso Nacional Honorable Cámara de Senadores, mar. 2003.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo. A tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2002.

KLEINSCHMIDT, Carin; DA SILVA, Jorgina M. **Movimento popular e serviço social**. Petrópolis: Vozes, 1984. pp.31-35, 47-49.

KRAUSKOPF, Dina. **Dimensiones críticas en la participación social de los jóvenes**. In: BALARDINI, Sergio (comp.) **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 119-131.

LATERZA, Gustavo. **La experiencia autonómica del movimiento estudiantil paraguayo**. In: RIVAROLA, Domingo (comp.) **Los movimientos sociales en el Paraguay**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos – CPES, 1986. p. 253-358.

LEZCANO, Carlos M. **Descripción y análisis del movimiento estudiantil universitario**. Asunción: BASE/ISEC, Serie: Resultados de Investigación, n. 2, oct. 1987.

_____. **La opción por los sectores populares. Herencia del movimiento independiente**. Revista Acción, Asunción, n. 103, abr. 1990. p. 21-22.

LÓPEZ, Luiz R. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. pp. 19-28, 128-130.

LOUREIRO, Isabel (org.) **Herbert Marcuse. A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999. pp. 11-25, 57-70.

LUCAS, John R. **Democracia e participação**. Tradução: Cairo Paranhos Rocha. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985. p. 107-130.

MANUAL **básico de la Objeción de Conciencia al servicio militar**. Asunción: SERPAJ-Py / MOC-PY, 2º edición, jul. 2001.

MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra**. In: ARIOVICH, Laura [et al.]; MARGULIS, Mario (editor) *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 9-30.

_____. **Juventud: una aproximación conceptual**. In: BURAK, Solum Donas (comp.) *Adolescencia y Juventud en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001. p. 41-56.

MARTINI, Carlos. **Las prioridades están en casa. El rol del M.E. en la transición**. Revista Acción, Asunción, n. 103, abr. 1990. p. 23-24.

MARTINS, Luciano. **A geração AI-5. Um ensaio sobre autoritarismo e alienação**. Ensaios de Opinião, v. 2, 1979. p. 72-103.

_____. **A “Geração AI-5” e Maio de 68. Duas manifestações intransitivas**. Rio de Janeiro: Editora Argumento, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. In: Revista Brasileira de Educação - ANPED – Juventude e Contemporaneidade. N. 5/6, 1997. p. 5-14. n. Especial.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999. p. 9-42.

MESQUITA, Marcos R. **Juventude e movimento estudantil. O “velho” e o “novo” na militância**. Dissertação de Mestrado do PPGSP da Universidade Federal de Santa Catarina, mar. 2001.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. In: Revista Brasileira de Educação - ANPED – Juventude e Contemporaneidade. N. 5/6, 1997. p. 134-150. Número especial.

MUXEL, Anne. **Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem rótulos**. In: Revista Brasileira de Educação - ANPED – Juventude e Contemporaneidade. N. 5/6, 1997. p. 151-166. Número especial.

OESTERREICH, Detlef. **A atitude da juventude alemã diante da atuação política: uma comparação internacional**. In: CADERNOS ADENAUER. *As caras da juventude*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano 2, n. 6, 2001. p. 107-131.

PAIS, José M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. In: Revista Brasileira de Educação - ANPED – Juventude e Contemporaneidade. N. 5/6, 1997. p. 15-24. n. Especial.

PONTE DE SOUSA, Janice T. **Reinvenções da utopia. A militância política de jovens dos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.

_____. **As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído**. Florianópolis: PPGSP, Cadernos de Pesquisa, n. 32, oct. 2002.

_____. **Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11. 2003, UNICAMP, Mesa Redonda “História, política e teoria social: os movimentos sociais dos anos 60 e a gênese de novas perspectivas na sociologia”. Campinas, 05 sep. 2003.

QUAPPER, Klaudio D. **Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente**. In: BURAK, Solum Donas (comp.) Adolescencia y Juventud en América Latina. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001. p. 57-73.

RIDENTI, Marcelo. **A canção do homem enquanto seu lobo não vem: as camadas intelectualizadas na revolução brasileira**. In: _____. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1996. p. 73-132.

RIQUELME, Marcial A. **Stronismo, Golpe Militar y Apertura tutelada**. Asunción: RP Ediciones, 1992.

RODRÍGUEZ, José Carlos. **En búsqueda de nuevas utopías**. Revista Acción, Asunción, n. 103, abr. 1990. p. 25-26.

SANEH, Giuliano. **A formação do pensamento intolerante: um ensaio sobre a desvalorização do “outro”**. Dissertação de Mestrado do PPGSP da Universidade Federal de Santa Catarina, sep. 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. In: _____. KRISCHKE, Paulo (org.) Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 35-53.

_____. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2ª edição, 1987.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 111-123.

SELSER, Gregorio. **Paraguay: el octavo “mandato” presidencial de Alfredo Stroessner**. In: Estudios Latinoamericanos. Centro de Estudios Latinoamericanos, CELA, v. 2, n. 3, año 2, jul.-dic. 1987. p. 49-57.

SOTTOLI, Susana. **Aproximación a las modalidades de organización juvenil en el Paraguay**. Asunción: Grupo de Ciencias Sociales – GCS, n. 4, 1990.

TAMAYO, Víctor M. **Movimiento social juvenil y eje cultural. Dos contextos de reconstrucción organizativa. (1976-1982 / 1989-2002).** Santiago: Universidad Arcis Sociology Site. Disponible en: <http://www.cidpa.org/decada17.asp> Acceso en: 12 jun. 2004.

THIOLLENT, M. **Reflexões sobre a condição estudantil.** 2000. Mimeo.

TORRES, Verónica; SÁNCHEZ, Juan R. **De la resistencia al agotamiento.** Revista Acción, Asunción, n. 103, abr. 1990. p. 16-20.

VIAL, Alejandro. **La participación ciudadana y los jóvenes.** Publicación: CRITERIOS, CIRD-USAID. Asunción: Ediciones y Artes, ago. 2001.

VILLALBA, Estela Ruiz Díaz. **En la búsqueda de la propia personalidad. Mesa redonda con dirigentes de organizaciones juveniles.** Revista Acción, n. 117, ago. 1991. p. 22-23.

YORE, Fátima Myriam. **La dominación Stronista. Orígenes y consolidación. “Seguridad Nacional” y Represión.** Asunción: BASE/IS, 1992.

YUSTE, Juan Carlos. **El movimiento estudiantil en Paraguay desde 1954.** Asunción: DECIDAMOS, 2002. Mimeo

ZANETI, Hermes. **Juventude e revolução. Uma investigação sobre a atitude revolucionaria juvenil no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 21-59.